

ANTÓNIO AFONSO • DOMINGOS ALVES • SANDRA ARAÚJO  
SALVADOR MOTA • EDUARDO OLIVEIRA • MANUEL PEREIRA

---

# TERRAS DE BOURO

## História e Património



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

2008

5

Série CADERNOS DE CULTURA







# TERRAS DE BOURO

## História e Património

EDIÇÃO  
DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO  
2008



# TERRAS DE BOURO

## História e Património

<b>Título</b>	<b>TERRAS DE BOURO</b> <b>História e Património</b>
<b>Prefácio</b>	ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA AFONSO
<b>Autores</b>	ANTÓNIO AFONSO, DOMINGOS ALVES, SANDRA ARAÚJO, SALVADOR MOTA, EDUARDO OLIVEIRA, MANUEL PEREIRA
<b>Coordenação</b>	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
<b>Capa</b>	FRONTEIRA DA PORTELA DO HOMEM: Agentes Policiais de Portugal e de Espanha
<b>Fotografia</b>	ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO
<b>Composição e Impressão</b>	GRAFICAMARES, LDA. R. Parque Industrial Monte Rabadas, 10 - Prozelo 4720-608 Amares Telef. 253 992 735 / 253 995 297 • Fax 253 995 298 E-mail: graficamares@mail.telepac.pt
<b>Edição</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO ddsc@cm-terrasdebouro.pt Tif. 253 350 010
<b>Depósito Legal</b>	290290/09

## PREFÁCIO

Desde a década de oitenta que o Município de Terras de Bouro, fazendo jus ao papel interventivo da autarquia na inventariação, interpretação e divulgação do seu copioso e riquíssimo legado histórico, tem providenciado o surgimento de vários estudos e publicações que têm contribuído para fazer ressurgir e consolidar a identidade cultural dos Terrabourenses.

De entre eles, destacam-se os *Cadernos de Cultura* que, iniciados em 1991, surge, em 2008, o seu número 5, coincidindo com o centésimo décimo aniversário da restauração do concelho, abordando temas que dizem respeito à vida sócio-económica e cultural do concelho, desde a sua estreita ligação ao convento de Santa Maria de Bouro, até à procura e importância das Caldas do Gerês, invocando os motivos da redefinição do “Dia do Município”, dando nota da importância da descoberta de vários miliários da Via Romana (Geira), descrevendo a génese e crescimento da devoção ao S. Bento da Porta Aberta, entre outros.

Para além do valor que os textos, porventura, de *per si*, apresentem, eles ganham significado no conjunto das publicações que o município tem, de várias formas, ajudado a concretizar, contribuindo para um melhor conhecimento do concelho por quantos se interessem pela sua longa história, riqueza de tradições e desejem aprofundá-las com novos estudos.

Por fim, queremos agradecer a todos os que se disponibilizaram a colaborar com textos para este número de **Cadernos de Cultura** e desejar o aparecimento de outros textos/artigos para que esta publicação aconteça com mais regularidade.

Paços do Concelho de Terras de Bouro, 22 de Dezembro de 2008.

O Presidente do Município,

António José Ferreira Afonso

# DIA DO MUNICÍPIO

por  
ANTÓNIO AFONSO\*

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Arcipreste  
Senhores Vereadores  
Senhores Deputados Municipais  
Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia  
Senhoras e Senhores Convidados

Começo por saudar todos os presentes e agradecer por terem aceitado o convite para se associarem aos eleitos locais nas Comemorações do Dia do Município que, pela primeira vez, assinalamos no dia 20 de Outubro.

Trata-se de uma celebração simples, não só pela crise que o país atravessa e pela situação que os municípios portugueses vivem, mas, também, pela falta de disponibilidade de algumas instituições concelhias, pois é muito difícil, durante a semana, conseguirmos uma grande adesão, sobretudo porque as pessoas ainda não interiorizaram esta efeméride.

Mas por que razão devemos celebrar o feriado a 20 de Outubro?

---

\* Presidente do Município de Terras de Bouro.

Discurso proferido aquando da primeira comemoração do feriado municipal no dia 20 de Outubro (ano de 2006), tendo, na altura, várias pessoas sugerido e até solicitado a publicação deste texto.

Como se pode ler na proposta<sup>1</sup> que tivemos a honra de apresentar em reunião do executivo de 13 de Abril de 2006, a qual foi aprovada por unanimidade e aclamação pela Assembleia Municipal, o «feriado municipal é um evento que deve simbolizar um momento maior da história do Concelho.» Sendo Terras de Bouro um dos municípios mais antigos do país e dos que têm uma história mais rica, é de lamentar que a maior parte dos terrabourenses desconheça esse passado e, como tal, não sinta grande orgulho na terra da sua naturalidade.

Na verdade, Terras de Bouro teve, ao longo da sua história, vários acontecimentos cuja data mereciam um destaque especial, nomeadamente o dia 13 de Janeiro, data da restauração do concelho e que, no final do século XIX e princípio do séc. XX, já foi feriado municipal.

Com as alterações político-administrativas da primeira metade do séc. XX, o feriado deixou de se comemorar, sendo fixado, após o 25 de Abril, no dia 24 de Junho por ser esse o feriado distrital. Todavia, historicamente, este dia não tem qualquer relevância para

---

<sup>1</sup> «A Comemoração do Dia do Município, feriado municipal, é um evento que deve simbolizar um momento maior da história do Concelho.

Terras de Bouro teve, ao longo da sua história, vários acontecimentos cujas datas mereceriam um destaque que as tornasse inesquecíveis na memória dos terrabourenses. Efemérides ligadas às Caldas do Gerês, ao Santuário de São Bento, ao monumento ao Bom Jesus das Mós, a S. Brás (Festas Concelhias), à restauração do Concelho, etc., poderiam merecer esse destaque.

Na realidade, após a restauração do Concelho de Terras de Bouro, no dia 13 de Janeiro de 1898 – extinção que teve origem na revolta das populações que não concordavam com a imposição do perímetro florestal, o que levou a uma ocupação militar de parte do Concelho – a Câmara Municipal decidiu instituir como feriado municipal o dia 13 de Janeiro.

Com as alterações político-administrativas verificadas durante a primeira metade do século XX, o feriado deixou de se comemorar, sendo fixado, após a Revolução de 25 de Abril, e nos termos do Decreto-Lei n.º 335/77, de 13 de Agosto, no dia 24 de Junho por ser esse o feriado distrital.

Há, todavia, uma data que marca o início de Terras de Bouro como concelho. Trata-se, efectivamente, da data de atribuição da Carta de Foral “Terra de Boyro”, como então era designada, em 20 de Outubro de 1514.

Na sequência do exposto, e à semelhança do que acontece com a maioria dos municípios portugueses, **proponho** que, a partir deste ano, inclusive, se considere o dia 20 de Outubro, data em que o Rei D. Manuel I concedeu a Carta de Foral a Terras de Bouro, Dia do Município e, consequentemente, seja feriado municipal.

Terras de Bouro, 13 de Abril de 2006.

O Presidente da Câmara Municipal,

Dr. António José Ferreira Afonso.»

os terrabourenses. Faria mais sentido o dia de São Brás, padroeiro das festas concelhias, o dia de Santo André, orago da freguesia de Moimenta, sede do Município, ou o dia de S. Bento da Porta Aberta.

Há, todavia, uma data que marca o início de Terras de Bouro como Concelho. O dia da atribuição, pelo Rei D. Manuel I, da Carta de Foral à «Terra de Boyro», como então se chamava esta região, o dia 20 de Outubro de 1514, o qual mereceu a concordância unânime para ser instituído como feriado municipal. Ora, no ano de 2014, comemoraram-se os quinhentos anos da fundação do Concelho, os quatrocentos da construção da primeira ermida dedicada a S. Bento, que ainda não era da «Porta Aberta», em Rio Caldo, e os cinquenta anos da proclamação de S. Bento como «Padroeiro Principal da Europa» pelo Santo Padre Paulo VI. Pensamos que, nessa data, Terras de Bouro deve organizar umas comemorações à altura das circunstâncias.

Administrativamente, só a partir de 1855 é que Terras de Bouro passou a integrar as actuais dezassete freguesias. Anteriormente, estas freguesias estavam divididas pelos concelhos de Ribeira de Soás, Vila Garcia e Terra de Bouro e pelos coutos de Bouro, Cibões, Souto e Valdreu.

Mas falemos um pouco do nosso passado, da nossa história.

A ocupação humana deste território é muito antiga, com mais de três mil anos, como o atestam vários vestígios arqueológicos, como os castros e as mamoadas que constarão da carta arqueológica do Município que se encontra em elaboração.

Sobre a ocupação romana, muito se tem falado por causa da Geira, a Via XVIII do Itinerário de Antonino, que está a ser objecto de estudo, promoção e divulgação, em ordem ao seu reconhecimento, por parte da UNESCO, como Património Mundial.

O primeiro passo foi o seu reconhecimento como Património Nacional em Maio de 2003. Entretanto, após as acções de limpeza e sinalização, já foram recuperados os vestígios de um templo romano na veiga de S. João do Campo, construídos três espaços de apoio a visitantes em S.ta Cruz – Souto, Cabaninhas – Carvalheira e em S. Sebastião – Choreense.

Actualmente, encontram-se em execução as seguintes obras: o

Museu da Geira, em S. João do Campo, a Galeria dos Miliários, na Portela do Homem, uma ponte em S. Miguel – Albergaria, a Casa de Latim, em Covide, e prevê-se a construção de uma passagem na quebrada, Carvalheira, antes de Paredes Secas, Covide.

Mas os povos que nos deram o nome foram os Búrios, um ramo dos suevos, e sobre este povo aconselho a leitura do livro do Dr. Domingos Maria da Silva, com este título, que o município acaba de lançar em 4.<sup>a</sup> edição. Segundo alguns estudiosos, terá sido este povo a introduzir no território o garrano (*equus caballus*).

Sobre esta espécie equina, o Município tem praticamente concluída a construção de um centro equestre, o Centro Interpretativo do Garrano, no lugar de Sá, em Covide, o qual, além de visar a preservação desta espécie, será uma escola de equitação, um centro de actividades equestres e possibilitará a realização de passeios a cavalo ou de charrete através da via romana e dos «Trilhos Pedestres na Senda de Miguel Torga».

A história de Terras de Bouro prende-se, também, com a fundação da nacionalidade e com os primeiros reis de Portugal.

Conta-se que os fidalgos «Abreus da Grade» que, no tempo de D. Afonso Henriques, participaram na batalha do Vez, nos Arcos, cujo sangue - segundo Alexandre Herculano - terá tornado vermelha a água do rio Vez, eram oriundos da aldeia de Brufe e usaram, como tática, uma armadilha composta por ramos entrelaçados, a que chamaram grade, que costumavam usar nos fossos dos fojos do lobo. Esta “grade” consistia num entrecruzar de ramos colocados na boca do fosso, disfarçando-a.

A proximidade dos terrabourenses à zona raiana e a obrigação da sua defesa, valeu-lhes a concessão de vários privilégios reais que foram sucessivamente renovados, desde D. Dinis até D. José, em 1752. Devido a estes privilégios, os homens estavam dispensados de incorporarem o exército real e nem os cavalos de sua majestade aqui podiam ser apascentados.

Sempre que os angariadores de soldados se deslocavam a esta região, imediatamente o povo se mobilizava para pedir ao Rei nova carta de confirmação de privilégios. Por este motivo é que hoje temos

tantos Alvarás de confirmação. Embora o último Alvará conhecido seja o de D. José (1752), a verdade é que, no início do séc. XIX (1805), a Câmara, os juizes e os eleitos das freguesias celebraram uma escritura em que se obrigavam na angariação do montante necessário para custear a confirmação do privilégio de isenção do recrutamento de soldados.<sup>2</sup> Isto depois de, em 1801, aquando da guerra peninsular, os oficiais da Câmara, com o Couto de Souto e oficiais de ordenança, terem celebrado uma escritura em ordem ao arranjo da casa da trincheira da Portela do Homem, como sempre faziam quando pressentiam o aproximar de alguma guerra.

Refira-se, a este propósito, que, por volta de 1385, 600 homens do Julgado e Couto de Bouro, capitaneados pelo Dom Abade do Mosteiro de Bouro, derrotaram, no vale de Leonte, cerca de dois mil galegos:

«sendo o Condestável D. Nuno Álvares Pereira avisado desta gloriosa vitória, pessoalmente veio a Bouro, em nome de El-Rei, agradecer ao Dom Abade aquele serviço, dando-lhe o privilégio de Capitão dos Coutos e Fronteiro-Mor da Portela do Homem, e licença para ordenar em suas terras todas as honras anexas aos tais cargos. É tradição de que houve um Breve (...) em que se concedia aos Dons Abades de Bouro licença para, em tempo de guerra, poderem dizer missa no arraial sem vestimentas mais que a cógula vestida. Podem trazer pajem de armas em sinal de sua dignidade. Esta proeminência se lhe concedeu e confirmou por muitos reis»,

como consta de um documento do séc. XVIII sobre a Senhora da Abadia, denominado *Origem e primeira fundação do portentoso Santuário de Nossa Senhora da Abadia*.

A obrigação de defenderem à sua custa a fronteira fez com que estes povos construíssem várias trincheiras<sup>3</sup> no seu território, cujos vestígios

---

<sup>2</sup> ADB/UM, Nota do Tabelaio de Terras de Bouro.

<sup>3</sup> Muro construído, normalmente, em parede dupla de pedra com torrões e pedras no interior. Tinha cerca de 1,20m de altura e outro tanto de largura.

ainda hoje podemos admirar. A primeira, na Portela do Homem<sup>4</sup>, sobranceira ao vale de Rio Caldo, na Galiza. A segunda, na Portela de Leonte, onde hoje se encontra a casa florestal; a terceira, na encosta de Palheiros; a quarta, na Guarda, em S. João do Campo; a quinta, na serra Amarela junto às casarotas. Há quem refira a existência de uma sexta trincheira. E não consta que alguma vez os nossos inimigos tivessem entrado por esta zona raiana.

Do lado espanhol, perto da localidade de Rio Caldo, também existe uma trincheira semelhante conhecida como a «trincheira de Torneiros». Igualmente, segundo um documento existente no Arquivo Paroquial de Entrimo, os povos galegos de Entrimo e Lobios possuíam privilégios semelhantes aos nossos concedidos pelo rei Filipe III, de acordo com um alvará datado de Março de 1608, e confirmados por carta régia de Filipe IV em 30 de Julho de 1643.<sup>5</sup>

Em 1642, após a restauração da independência, os povos desta região, receando a entrada dos inimigos pela Portela do Homem seguindo a Geira, destruíram as quatro pontes existentes na zona de Albergaria.<sup>6</sup>

No princípio do séc. XIX, após a Guerra Peninsular, os moradores de Vilarinho das Furnas, segundo consta, capitaneados pelo Pe. Pires de Freitas, Abade de Carvalheira, incendiaram a Fábrica de Vidros situada no vale de Linhares, a qual ficou completamente destruída. A justificação oficial foi que ali estariam escondidos revolucionários franceses (na sequência da Revolução Francesa). Mas a verdadeira razão está no receio que as populações tinham de ver destruído o seu património natural, nomeadamente, os carvalhais da Mata de Albergaria (utilizados como combustível) e o quartzo. Assim, estes povos foram os primeiros defensores do património natural que hoje constitui a Reserva Biogenética da Mata de Albergaria.

---

<sup>4</sup> Refira-se, a este propósito, que «portela» significa «porta pequena», passagem estreita. Muitos destes sítios eram utilizados para a cobrança de direitos de passagem e foi nestes locais, aproveitando as características geomorfológicas, que os terrabourenses construíram as suas trincheiras.

<sup>5</sup> Cf. ALONSO, Benito – *Guerra Hispano-Lusitana* (1893).

<sup>6</sup> Ponte de Albergaria, ponte do Forno, ponte de Monção e ponte de S. Miguel.

Mas as vicissitudes por que passaram os povos terrabourenses não param aqui.

Uma das suas grandes riquezas, a floresta, foi, desde os finais do séc. XIX, cobiçada pelo Estado, mas sempre a Câmara Municipal, remando contra ventos e marés, procurou acautelar esses direitos.

Em 27 de Fevereiro de 1879, quando reuniu para deliberar sobre um pedido de concessão das águas termas do Gerês, declarou não ver inconveniente na cedência de madeiras da serra ao peticionário, desde que o mesmo **“entenda que essas mattas geresianas pertencem a este município”**. Igualmente, quando foi solicitada a pronunciar-se sobre a concessão do estabelecimento balnear do Gerês, voltou a insistir na obrigatoriedade do reconhecimento daquela mata como pertencente à autarquia, como se verifica pelo extracto da acta da sessão de 13 de Fevereiro de 1883:

«Esta Câmara, alegando que é actualmente a administradora do estabelecimento do Gerês, **e bem assim das florestas, montados e terrenos do mesmo nome, que todos, a fóra os que se acham no dominio particular, são municipais**, declara que tudo isso cederá se necessário para as edificações e embelezamento que os requerentes projectam».

Começou, então, a notar-se um crescendo mal-estar entre o povo devido a um certo controlo do comportamento das populações em relação à serra, o qual se foi acentuando ao longo dos anos que antecederam a posse definitiva da serra por parte do Estado, estando incumbidos dessa missão de policiamento os regedores de paróquia que, do mesmo, davam conta ao administrador do concelho o qual, por sua vez e com incompreensíveis exageros, informava o Governador Civil.

Na sequência destas informações, foram enviados ao regedor da freguesia de Vilar da Veiga editais para afixar sobre as restrições impostas à população sobre o uso das matas. Foi, ainda, ordenado ao regedor que fizesse cumprir *rigorosamente* os editais e que enviasse, ao administrador do concelho, «uma relação dos individuos que

tinham tirado a casca na mata do Gerês, e rol das testemunhas que têm presenciado o facto»<sup>7</sup> para efeitos de levantamento do respectivo auto.

Podemos afirmar que começou aqui uma espécie de caça ao terrabourense que se iria prolongar por mais de um século, dando origem a confrontos, ocupações militares e a vários processos judiciais.

A posse da mata geresiana por parte do Estado processou-se de uma forma violenta e repressiva para as populações, apesar de se tratar de logradouros florestais, tendo ‘escorraçado’ os ‘velhos serranos’. Vejamos que nem os residentes, que durante séculos protegeram a serra com as suas espécies vegetais e animais, são tratados com a dignidade que o seu passado histórico merecia:

«Ora, em 1888, o Estado tomou conta dos 10.000 hectares de logradouros florestais que compreendem a parte principal da serra, arrancando-os pela violência às populações arborizadas que os exploravam desde tempos imemoriais, (...)»<sup>8</sup>

Ligados à odisseia do povo terrabourense, andaram três irmãos que se instalaram no concelho e tentaram, por várias maneiras, enriquecer à custa das populações, não hesitando em acumular cargos públicos, à revelia da autarquia, contando com o apoio incondicional do Governador Civil do distrito de Braga, o “célebre” Visconde de Pindella.

Pelas suas atitudes, foram apelidados, pelo dr. José António de Araújo<sup>9</sup>, de ‘os irmãos metralha’. Foram eles: o médico cirúrgico Manuel Joaquim Leite Ribeiro, administrador do concelho (1880 e 1887 a 1890); Álvaro Augusto Leite Ribeiro, administrador substituto (1886) e Adriano Augusto Leite Ribeiro, amanuense (1886) e regente florestal (1889).

A conduta do administrador em relação ao concelho foi de carácter repressivo e não dialogante, procurando, por todos os meios

---

<sup>7</sup> Ofício de 30 de Maio de 1887, enviado pelo administrador do concelho ao regedor da freguesia de Vilar da Veiga.

<sup>8</sup> In *Ilustração Portuguesa* de 3 de Agosto de 1908.

<sup>9</sup> Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro de 1979 a 2002.

disponíveis, extorquir algum dinheiro à autarquia e não hesitando no recurso à intimidação via forças policiais ou militares. Como corolário deste comportamento vingativo e de afronta, a 17 de Agosto de 1888, e sem qualquer legitimidade para o fazer, pois era um indivíduo nomeado pela administração pública para articular com a Câmara e a Repartição Central, assina, com o inspector dos Serviços Florestais, em representação do Governo, a entrega da mata da serra do Gerês ao Estado.<sup>10</sup>

Esta entrega não foi pacífica por parte das populações e da autarquia que, desde logo, manifestaram o seu descontentamento.

Para intimidar as populações que não aceitavam esta integração, já em Julho de 1888 tinha sido enviado um destacamento da polícia civil da cidade de Braga para o Gerês, tendo o administrador solicitado à Câmara Municipal a cedência de instalações e equipamento para as forças militares:

«Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que, no princípio da próxima semana, tem de chegar ao Gerês um destacamento da polícia civil da cidade de Braga; em vista disto, digno-se V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de presidente da Câmara deste concelho, dar as providências precisas a fim de ser prestada à mesma força não só casa, mas também mobília que deve constar de enxergas, uma mesa, cadeiras, bilha para água e luz. Igualmente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> se digno mandar-me, com a máxima urgência, uma cópia das posturas privativas do Gerês.»<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> TUDE DE SOUSA, *Gerez: Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927, pág. 256: «Do Gerês, por Vidoeiro à Preguiça, - antes da Preguiça ficando em Sicelo as duas grandes pereiras bravas - fecha-se acima a garganta que se abre depois sobre Leonte, Leonte onde em 17 de Agosto de 1888 o Inspector dos Serviços Florestais, enviado do Governo, hoje director dos mesmos serviços, presidindo aos trabalhos da Conferência [Conferência Florestal realizada no Gerês em 1916], assinou com o Administrador do concelho de Terras de Bouro o auto de posse da serra para o Estado e onde desde os primeiros anos se levanta uma das mais antigas e elegantes casas dos nossos guardas.»

<sup>11</sup> Ofício, datado de 1 de Julho de 1887, do Administrador do concelho, Manuel Joaquim Leite Ribeiro, para o Presidente da Câmara.

A situação de conflito foi-se agudizando de tal modo que, no dia 26 de Novembro de 1888, estalou uma revolta no Gerês. Se os incidentes foram insignificantes, pois resumiram-se a umas ameaças de deitar fogo à serra e de queimar os empregados florestais, isto depois destes terem disparado sobre alguns populares que tentavam destruir as plantas do viveiro do Gerês, as consequências foram grandes ao criarem o pânico não só entre os florestais, cujos responsáveis fugiram, de imediato, para a cidade de Braga, mas também a nível do Governo Civil do Distrito.

O Governador Civil, conhecedor do descontentamento das populações para com os Serviços Florestais desde que a mata geresiana tinha sido submetida ao regime florestal, e ao verificar a chegada de telegramas alarmistas dizendo que o povo pretendia incendiar não só a mata, mas também os hotéis das Caldas, não hesita em mandar toda a força disponível do Regimento de Infantaria 8 para o Gerês, onde chegaram ‘cansadíssimos e molhados como pintos’, tendo solicitado reforços às infantarias 18 e 20, com a última a chegar à cidade de Braga no dia 29.

Como se lê na imprensa da época, “o pânico dos agentes do governo foi indescritível”, apesar da chegada da tropa ao Gerês ter causado uma enorme surpresa, “porque até se ignorava que houvesse desordem - tal era a sua importância”. Na verdade, o problema reduzia-se “a uma simples questão de direitos que os povos da localidade desejam conservar, e que consta serão atendidos pelo governo.”<sup>12</sup>

No dia 28, os povos vizinhos da serra reuniram-se em comício para debater a situação, tendo sido nomeada uma comissão, composta por quatro pessoas, que assumiu o encargo de elaborar uma petição a ser apresentada ao Governo, na qual solicitavam o reconhecimento dos ‘direitos adquiridos e justos’.

Esta petição foi entregue ao inspector florestal Pedro Roberto da Cunha e Silva, uma vez que as populações se recusaram a entregá-la ao administrador do concelho por este não lhes merecer confiança.

Na sequência desta representação, é aprovado o *Regulamento*

---

<sup>12</sup> In *O Comércio do Minho* de 29/11/1888.

*provisório dos serviços de arborização da serra do Gerês*, como salvaguarda dos tradicionais usos e costumes destes povos.

A tropa permaneceu no Gerês entre os dias 26 de Novembro e 2 de Dezembro, donde regressou arrasada: “um deslocou um pé, outro trazia as costas derreadas; e muitos chegaram aqui [a Braga] com um pé calçado e outro descalço e com a farda rota e deteriorada.”<sup>13</sup>

Os atritos entre o administrador do concelho e a Câmara Municipal, em representação dos povos, foram-se agudizando, com o primeiro a dar conhecimento ao Governador Civil da actuação dos povos:

«Tenho a honra, para os devidos efeitos, de passar ao poder de Vossa Excelência a inclusa resenha dos acontecimentos do Gerês, desde 18 de Agosto, em que parte da serra do dito Gerês foi incorporada nas matas nacionais, e bem assim de todos os mais acontecimentos que tiveram lugar nos dias 26 e 28 de Novembro último.»<sup>14</sup>

Como o povo continuasse a fazer sentir os seus direitos ancestrais contra a arbitrariedade dos “florestais”, o regente florestal encarregado pela arborização da serra do Gerês procedeu ao levantamento de um auto de investigação que, posteriormente, foi enviado, a 8 de Janeiro de 1889, pelo administrador do concelho, ao delegado do Ministério Público da comarca de Vieira do Minho. Enviou, igualmente, o auto de investigação ao delegado do Ministério Público da comarca de Amares em 25 de Janeiro.

Entretanto, o administrador do concelho, magoado pela exoneração do seu irmão, o amanuense Adriano Augusto Leite Ribeiro<sup>15</sup>, escreve ao Governador Civil acusando a Câmara de se revoltar “contra as medidas superiores” relacionadas com a reflorestação da serra, acrescentando que, dados os seus escassos recursos financeiros e o facto de pertencer, judicialmente, a três comarcas, “seria uma alta conveniência para estes

<sup>13</sup> In *O Comércio do Minho* de 4/12/1888.

<sup>14</sup> Ofício nº 149, de 11 de Dezembro de 1888, dirigido ao Governador Civil, in *Copiador Especial* da correspondência expedida pela Administração do concelho de Terras de Bouro para o Governo Civil no ano de 1888.

<sup>15</sup> Exonerado a 30 de Outubro de 1888.

povos” a suspensão do concelho, como podemos verificar no ofício n.º 5, de 14 de Janeiro de 1889:<sup>16</sup>

«Em quanto ao amanuense é menos verdade o que a Câmara diz; pois que o antigo amanuense foi exonerado no dia 30 de Outubro do próximo ano findo de 1888, e logo no dia 2 de Novembro do dito ano findo de 1888 foi o actual nomeado. **Esta Câmara que prima tanto pela sua ilustração, como pela sua delicadeza, está sempre disposta a revoltar-se contra as medidas superiores, como por mais de uma vez o tem feito. Se não tem rendimentos para ocorrer às despesas obrigatórias (o que não é verdade) melhor seria pedir a suspensão do concelho, o que seria uma alta conveniência para estes povos; por que judicialmente pertence a três comarcas.»**<sup>17</sup>

A onda de descontentamento não se limitava aos povos que se viam privados dos seus direitos pela usurpação da mata do Gerês, mas alastrava por quase todo o país, sendo frequentes a realização, ou tentativas de realização, de comícios de protesto.

A agitação popular foi ganhando tais contornos que o concelho de Terras de Bouro foi um dos escolhidos para aí se realizar um comício “contra a marcha nefasta do governo progressista” e “contava-se que fosse concorridíssimo.”<sup>18</sup> Refira-se que este comício não se chegou a realizar devido às autoridades terem determinado o envio de uma força de infantaria para manter a ordem. Para cúmulo, o administrador do concelho solicitou à Câmara Municipal o pagamento dos ‘boletos’, os quais, obviamente, a Câmara não pagou.

Entretanto, o administrador é substituído, em virtude de ter pedido a demissão, e o novo administrador tentou apaziguar os ânimos exaltados das populações, mas a revolta tornou-se incontrolável. Assim, nos dias 24 e 25 desse mês de Fevereiro, foi a vez do povo de Vilar da Veiga

---

<sup>16</sup> O sublinhado é da nossa responsabilidade.

<sup>17</sup> Ofício n.º 4, de 14 de Janeiro de 1889, dirigido ao Governador Civil, in *Copiador Especial* da correspondência expedida pela Administração do concelho de Terras de Bouro para o Governo Civil.

<sup>18</sup> *Comércio do Minho* de 24 de Janeiro de 1888.

liderar a revolta convidando os povos das freguesias circunvizinhas e entrando na mata armados com espingardas, machados, foices e paus, exigindo a saída dos guardas florestais, destruindo o barracão de Albergaria e cortando ou destruindo as plantações.

Na sequência da sublevação popular por causa do abuso dos Serviços Florestais em aumentar, pouco a pouco, os limites do perímetro inicialmente previsto para a reflorestação, foram as populações, uma vez mais, espezinhadas pela presença de forças militares em Março de 1890 que estacionaram, entre outros sítios, na zona de S. João do Campo e em Vilar da Veiga.

A partir de 1888, ano em que os Serviços Florestais se apropriaram de parte significativa da serra do Gerês, agudizou-se o espezinhar das populações e dos seus legítimos representantes, a Câmara Municipal. Já em 1874 não tinha sido bem vista a protecção que os populares tinham dado aos carlistas. A polémica entre a Câmara e o administrador do concelho, que tinha o beneplácito do Governador Civil do distrito, agudizou-se, chegando o administrador a sugerir a extinção do Concelho.

Ao ter conhecimento que se preparava a extinção, a Câmara envolveu-se em várias iniciativas tendentes a impedir que tal viesse a acontecer, desde a participação em manifestações até ao envio de três exposições ao Rei, a última das quais, pela sua expressividade e emoção, merece que a conheçamos, aliás, foi publicada na imprensa de então e, este ano, republicada no jornal «Correio do Minho».

«Senhor!

A Câmara Municipal de Terras de Bouro e os municípios no fim assinados, desde o momento em que se abriu litígio acerca do ir ou nascer da sua respectiva circunscrição e, conseqüentemente, de vida ou de morte para o município, a cujos funerais não desejam assistir, têm-se por obrigados, em nome da justiça, com que aquela já suplicou a Vossa Majestade pela elevação do seu concelho à segunda classe, a jurar em nova alegação, as últimas e supremas razões em que se fundam. Digne-se Vossa Majestade ouvi-las e atendê-las.

Senhor:

Em criar há qualquer coisa fascinante, que eleva os homens da sua natural condição à de uma ordem superior, e os impõe à admiração dos bons e aos mais honrosos registos da história. Em demolir obras consagradas pelo tempo, julga o povo – essa série de parcelas que dá um honroso e glorioso agrupamento a cujos afectos e destinos Vossa Majestade anda vinculado – não ver mais que uma impiedosa e estéril profanação.

Senhor:

Se se tratara de edificar sem destruir o legal existente, com não ser fácil dar cómoda arrumação aos habitantes desta região, já saída do seio de Deus com características que só seriam *expungidos* quando, nivelados os seus altos montes pela profundura dos vales, não existisse fôlego vivo, os suplicantes reconhecem que se poderia architectar uma entidade município, porventura mais perfeita. Em Terras de Bouro, não. E por meio de dispersão, por ameaças, não, e nunca, salvo o caso de servidão, salvo o direito de conquista. Opõe-se a isso, a justiça, a natureza, o querer dos povos, o *hiati possidentes*, tudo, em fim, quanto possa valer nas sábias e conscienciosas ponderações de Vossa Majestade. Até hoje, Senhor, se ambição havia, entre vizinhos, de engrandecimento próprio à custa da servidão alheia, encolhiam mão a sordidez das cúpidas vistas no recinto do Senhor. No grave momento histórico, porém, em que nos achamos, à palavra mal contida seguiu-se a acção, o lar converteu-se em arena, fez-se grosso invento de causas dominantes, suprimiu-se a correntia noção das palavras, e levou-se, em fim, o *ousio* ao ponto de querer-se que seja Vossa Majestade, esteio e esperança nossa, quem, como se obedecesse às supremas razões de estado, nos dê o golpe de extermínio. Pretende-se, sabem os suplicantes, inculcar a Vossa Majestade, que as freguesias de Valdosende, Rio Caldo e Vilar da Veiga, foram noutros tempos, do extinto concelho de Ribeira de Soás. Mas, nem isto, se valor tivesse na actualidade, nem isto, Senhor, é verdade. A essa pequena agremiação só pertenceu a última das apontadas freguesias, e, assim mesmo, não por motivos de natureza administrativa, mas

pelo de simetria entre a divisão civil e a eclesiástica, pois que Vilar da Veiga, então povoação de somenos importância, andava anexa, alternativamente, às freguesias da Ventosa e de S. João da Cova. De igual sorte se intenta pedir argumento às distâncias, insinuando que estão, dizem, a bem da anexação dessas freguesias a Vieira, mas a verdade é que a extremidade norte de todas elas fica mais próxima da sua actual sede concelhia do que o está da de Vieira a extremidade sul.

Senhor:

A última e derradeira vontade da Câmara e povos estão respeitadamente manifestados a Vossa Majestade. Esse seu legítimo querer tem meios económicos de honrada existência. Não há motivos derivados da posição geográfica, dos hábitos e relações da população que aconselhem uma tentativa que, sem melhorar a administração pública, só serviria de ferir de morte os melhores e mais fiéis devotos da monarquia e do seu Augusto Monarca. E Vossa Majestade não há-de querê-lo. Pelo que, a breves traços, e segundo o exige o aperto desta conjuntura, os suplicantes, concluindo, pedem a Vossa Majestade que, da mesma forma porque eles em tudo se honram pelo fiel cumprimento dos seus deveres de Vassallos, Vossa Majestade se Nobilite mais uma vez, no conceder, a quem tão pouco roga, o direito de viver consoante lho permitem os seus recursos económicos.

E Receberá Mercê.»

Ass. Abílio Augusto da Silva Martins  
Silvério Joaquim da Costa  
João Pires Fernandes de Carvalho  
Bernardino José Ribeiro de Araújo  
João Pires da Costa  
Secundino António d'Aguiar<sup>19</sup>

Todas as tentativas para travar a extinção do Concelho foram em

---

<sup>19</sup> Extracto da Acta da sessão ordinária da Câmara Municipal realizada a 8 de Abril de 1895.

vão e, por decreto de 14 de Agosto, publicado no *Diário do Governo* de 17 de Agosto de 1895, e sem qualquer justificação além das ‘informações officiaes’, o concelho de Terras de Bouro, juntamente com os concelhos de Alfândega da Fé, Aljezur, Castro Marim e Vila do Bispo, é extinto nos seguintes termos:

«§ 1.º É supprimido o concelho de Terras de Bouro, e das respectivas freguezias são anexadas ao concelho de Amares as de Balança, Campo do Gerez, Carvalheira, Chamoim, Choreense, Covide, Moimenta, Monte, Ribeira, Souto e Villar; ao concelho de Vieira as de Rio Caldo, Valdozende e Villar da Veiga; e ao concelho de Villa Verde as de Brufe, Cibrão [Cibões] e Gondoriz.»

O povo e a Câmara não se conformaram com esta decisão arbitrária e tomada à revelia das populações, e desde logo procuraram fazer sentir junto de quem de direito as suas preocupações e os inconvenientes advindos da extinção.

Muitos foram os protestos dos munícipes dos concelhos extintos que chegaram ao Rei, tendo este decretado, em 24 de Maio de 1897, a criação de uma comissão que tinha como objectivo examinar as várias reclamações formuladas nos termos dos decretos de 14 e 25 de Fevereiro de 1897.

Tendo em conta o relatório da comissão supra referida, e procurando «conciliar quanto possível as commodidades dos povos com os superiores interesses da administração do estado», o Rei, em 13 de Janeiro de 1898, decreta a restauração de vários concelhos, entre os quais o de Terras de Bouro:

«Artigo 1.º São restaurados os concelhos mencionados no mappa nº 1, que com o presente decreto baixa devidamente authenticado, ficando constituídos com as freguezias que no mesmo mappa lhes são respectivamente designadas e sendo encorporados nos districtos administrativos a que o mappa allude.»<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> *Diário do Governo* de 15 de Janeiro de 1898.

O concelho de Terras de Bouro ficou com a divisão administrativa anterior à extinção e que é a mesma que hoje vigora com dezassete freguesias.

Esta extinção foi mais uma forma de violência exercida sobre os habitantes deste concelho que se viram obrigados, durante quase três anos, a deslocações, consideradas muito distantes para a época, dada a falta de meios de transporte e de vias de comunicação, a Amares, a Vila Verde ou a Vieira do Minho.

Vencida a batalha da restauração do concelho, as populações continuaram a sofrer a usurpação dos seus terrenos, primeiro, com os vários aumentos do perímetro florestal, como no dia 20 de Setembro de 1904, quando foi publicado um decreto, datado do dia 9, no âmbito da Direcção-Geral de Agricultura, Repartição dos Serviços Florestais e Aquícolas, o qual submete, ao regime florestal, os terrenos do Mourinho e as parcelas que a Câmara Municipal trazia aforadas ao povo de Vilarinho das Furnas. Mais tarde, em 1936, novo alargamento na freguesia de Vilar da Veiga. Finalmente, vieram as barragens: primeiro a da Caniçada e depois a de Vilarinho das Furnas.

Apenas com o advento do Poder Local é que chegou a emancipação do concelho de Terras de Bouro e se iniciou um processo de desenvolvimento que se encontra em curso, podendo afirmar-se que, em trinta anos, o Município passou da Época Medieval à Modernidade. Assim, da dependência da agricultura e da ausência de acessibilidades, electricidade, abastecimento de água, redes de saneamento e outros investimentos públicos e privados, passámos a um concelho de referência a nível turístico, com investimentos públicos e privados que, só no último ano, ultrapassaram os 25 milhões de euros, sem dúvida o maior investimento de todos os tempos realizado no Concelho (municipais: ponte de Souto, ponte de Pesqueiras, "Porta" do PNPG, habitação social, duplicação da Marina de Rio Caldo, projecto «A Geira na Serra do Gerês», saneamento, etc.; estatais: quartel da GNR do Gerês e Pousada de Juventude de Vilarinho das Furnas; particulares: novo balneário, remodelação do hotel Maia e construção de Aparthotel).

Temos, pois, motivos mais que justificados para nos orgulharmos de ser terrabourenses e comemorarmos o Dia do Município com um feriado próprio e cheio de motivações históricas.

Viva Terras de Bouro!

Viva Portugal!

# TOMBO<sup>1</sup> DA IGREJA DE SÃO JOÃO DE RIO CALDO, TERRAS DE BOURO<sup>2</sup>

por  
DOMINGOS ALVES\*

## ADVERTÊNCIA

O texto que se segue não tem qualquer outra pretensão que não seja a de dar a conhecer aos interessados, e sobretudo aos habitantes da freguesia de Rio Caldo, algo da sua história menos recente, história essa que espero continuar a desvendar à medida que me for possível.

Procurei ser fiel ao original, que se encontra no Arquivo Distrital de Braga, hoje integrado na Universidade do Minho, esforçando-me por actualizar a linguagem da época, mas sem a descaracterizar, quer na sua estrutura frásica, quer no seu conteúdo semântico. Um ou outro vocábulo mais «difícil» aparece devidamente explicado no fim.

A esta primeira parte mais duas se seguirão, dando-se, então, por finda a publicação do TOMBO DA IGREJA DE SÃO JOHÃO DE RIO CALDO - TERRA DE BOURO.

---

<sup>1</sup> TOMBO – do grego Tómos (pedaço cortado, parte, porção) surge o vocábulo Tomo, volume; do mesmo vocábulo, mas através do Latim (Tomu«m») veio-nos, por outra via, a palavra TOMBO, que vulgarmente significa ARQUIVO. - Ver *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, José Pedro Machado, vol. V, p. 313.

<sup>2</sup> As Primeira e Segunda Partes deste trabalho já tinham sido publicadas, respectivamente, nos *Cadernos de Cultura* n.ºs 3 e 4, mas para se dar uma visão de conjunto do documento são novamente reproduzidas, ficando o texto agora completo.

\* Professor da Escola Secundária Sá de Miranda, Braga.

POR TODAS AS «FALHAS» QUE EVENTUALMENTE SURJAM NO DECURSO DO TEXTO ESPERO A AMÁVEL COMPREENSÃO DOS LEITORES, JÁ QUE NÃO SOU UM ESPECIALISTA NA MATÉRIA; PROCUREI, ISSO SIM, DAR O MELHOR DE MIM MESMO, COMO É EVIDENTE.

PARA O PROF. DOUTOR FRANQUELIM NEIVA SOARES, MEU PREZADO AMIGO DE LONGA DATA, E ACTUALMENTE DOCENTE NA UNIVERSIDADE DO MINHO, OS MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS PELA TRANSCRIÇÃO QUE FEZ DO ORIGINAL, E PELO GRANDE ESTÍMULO QUE SEMPRE ME TRANSMITIU NA INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA ÉPOCA REFERENTES À HISTÓRIA DE RIO CALDO.

RIO CALDO, SET. DE 1999

## I

Em nome de Deus, Amen. Saibam quantos este instrumento de tomo virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil quinhentos e quarenta e dois, aos trinta e um dias do mês de Maio da referida ERA, na Igreja de S. João de Rio Caldo, Terras de Bouro, perante mim, notário, e testemunhas abaixo assinadas, compareceu o muito honrado Sebastião Fernandes, abade de S. João de Rio Caldo, e me apresentou um alvará do provisor da cidade de Braga, e cujo teor é o seguinte:

Eu, licenciado Sebastião Gonçalves, provisor e Vigário geral nesta cidade e arcebispado de Braga, (...) faço saber a vós, abade de Valdozende, e a Lourenço Gonçalves, capelão de S. João da Cova, e também a Sebastião Gonçalves de Sá e Pedro Fernandes Sapateiro, moradores na Freguesia de S. João de Rio Caldo, que o já referido abade de S. João (de Rio Caldo) me mandou dizer, por sua petição, que por serviço de Deus e descargo da sua consciência, queria fazer a relação dos bens do assento da dita igreja, bem como as herdades que igualmente ela possui noutros lugares, as quais nunca foram inventariadas; igualmente me foi solicitado que lhe mandasse carta de vedoria, e confrontação (das herdades), o que, depois de analisado por mim, mando que se

cumpra, em virtude da obediência, e sob pena de excomunhão, que vós ambos, em pessoa e com os já referidos homens bons, e juntamente com o notário apostólico, tudo confirais e tudo escrevais, conforme este instrumento de certidão que vos é apresentado.

Referem-se as confrontações, os «apelidos» das casas, o número delas, os nomes particulares de cada propriedade e respectivas confrontações; deve igualmente fazer-se referência aos alqueires necessários para as sementeiras, e à respectiva área dos campos; às vinhas e a quantos almudes de vinho terão de dar em cada ano (à igreja).

Tudo isto será referenciado pelo dito notário, junto do qual vós ambos e os ditos homens bons certificareis e dareis o vosso parecer acerca do que se deve pagar em cada ano por cada uma das já referidas herdades e terras pertencentes à igreja. E, antes de fazerdes a dita vedoria, relação e cálculo de bens, haveis de jurar perante os Santos Evangelhos aos ditos homens bons, por quem na verdade sois estimados; tudo o que disserdes ambos jurareis perante o dito abade, ou seu procurador, assinando por fim tudo o que ficar escrito. Informar-me-eis de tudo para que eu lhe dê o devido seguimento, como é meu dever e serviço de Deus, e proveito da dita igreja.

Fernão Luís a fez em Braga, a trinta de Janeiro de mil quinhentos e quarenta e dois.

Este alvará será presente, tal e qual, ao dito abade que mo requereu, para que eu próprio o desse a conhecer aos referidos abade de Valdozende, a Lourenço Fernandes, a Sebastião de Sá, e a Pero Fernandes, os quais por mim foram citados; apresentar-se-ão, pois, ao dito abade, jurando todos perante mim e o dito abade, que tudo farão como lhes fora mandado pelo senhor provisor. Foram, então, citadas as pessoas a quem o alvará fazia referência; logo de seguida, principiamos a elaboração do TOMBO, segundo a forma de Constituição.

1. Primeiramente, inventariámos o que havia dentro da igreja, a saber: Três altares onde se celebra a missa: o altar-mor foi sagrado pelo bispo (...) e nele se encontra o Santíssimo Sacramento, com umas cortinas de linho branco, com franjas, e dois castiçais de ferro castanho; existe, também, uma campainha grande, outra menor, e ainda uma outra

mais pequena, que é usada quando levam o Santíssimo Sacramento aos doentes; vê-se, também uma pia de baptismo, e uma arca em que se encontram as seguintes coisas:

Três vestimentas, uma das quais de catassol<sup>3</sup> e outras duas mais, ainda um pálio de linho com franjas; umas toalhas da Índia pintadas de vermelho à volta; outras toalhas de Castela, já usadas, um frontal pintado com um cordeiro ao meio, uma peça de linho com duas toalhas, de quatro metros mais ou menos; uma toalha de comunhão, de sete metros e meio, mais ou menos; uma toalha velha, de cinco a seis metros; outra, ainda nova, mas já rota no meio, de quatro metros, mais ou menos; outra de três metros e com três cintas vermelhas na ponta; uma outra, de mais ou menos um metro; outra, ainda, já meio usada, que terá aí uns quatro metros aproximadamente. Também outra toalha, de cerca de quatro metros e já usada, que se encontra no altar de Nossa Senhora.

Ainda uma outra toalha, de quatro metros, que se encontra no altar de S. Sebastião; uma peça, ornada de preto e que serve para cobrir a imagem de S. Sebastião, também de quatro metros, aproximadamente.

Ainda na referida arca existe uma cruz nova com Crucifixo de latão, de arte mourisca, e dois missais de rito bracarense, bem como dois outros manuais do mesmo rito, ainda uma bandeja, para receber as ofertas e um livro de Constituições do arcebispo D. Henrique Infante, uma âmbula<sup>4</sup>; uma caldeira de água-benta, um turíbulo para incensar; uma «conta» benzida pelo papa, com o seu retábulo, em que se declaram as indulgências que se obtêm; três lâmpadas: duas da igreja e uma do Santíssimo Sacramento.

Existem (na igreja) portas com suas fechaduras e ferrolhos (...); uma cruz velha com seu crucifixo e uma pia de pedra de água-benta, ainda mais um retábulo, em que estão as palavras da consagração da missa, e um pau da cruz; duas galhetas novas e uma estante e dois «cales» onde se encontram os vasos de prata — um para as festas solenes e outro para uso diário; duas pedras de ara e uma caixa de corporais (com seus corporais).

---

<sup>3</sup> Antigo tecido fino e lustroso.

<sup>4</sup> Vaso onde se guardavam os santos óleos.

Existe, ainda, na igreja uma vestimenta de chamalote<sup>5</sup> vermelha, muito rica, e que o dito abade ofereceu por sua devoção.

Está sob a jurisdição da igreja uma capela do apóstolo S. Pedro que não tem missa obrigatória, pelos menos que seja hoje do nosso conhecimento, ou que o abade tenha autorizado.

2. Tem esta igreja um adro e uma torre; uma casa com cozinha, onde reside o dito abade com dois quartos e uma adega, onde se encontram as vasilhas para recolher a renda; uma cuba<sup>6</sup> grande, de cem almudes mais ou menos, e três mais pequenas, de cinquenta e sessenta almudes, pouco mais ou menos; um tonel de quarenta almudes de vinho; uma cuba de pão, que levará mais ou menos duzentos alqueires; uma dorna de vinte e cinco almudes de vinho; um lagar no canto da adega; uma tulha<sup>7</sup> grande que serve para recolher a renda, e onde se deita milho, centeio e painço.

Tem, ainda, a dita casa mais três anexos, a saber: um, onde vive o Francisco; outro, em que vive a «pequena»; outro, ainda, em que vive a «grande»; uma dependência que serve de forno; outra que serve de adega do Francisco Anes; e outra, também grande, que serve de corte do gado (bois), outra das cabras do Francisco, e outra da «pequena», e ainda a casa da «pequena» que (às vezes) também serve de celeiro. Todas as habitações são cobertas de colmo.

Perto da igreja há três laranjeiras novas; duas ramadas muito boas que o dito abade mandou construir; um quintal com muitas laranjeiras, limoeiros e outras árvores de fruta que o dito abade ali mandou plantar; tem, ainda, duas vinhas, e outras coisas mais.

O assento da igreja confronta do lado nascente com os «montes maninhos» (logradouro público) e do poente com a estrada que vai do adro da dita igreja até Sá, pelo lado de cima da dita igreja, e de Sá pela quelha (calçada) abaixo, pela fonte do ribeiro até à fonte dos Poços de Sebastião de Sá, tudo pela calçada abaixo e estrada abaixo, e dali vai até ao caminho que vem da ponte de Sá pelo outeiro do Fojo, seguindo até ao ribeiro do Pisão acima até ao Canal de João Garcia de

---

<sup>5</sup> Tecido de pêlo ou lã, geralmente com seda.

<sup>6</sup> Vasilha grande de madeira para vinho ou para pisar uvas.

<sup>7</sup> Arca grande para guardar cereais; celeiro.

Parada, que está a par do «Menino Golo». E este «Menino Golo» e o campo do Fojo têm uma levada de água que vem do ribeiro de Parada, e que nunca se torna, senão para regar milho, dia e noite. Este assento confronta, ainda, com as herdades do Falances<sup>8</sup> pela «Fonte do Sírio» até ao caminho que passa por baixo da casa do clérigo da casa Falances, caminho esse que vem da ponte de Sá e vai até à cruz do adro da igreja; este assento está por si só, sem entre ele se intrometer qualquer outra herdade, nem terras, como tudo fica bem claro e conhecido de todos.

Tem este assento da igreja mais duas fontes de água corrida, continuamente de noite e de dia, no Inverno e no Verão, excepto de dia quando se rega o milho, mas de noite pertence sempre à igreja, chamando-se essas fontes, uma de «Senhorinha» e outra de «Meitesende»; a de «Senhorinha» nasce abaixo das «corroas» ou «Campo do Asno» e a de «Meitesende» nasce no caminho que vem da «Carvalha da Era» e juntam-se ambas no caminho a cabo do campo de «Meitesende», de João Gonçalves do Paço, e esta água vem das ditas fontes por dentro do campo do Paço e por cima dos campos de Branca Dias, a Falances, e deste modo vem ter à dita Igreja, sem dever nada a ninguém, excepto no tempo de regar os campos de Sá e de «Cova Aldeas»; tem mais a dita igreja um dia de água em cada semana no Verão e no Inverno que vem da Torre da Seara e do ribeiro de Matavacas, o qual dia é sempre à Sexta-feira em cada semana (...).

Por metade dos benefícios deste assento (da igreja) pagam de renda Francisco Anes e João Gonçalves à dita igreja, em cada ano, sete alqueires de pão meado, a saber: meio centeio e meio milho e cinco almudes de vinho novo pelo S. Miguel de Setembro, e um carneiro ou, em alternativa, cento e vinte reais e uma galinha — tudo isto é comprovado pelo dito abade, que o certifica por sua honra.

---

<sup>8</sup> Ainda existem, actualmente, na freguesia de Rio Caldo, descendentes dessa família com o mesmo nome.

## TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO JOHÃO DE RIO CALDO – II

### 1. Estas são as herdades que apresentam os do Assento

Em Sá apresenta João Eanes um campo que se chama o «Baceiro», que confina da banda do nascente com herdades a que chamam «Alvite», do poente, com Pedro Pires de Sá, e do sul com Sebastião de Sá, herdade do mosteiro de Bouro, e do norte com a estrada; leva de sementeira três alqueires<sup>9</sup>; tem este campo quatro macieiras e cinco uveiras<sup>10</sup> que darão, um ano por outro, um almude<sup>11</sup> de vinho. Apresenta, igualmente Pedro Pires de Sá, outra leira que está na «Cortinha», a par da eira que também está a par do castanheiro, que fica no meio da herdade pertencente ao mosteiro de Bouro; leva de sementeira dois alqueires, e pagam ambos, João Eanes e Pedro Pires de Sá, de tudo isto, cinco alqueires de milho pelo S. Miguel, e ainda uma galinha e um dia de trabalho cada um. Apresenta Gonçalo Pires do Paço uma leira chamada «Cachafotinho», no meio da qual há uma pedra; esta leira fica situada a meio da herdade pertencente ao mosteiro de Bouro — tudo isto apresenta o referido Gonçalo Pires do Paço — paga de cada um, sem título algum, um alqueire e dois frangos, e leva de sementeira um alqueire.

### 2. De Covas

Apresenta Pero Vaz uma leira que está debaixo da eira da «Cova», abaixo da oliveira que está à porta de João Vaz, e debaixo da casa de António Lopes; fica por detrás da adega de João Vaz, ao longo da sebe do «Chão da Fonte», da Cova; confina com a herdade do mosteiro de Bouro, e leva de sementeira meio alqueire; paga cada ano dez reais e ainda um dia de trabalho por altura do S. João; João Vaz da Cova

---

<sup>9</sup> Antiga medida para cereais, que corresponde, mais ou menos a 13 litros/kilos

<sup>10</sup> Árvores a que se prendem os braços das videiras.

<sup>11</sup> Medida de capacidade para líquidos, de 12 canadas ou 48 quartilhos

paga um dia de trabalho à igreja pelos carvalhos que cortou um pouco abaixo da igreja.

### 3. Paredes

Tem Afonso Álvares, de Paredes, em seu poder um campo que se chama o «Vile da Igreja», o qual confina do nascente com o logradouro público<sup>12</sup> — ao fundo do campo há dois castanheiros — e do poente confina com o caminho que dá para o fojo<sup>13</sup> da igreja; leva de sementeira três alqueires; tem, ainda, em seu poder o dito Afonso Álvares uma leira que se chama «Leira da Pedra», que confina com uma herdade de João Pires, de Paredes, do lado do nascente; e do poente com a «Quelha das Chaves»; da outra parte, sul, com um campo que se chama a «Lameira dos Casais», que pertence a Afonso Álvares; aí existe, a meio, uma ribanceira com trinta e duas varas<sup>14</sup> de comprimento; leva de sementeira meio alqueire, e é terra de muita boa qualidade; tem água de lima e de rega que vem pelo rego público da aldeia; paga cada um deles à igreja dois alqueires de milho branco, um par de frangos, vinte reais em dinheiro, e um dia de trabalho; Sebastião Afonso, do «Curral», e Sebastião Gonçalves, de «Contipo», ambos apresentam uma leira que se chama a «Leira da Igreja de Várzea», e que fica logo abaixo do «Chão da Várzea»; confina de nascente com um campo da Viúva (de Paredes) que é pertença do mosteiro de Bouro, e de sul com o «Outeiro de Chão»; leva de sementeira meio alqueire, e tem de comprimento noventa e sete varas; e de largura duas varas ao longo da parede; pagam ambos, por ano, vinte e sete reais, isto é, «Contipo», doze; e «Curral», quinze reais, e ainda um frango e um dia de trabalho cada um.

---

<sup>12</sup> Baldio; terreno público.

<sup>13</sup> Sorverouro de águas.

<sup>14</sup> Medida de comprimento correspondente a 1,10 metros.

#### 4. Vilar da Veiga

Apresenta Branca Garcia, viúva de João Preto, uma leira que se chama a «Leira das Ameixieiras», a qual confina com uma leira de João Martins, da qual dá o dízimo<sup>15</sup> a Deus; está ao longo da «Ribeira», frente a Rio Caldo; a de João Martins fica mais acima, frente à eira do Vilar; confina, do lado Sul, com a herdade de Domingos Eanes, fidalgo, e do norte com Pedro Afonso e com João Garcia; tem dezoito varas de comprimento, e de largura quatro e meia, leva de sementeira um quarto de centeio; por trás, mais outra leira na «Costa da Eira» que se chama a «Costa da Eira», que do nascente confina com o caminho que vai para a eira, do poente com a Veiga, e do norte com uma vinha pertencente à Nossa Senhora da Oliveira<sup>16</sup> de Guimarães; aí existem três oliveiras e sete pés de macieiras, um carvalho e uma uveira nova; tem esta leira doze varas de comprimento e sete de largura; mais a sul, aparece (já fora) um castanheiro que é de Afonso Eanes; este paga à igreja quinze reais e um frango.

#### 5. Parada

Apresentam Gonçalo Vaz e João Garcia, de Parada, uma leira na «Quinta dos Vales», que confina com herdades sujeitas a dízimo, de Branca Martins; João Lourenço, de Parada, com um chão que se chama a «Leira da Pereira», que confina da banda do poente e do nascente com herdades dos «Vales», de Gonçalo Vaz; e João Garcia, de Parada, um campo que se chama «Lavatives», o qual confina do lado nascente com o mesmo campo de João Garcia, e que igualmente se chama «Lavatives»; e do poente parte com a estrada e fonte de «Mogeiro», frente ao ribeiro e à fonte; aí existem quatro pés de uveiras que darão, um ano por outro, um almude de vinho, e levará de sementeira um alqueire; apresenta o dito João Garcia, de Parada, seis carvalhos no

---

<sup>15</sup> Contribuição que se pagava à igreja, e que consistia na décima parte dos frutos colhidos.

<sup>16</sup> A mais famosa Colegiada no território português; data do séc. XI ou séc. XII.

chão do «Caudal» e algumas videiras; pagam ambos, Gonçalo Vaz e João Garcia, cada ano à igreja quinze reais e ainda uma galinha cada um, bem como um dia de trabalho. Apresenta Sebastião Gil, de Parada, o campo das «Ínsuas», que confina de nascente com dois penedos, ou pedras grandes, que estão ao fundo do campo, e do poente com o «Campo de Lavatives», que é pertença de João Garcia, e do norte parte com outro campo que igualmente se chama «Ínsuas», também propriedade de Sebastião Gil, frente aos «Agrelos» de Gonçalo Vaz, herdades do mosteiro de Bouro; a sul confina com o ribeiro que passa entre ele e o «Caudal», de João Garcia; leva de sementeira um alqueire; apresenta outro campo que se chama «Terços», o qual fica do lado de cima da estrada, que parte da fonte do «Mogeirol»; confina do nascente com outro campo, mais pequeno, do mesmo nome, e que se situa frente ao «Mormeiral», e do poente (confina) com o «Souto de Sá»; do lado norte confina com a fonte do «Mogeirol»; leva de sementeira três alqueires; tem um castanheiro cheio de rebentos frente ao «Mogeirol», e à volta está cercado de carvalhos de ramadiço<sup>17</sup>; paga de pensão, cada ano, à igreja, dois alqueires de pão, um de centeio e outro de milho, e duas galinhas, bem como um dia de trabalho. Apresenta Gonçalo Lourenço, de Parada, uma leira na «Cortinha», que vem da estrada do portal da «Ria Cova»; confina de nascente com a estrada do Portelo da «Via Cova»; do poente, com herdades do mosteiro de Bouro, e do norte com a horta do mesmo Gonçalo Lourenço, e que igualmente pertence ao mosteiro de Bouro; leva de sementeira dois alqueires, e paga cada ano à igreja um alqueire de centeio, se se semear centeio; se se semear milho, um alqueire de milho, dois frangos, e um dia de trabalho.

## 6. Da Seara

Apresentam Afonso Eanes e João Eanes, seu irmão, o seguinte: um castanheiro em «Xamilho», bem como outro castanheiro no Souto da «Pereira», e outro ainda no «Boqueiro do Sudro», o temporão<sup>18</sup> do

---

<sup>17</sup> Espécie de carvalho baixo e frondoso.

<sup>18</sup> Que dá frutos muito cedo.

«Codeçal», e o Bolecal da «Mó»; o Eirão da Portela da Rodrigues, e o Bolecal do «Souto da Gémea». As uveiras que apresentam, são as seguintes: uma uveira de castanheiro na «Pedrulha»; três carvalhos e um castanheiro que são as uveiras nos «covatos<sup>19</sup> da Gémea», e que darão, um ano por outro, um almude de vinho. Também uma leira da herdade a que chamam dos «Quebrados», que confronta do nascente com herdades dos referidos João Eanes e Afonso Eanes, e da outra parte com Lourenço Afonso. Ainda outra leira que se chama «Leira da Pena», que confronta do nascente com a «Batoca do Gavião», e com outra leira da igreja, de Sebastião Pires, que confronta do poente com o «Carreiro dos Penedos», e do norte com as herdades dos já referidos Afonso Eanes e João Eanes, e que levam de sementeira um quarta<sup>20</sup>. Ainda outra leira, a que chamam «Leira da Igreja», que confronta do nascente com as herdades de Sebastião Garcia; do poente com Lourenço Afonso, e do norte com os mesmos; esta leva de sementeira meia quarta. Ainda um padieiro<sup>21</sup> que confronta do nascente com umas uveiras do Sapateiro, e do poente com a eira; tem, paralelamente a si, uma mata de castanheiros que fica logo acima da casa de Maria Eanes, a «Manca». Ainda um palheiro coberto de colmo que tem de comprimento oito côvados<sup>22</sup>, e de largura nove, que confronta do nascente com a estrada, e do poente com o caminho que vai para a «Eira de Cima»; do norte, com a eira. Aí existe uma cabana, paralela a ele e frente à eira. Pagam à igreja, cada ano, quarenta e cinco reais em dinheiro, e uma quarta de castanhas secas, duas galinhas e, ainda, um dia de trabalho cada um.

Sebastião Pires apresenta, igualmente, um castanheiro caído no chão, quatro castanheiros no «Souto da Gémea», a saber: um nos «Cutros», outro no quintal da Gémea do Sapateiro; outro, ainda, na «Pereira Bolecal», e ainda outro no «Carreiro de Codeçal», a par do temporão da igreja, que João Eanes e Afonso Eanes apresentam. Apresenta, ainda, uma leira que se chama a «Leira da Pereira», onde há uma pereira, e que confronta com a herdade de Sebastião Garcia,

---

<sup>19</sup> Covas pequenas.

<sup>20</sup> Quarta parte de um alqueire.

<sup>21</sup> Casa em ruínas; edifício velho

<sup>22</sup> Medida antiga de comprimento equivalente a 0,66 metros. Coberta de telhas.

do lado nascente; do poente, com Afonso Eanes e seu irmão, e ainda Lourenço Afonso; dos outros lados, com o já referido Sebastião Pires — esta leira leva de sementeira uma quarta. Também outra leira que confronta do nascente com a «Batoca do Gavião», do poente com os penedos de Lourenço Afonso; e do norte com outra herdade da igreja, que Afonso Eanes e seu irmão apresentam, e que leva de sementeira uma quarta.

Também uma vinha que se chama a «Vinha do Cabo» e que dará, um ano por outro, dois almudes de vinho; esta confronta do nascente com o referido Sebastião Pires, do poente com Sebastião Garcia, Sapateiro, e do norte com Lourenço Afonso. Ainda mais uma casa que serve de celeiro e que foi telhada<sup>23</sup> por Sebastião Pires, e da qual metade pertence à igreja; a dita casa tem quinze côvados de comprimento e sete de largura. Também um palheiro de colmo que se chama «Roteia», que tem nove côvados de comprimento e sete de largura; este confronta do nascente com a estrada e do poente com outro do Sapateiro que é pertença da igreja. Ainda um castanheiro temporão no «Portelo da Gémea», de Lourenço Afonso. De tudo isto paga à igreja, cada ano, cinquenta reais em dinheiro e mais uma quarta de castanhas secas, duas galinhas, e um dia de trabalho; ainda mais um castanheiro doado pela mãe de Sebastião Pires, por sua devoção, e que fica no «Souto da Gémea», que está logo abaixo do caminho, e que foi derramado<sup>24</sup> para a capela de S. Pedro para lhe dizerem cada Domingo um «pater noster»<sup>25</sup> à estação<sup>26</sup>. Também apresenta Sebastião Garcia, Sapateiro, uma leira que se chama a «Leira dos Quebrados», que leva de sementeira uma quarta, e que confronta do nascente com a «Batoca do Gavião», e do poente com herdades de Afonso Eanes. Apresenta, ainda, três pés de uveiras, no «Torrão», que ficam em uma leira que se pensa pertencer à igreja, e que darão de vinho, um ano por outro, oito canadas. Ainda um pedaço de vinha que tem duas vides e um recanto que fica por detrás da corte de

---

<sup>23</sup> Coberta de telhas.

<sup>24</sup> A quem foi lançada uma derrama (espécie de imposto ou tributo local proporcional aos rendimentos de cada contribuinte).

<sup>25</sup> UM «PAI NOSSO».

<sup>26</sup> VISITA DE DEVOÇÃO ÀS IGREJAS.

Sebastião Pires, e no qual há uma laranjeira e dois salgueiros com vides que darão três canadas de vinho, um ano por outro; este confronta do nascente com o caminho e do poente com Sebastião Pires.

Também mais uma casa de cozinha em que vive o dito Sebastião Garcia, Sapateiro, que tem de comprimento catorze côvados e de largura oito, e é telhada; confronta com o caminho, que passa diante da porta; do poente com outra casa de Sebastião de Pires, e da qual metade pertence à igreja; e do norte com outra casa pertencente ao referido Sebastião Garcia.

Ainda mais uma corte de gado chamada «Corte do Carreiro», que tem dezassete côvados de comprimento e oito de largura; esta confronta do nascente com a casa de Sebastião Pires, do poente com a estrada, e do norte com o caminho. Ainda mais um palheiro de colmo que se chama da «Roteia», que tem mais ou menos nove côvados, tanto de comprimento, como de largura, e que confronta do nascente com outro de Sebastião Pires, do poente com a «Roteia», e do norte com o caminho que vai para a «Eira Velha». Apresenta, também, os seguintes castanheiros: um, na «Pereira», de Sebastião Pires; outro, no «Lourinhal»; outro, pequeno, mais baixo, no «Ribeiro»; outro no «Codeçal»; um outro, temporão, na «Broca», e ainda mais outro, que serve de uveira, e que está no quintal da «Gémea» — paga de pensão cada ano à igreja cinquenta reais e duas galinhas; uma quarta de castanhas e um dia de trabalho. Apresenta, ainda, Lourenço Eanes uma casa de colmo, com cozinha, e em que vive, e que tem de comprimento onze côvados, e de largura oito — esta confronta de nascente e de poente com herdades de Freitas, e do norte com uma latada<sup>27</sup> do Sapateiro. Ainda mais uma leira da igreja, que se chama «Leira do Pomar», e que confronta do nascente com herdades do mosteiro de Bouro, do poente com as herdades que pagam o dízimo a Deus, de Afonso Eanes, da Seara, e de seu irmão João Eanes, e do norte com o monte dos «Cubos» — esta leva de sementeira meio alqueire. Quanto a castanheiros, apresenta os seguintes: o castanheiro do «Paparote», que está junto à casa de Joana Eanes; um outro, na «Tomadinha»; um outro, temporão, na «Cisterna do Fugeiro»; outro

---

<sup>27</sup> Ramada

na «Rechã da Pereira»; outro na «Revolta da Castela»; finalmente, um outro no quintal da Gémea. Disto tudo paga cada ano à igreja, de pensão, quarenta e cinco reais em dinheiro, duas galinhas, meia quarta de castanhas, e um dia de trabalho.

### **TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO JOHÃO DE RIO CALDO - III**

**ESTAS SÃO AS HERDADES QUE APRESENTAM OS DE  
MATAVACAS, E SÃO AS SEGUINTE:**

Apresenta João Martins uma leira que se chama “Leira da Batoca”, a qual está assinalada com uma pedra que está perto da “cerdeira da Batoca”, que confronta do nascente com a herdade do mosteiro de Bouro e do poente com o “Porto dos Cavalos”, esta leira tem do lado norte duas uveiras ao longo do ribeiro; confronta, também, do nascente com herdades da igreja, pelo ribeiro abaixo e leva de sementeira meio alqueire. Apresenta, ainda, uma leira que tem três salgueiros e uma pereira, e se chama “codorneiro”; ainda uma macieira e duas uveiras frente ao “codorneiro”, estas apresentadas por Pero Fernandes; mais abaixo deste lameiro, chamado “Lameirão”, há doze uveiras até ao Caminho que passa debaixo da fonte de “Painçais”, uveiras estas que darão, mais ou menos, meio almude de vinho. Ainda mais uma leira - a leira do “Lameirão” - que se lavra, e que está a par do lameiro atrás referido; esta leira tem uma pedra a meio, e abaixo dela existe uma outra que se chama “Leira da Igreja”. Todas estas leiras confrontam, do nascente, com herdades do Luís de Matavacas, e do poente com a “Cerdeira da Batoca”; a “Leira da Igreja” tem um carvalho e dois salgueiros a par do ribeiro. As leiras mencionadas confrontam, do norte, com a fonte de “Pascais”, pelo ribeiro abaixo; levam de sementeira um alqueire e meio;

nelas encontram-se quinze uveiras e uma cerdeira velha, bem como, a separá-las, duas grandes pedras. Ainda outra leira, que se chama “Leira do Contipo”, e mais outras cinco leiras. Esta herdade, onde se encontram cinco pés de uveiras, confronta com herdades do mosteiro do Bouro, frente ao “Lameirão das Poças”, e frente ao nascente com a coutada da igreja; frente ao poente, com as leiras da “Vessada”, e frente a norte, pelo ribeiro abaixo, através do pontão. Neste campo há água de limar e de regar, ao Domingo; esta água vem pelo rego das “Poças”, rego esse que circunda o dito campo; este confronta, frente a sul, com uma leira da igreja que se chama “Contipo” e que fica por cima das leiras referidas; leva de sementeira um alqueire e meio. Do mesmo modo, outra leira que igualmente se chama “Contipo”, a qual confronta do nascente com herdades da igreja, e do poente com a leira de “Mil Manda”, que pertence ao mosteiro de Bouro, e do norte com herdades da igreja; de sul com Luís Anes, com o outeiro de “Contipo”, que confronta da parte de trás com a Vessada abaixo, pela tapagem; frente a sul e frente a nascente pelo carreiro acima; e abaixo com a herdade de Afonso Dias, da Granja, e de João Martins, de Matavacas; do poente, fica abaixo das herdades do “Contipo”, pertencentes à igreja; e do norte com o ribeiro que vem da fonte de “Contipo” desde a “Pedra Mármore” que se encontra no outeiro de “Contipo”.

Também a água que pertence às leiras do “Contipo” vem pelo rego do “Chão das Poças”, pertencente ao mosteiro de Bouro; esta água é também das leiras do “Contipo”, desde sexta-feira à noite até ao Domingo seguinte, de modo que sempre se torna à sexta-feira, e segue num rego por baixo, e noutro mais por cima. Cada um paga em cada ano à igreja, quatro alqueires de pão, a saber: milho e centeio, duas galinhas, e cada um seu dia de trabalho.

2. **DO PESO.** Apresenta Gonçalo, do Peso, dois castanheiros e alguns salgueiros por cima da estrada que vai para Valdozende; aí existem duas cruces perto de “Martingos” (NOTA: o nome de

“Martingos” ainda actualmente perdura - ficam no caminho que vai da actual estrada nacional, em Figueiredo, logo a seguir ao lugar de Corujeira, até ao lugar de S. Pedro, as chamadas “Poças de Martingos”); desses bens paga à igreja, cada ano, um dia de trabalho; João de Vila Nova apresenta, igualmente, quatro pés de uveiras velhas e um castanheiro, também uveira, e ainda outras uveiras novas que estão em “Figueiredo”, por cima da poça de António Enes de Corujeira, perto de outra uveira do peso, bem como outras de Corujeira que estão para lá do “Ribeirinho” e da fonte de “Figueiredo”; as do Peso estão do lado do nascente; do lado do poente confrontam com uma cascalheira do “Covelo”, ali bem perto do CRASTO; paga por elas à igreja, em cada ano, quinze reais, um frango, e um dia de trabalho.

3. **DO CRASTO**, apresentam Gonçalo Afonso e João Rodrigues uma leira, “Varzielinha do Boi”, que tem dentro de si, e ao redor, um castanheiro temporão, um outro na ponta da leira, e vinte e três pés de uveiras, quase todas novas; confronta, do nascente, com o “Toural” perto das “Canas”, e do poente com a herdade/dízimo a Deus por parte dos herdeiros; do norte, com a herdade do mosteiro de Bouro, e do sul com herdades dos já referidos Gonçalo Afonso, e João Rodrigues; leva de sementeira uma quarta (NOTA: quarta parte de um alqueire); as uveiras darão, um ano por outro, dois almudes e meio de vinho; há, ainda, ali uma cerdeira.

Apresentam, ainda, mais quinze carvalhos que estão na “Tugeira”, que confronta, do poente com a estrada que vai para Valdozende, e do nascente com herdades do mosteiro de Bouro, bem como duas leiras em “Agra” (NOTA: ainda hoje existem as “leiras da Veiga d’Agra”, perto do lugar do “Craсто”), acima do Caminho, um pedaço de vinha na “Vinha Grande”, e o “Canto do Chão d’Adega”, frente à horta - isto declarou Gonçalo Afonso à hora da sua morte, e foram Lopo da Torre e Gonçalo do Peso os abonadores de tudo isto à igreja; paga cinquenta reais em dinheiro e dois dias de trabalho.

4. **DE CORUJEIRA.** Apresenta Pero Anes um sobreiro de cortiça com um pedaço de terreno que leva de sementeira o terço de uma quarta, e atrás deste sobreiro estão alguns carvalhos e mato, onde também há outros sobreiros; disto paga à igreja, em cada ano, um carro de boa lenha, ou um dia de trabalho ou, em alternativa, dez reais.

**CANAIS** (NOTA: braços de rio). À igreja pertencem dois canais de pesca muito bons; um, no “Rio Grande” (NOTA: possivelmente, o rio que vem do Gerês/curso de água principal que banha Rio Caldo, e onde desaguam dois braços de rio - um que vem de Salamonde; outro que vem dos lados de S. Bento - actualmente “desaparecidos” com a barragem da Caniçada), que se chama “Canal de Frieira”, um pouco abaixo dos campos de Gonçalo Martins da Cova, e abaixo do moinho do Ferreiro de Paredes, o qual caça (NOTA: pesca) peixes no Verão e no Inverno. Igualmente um outro em “Porto de Vacas”, no “Rio Pequeno” (NOTA: um dos braços referidos na nota anterior) acima da levada do moinho de João Abade, de Vilar da Veiga, o qual não caça senão no Inverno, quando há desova, nomeadamente trutas, que o dito João Abade manda armadilhar (NOTA: possivelmente pesca com rede...)

6. Possui, também, esta igreja os seguintes castanheiros: um, em “Meitesende”, outro na “Portela da Era”; outros dois, para além da “Portela da Era”; outro, junto das “Cisternas”; e outro, ainda, na Pala da Velha”.
7. O dízimo a pagar ao arcebispo de Braga (através da igreja) será de dezasseis alqueires de centeio e trezentos e vinte e seis reais, tudo entregue na cidade de Braga. De igual modo, cada lavrador que tiver centeio, milho e vinho, ainda que seja pouco, deve dar de primícias um alqueire e um almude, respectivamente. Também cada paroquiano pagará, além dos dízimos e primícias, um alqueire e meio de milho branco por cada casa. Cada freguês (paroquiano) que falecer, ou qualquer outra pessoa casada, vinda de fora, paga à igreja dois alqueires de centeio e dois de milho, e vinte e seis reais em dinheiro ou,

então, a manta da cama e uma cabra, ou carneiro, ou sessenta reais por ela. Também cada freguês pagará um dia de trabalho. As levadas (enxurradas) da “Quelha” são destinadas às vinhas e ao assento da referida igreja.

8. **LIMITES** da igreja. Os limites desta igreja confrontam, de um lado com Santa Marinha de Covide, e por uma ponte que começa no rio de S. João, pela ponte da Seara, direito ao “Agro de Covide”, e daí aos “Modos”; daí, ao “Seixedo”, pelas sobreiras de “Portela de Cova”, e do “Seixedo” ao “Travasso”; daí, pela serra abaixo, que vai pelo ribeiro da “Uveira” até ao “Rebordinho” e, daí, até à veiga de Vilar da Veiga; os marcos (divisórios) encontram-se por entre Brás de Abade e Martinho Anes, do Vilar da Veiga, em direcção à touça da “Mamoa”, e passam pelo meio de uma leira que é apresentada por Gonçalo Gonçalves, genro de Afonso Álvares, de Paredes, a qual leira tem vinte e sete varas de medir (NOTA: cada vara equivale a 1,10 m de comprimento), desde a dita touça até ao marco que está em baixo e ao fundo, que confronta com Sebastião do Curral, e de largura tem sessenta varas, das quais trinta estão no limite de Rio Caldo, e as outras trinta no limite de S. João da Cova, e de S. Martinho da Ventosa, da qual (leira) o dito Gonçalo Gonçalves deve a metade do dízimo, e desde ali abaixo, de marco em marco, por entre as herdades de Sebastião do Curral e Sebastião do Contipo até ao “Rio Direito”, isto é, ao que vem das Caldas (do Gerês), que se chama “Pereiras”, que parte pelo rio abaixo por entre pereiras que são apresentadas por Afonso Lopes e seus herdeiros, e o rio abaixo até às pondras (NOTA: pedras de passagem de uma para a outra margem do rio), e daí até ao Cadaval, sempre pelo rio abaixo, e da ponte da Seara ao “Souto da Gémea”, pelo ribeiro acima até à estrada que vai para Esperões, e daí até à presa, e da presa até à “Portela do Guardador” até ao marco do “Formigueiro”, e daí pelo caminho que vai para o “Piliteiro Alemaira do Alão”, e daí até “Lagoa”, sempre pelo caminho até outra vez virmos ao rio que vai para o lado direito

de S. Miguel, isto é, do “Penedo Cão” até ao coto do “Oural” (marco, limite do Ourai) até à cabeça do “Outeiro Alto” e, deste modo tornando, para cima até à “Portela da Lameira do Alão” e à “Cabeça do Seixo”, à “Portela do Guardador”.

9. Estes homens bons estiveram presentes às sobreditas vedorias e apegões e julgaram as ditas coisas neste TOMBO contidas, e deram à dita igreja o sobredito limite e demarcação, e disseram mais: que sempre se pagavam os dízimos de prémio, isto é, os fregueses de Rio Caldo, se lavrassem na freguesia de Covide pagavam a metade do dízimo e a outra metade em Rio Caldo; e da mesma maneira os de Valdozende e os de Rio Caldo e os de São João da Cova e S. Martinho da Ventosa, que o dízimo, era todo de lá e os de S. João e S. Martinho, se também lavravam em Rio Caldo, que o dízimo era todo de Rio Caldo, e assim jurou Afonso Álvares, de Paredes e Sebastião do Curral, que pagavam, e Sebastião Garcia Sapateiro, da Seara, e Sebastião Pires e Gonçalo Afonso, do Crasto, e Gonçalo Anes e João Gonçalo, do Peso - os ditos homens bons - visto como tudo se passava, apegaram (nota: patrocinaram) e atombaram (nota: inventariaram) as sobreditas coisas todas e mandaram a mim, notário, escrever tudo, estando presente o senhor Sebastião Fernandes, abade, e eu dou de mim fé que a tudo fui presente e vi e ouvi tudo o sobredito (**nota:** tudo aquilo que atrás foi dito).
10. Foram testemunhas os sobreditos e Fernão da Gama, criado do senhor Arcebispo de Braga, e Tomé Afonso, criado de Rui Lopes e Domingos de Crasto, e muitos outros. Eu, Pero Afonso, de Parada, notário Apostólico que o escrevi, assinei pelo meu público e antigo sinal, que tal é conservado. O qual TOMBO eu, o Doutor Sebastião de Alfaro, escrivão deste Registo Geral pelo Ilustríssimo Dom frei Agostinho de Jesus, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas (...) nosso senhor, fiz transmitir bem e fielmente ao meu fiel escrivão, comigo abaixo assinado, e o próprio entreguei a

António Vaz, morador nesta cidade de Braga; e ele assinou em como o recebeu, (**nota:** seguem-se referências a algumas grialhas ocorridas no decurso da redacção deste TOMBO, e devidamente assinaladas e corrigidas). E por ser de toda verdade, assinei de meu público sinal. Em Braga, a treze dias do mês de Julho, de mil quinhentos e noventa e um anos. Segue-se o sinal.

**(Conclusão)**

Rio Caldo, Junho de 2008

Domingos Alves

# VIA ROMANA DA GEIRA

## MILIÁRIOS INÉDITOS

por  
SANDRA ARAÚJO\*

Por razões muito especiais e muito particulares acompanhei, desde muito jovem, parte dos problemas que Terras de Bouro teve de enfrentar nas últimas décadas.

A minha percepção era a de que, face à carência de meios financeiros e outros recursos, ou havia um forte apoio do Estado e o envolvimento total da Câmara Municipal, das Juntas de freguesia e das populações em geral, ou seria impossível, em tempo útil, tornar uma grande parte daquelas aldeias habitáveis.

Muitas não tinham acesso automóvel e não permitiam que uma simples “carreta funerária” circulasse no seu interior.

Na generalidade, desconheciam os benefícios da electricidade, do abastecimento de água ao domicílio e, em alguns casos, da simples existência de fontanários públicos.

As escolas eram insuficientes, quase sempre distantes, exíguas e desprovidas dos mais elementares equipamentos.

Não havia sedes de Juntas de freguesia, associações, recintos desportivos e qualquer apoio a uma agricultura medieval decadente.

---

\* Licenciada em História e Ciências Sociais

As magras receitas do município não permitiam acudir à mínima parte de todas estas carências e, muito menos, pensar, sequer, nas frequentes exigências de carácter estritamente cultural.

Sucedeu que, em Terras de Bouro, em consequência da construção da Albufeira de Vilarinho da Furna, tinha sido recolhido, em 1969, por uma comissão composta pelo Presidente da Câmara, Dr. Fernando Ferreira, pelo cônego Arlindo e pelo, então, jovem Manuel Azevedo Antunes, um precioso espólio daquela povoação que corria o perigo iminente de desaparecer (estava há 10 anos guardado em inadequadas dependências cedidas pelo Sr. Antunes que, incessantemente, alertava para a precária situação do património à sua guarda).

Acontecia, também, que o mais precioso património de toda a região (e não só) - A Via Romana da Geira - estava lançada ao abandono e exposta a todas as agressões.

Tornava-se imprescindível dar, imediatamente, início ao Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna e salvar a Via Romana sem esperar pela solução completa dos mais urgentes problemas das populações.

E foi isso que a Câmara Municipal fez e quase toda a gente compreendeu.

Perante o não cumprimento do Parque Nacional Peneda-Gerês e da EDP dos compromissos assumidos, há 10 anos, para a construção do Museu Etnográfico (o Projecto havia sido elaborado e oferecido pelo Arq. Rosado Correia), a Câmara Municipal avançou sozinha e com os meios possíveis daquela ocasião.

Surgiram, porém, surpresas que confrontaram a Câmara Municipal com dificuldades imprevisíveis e custos acrescidos.

Como disse, o PNPG recusou-se a colaborar por alegada falta de verbas mas, em compensação, foi possível evitar, como estava previsto, que o coração do Museu fosse destinado a residência de um guarda florestal e respectiva família. Hoje seria, pelo menos, um espaço de que o PNPG poderia dispor à sua vontade e sem o consentimento da Câmara Municipal. Era um empecilho ao desenvolvimento do Museu e a sua adaptação às previsíveis alterações e que, de facto, o actual executivo da Câmara Municipal, em boa hora, introduziu.

Por sua vez, a EDP também não deu qualquer colaboração mas,

pelo menos, não levantou problemas à permanência, durante mais de 10 anos, dum silvado enorme no local do futuro Museu, debaixo do qual deveriam estar as pedras de duas casas típicas de Vilarinho cujo transporte havia sido pago pelo Município e seriam em quantidade suficiente para a construção do Museu.

Como, ao retirar as silvas, as pedras encontradas fossem insuficientes para os alicerces do Museu, foi necessário abrir uma estrada para Vilarinho da Furna (a EDP não havia deixado um simples carreiro de acesso aos povos de Vilarinho), desmontar a capela e algumas casas e proceder ao transporte de todo esse material para o cruzeiro de S. João do Campo.

Algum tempo depois, a EDP desmontou as casas que havia construído na área do cruzeiro do Campo e, entre elas, havia o chamado “posto médico” cuja cedência, por algum tempo, a Câmara Municipal tinha solicitado para guarda e manuseio do material do futuro Museu. No dia seguinte, sem dizer uma palavra, a EDP fez desaparecer o “posto médico” e o resto das construções ali existentes.

Isto quer apenas dizer que nem as pequenas e insignificantes ajudas se verificaram.

A intervenção na Via Romana da Geira era de natureza diferente e a responsabilidade recaía, exclusivamente, sobre a Câmara Municipal, embora outras entidades tenham começado, em 1968 e 1969, a sentir-se com direitos de interferir, como se se tratasse duma *res nullius*, sem falar com ninguém e esquecendo a posição da Secretaria de Estado do Tesouro que fazia recair a responsabilidade sobre a Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Era urgentíssima uma intervenção. Era necessário conhecer a Geira de-lés-a-lés, o seu traçado, o seu estado, as ameaças que enfrentava, os obstáculos postos à circulação, as seculares construções e recentes alterações, as derrocadas, os deslizamentos, as calçadas existentes, os muros de suporte (ainda não utilizados para fazer valados), possíveis estaleiros de construção dos miliários, casas de operários, pontes, sistemas de passagem nos ribeiros, regos e levadas de água de rega ou escoamento, etc.

Foi então que alguns com muita determinação e poucos meios,

utilizaram tempos livres e penetraram, com muito custo nos matagais e silvados, procuraram e conseguiram saber como Matos Ferreira, “por onde aquele caminho ia” o que, apesar do esforço e da ansiedade, levou o seu tempo.

E logo que foi possível publicar a primeira edição do manuscrito de Matos Ferreira, em 1992 (que o Dr. Domingos Maria da Silva havia descoberto na Torre do Tombo), deu-se início a uma nova fase.

Organizaram-se, sempre que possível, grupos de jovens e menos jovens (O.T.J., associações, caminheiros) a quem era oferecido, previamente, um exemplar da obra de Matos Ferreira para leitura cuidada, sobretudo, de determinadas zonas (aquelas que iam ser mais brevemente percorridas).

A pouco e pouco, de freguesia em freguesia, os grupos formados percorriam a Geira dentro do estilo de Matos Ferreira: - “saber por onde aquele caminho ia”; ou de Martins Capela: “foi um lidar a valer, mais teimoso que avisado por montes e vales, por frios e calmas”.

Desta feita, contando agora, não com a “repugnância dos indómitos - agricultores” que haviam dificultado a vida a Matos Ferreira (ele havia obtido um mandado do Corregedor de Viana, Jerónimo de Cem, para agir contra quem lhe pusesse obstáculos e, por isso, os agricultores tinham-lhe receio), mas com a sua preciosa colaboração.

Para o nosso trabalho, escolhemos como ponto de partida o limite do concelho e a milha XIV, pois tínhamos a certeza de haver ali alguns marcos que nunca tinham sido removidos dos locais onde os romanos os haviam colocado e, além disso, por ser a milha que nunca ninguém havia conhecido e que, casualmente, nós encontramos.

Além disso, era a primeira milha que, para quem vem de Amares, encontra Terras de Bouro e separa a bacia do Cávado da do Homem. De resto, ali começa uma nova paisagem e outra configuração geográfica única para o percurso duma Estrada Romana: totalmente plana a uma altitude de 600 metros.

Por outro lado, foi a primeira povoação onde os “indómitos - agricultores”, em vez de nos repelirem, nos ajudaram. Graças a eles, descobrimos um miliário numa corte de cabras a servir de suporte a uma trave. Removido, com imenso cuidado, foi implantado junto dos

primeiros que descobrimos e ficou a fazer parte do conjunto da milha XIV.

Ao esquadriñar, nos subúrbios da povoação, os muros de suporte e as paredes de vedação, descobrimos mais três fragmentos dum mesmo miliário que, juntos, formam o marco que se encontra no recinto da capelinha de Santa Cruz e representa a divisória dos dois concelhos (Amares e Terras de Bouro).

Pode dizer-se que começou ali uma aventura bem longa no tempo e no espaço e, ali mesmo, no número de participantes.

Pelos anos fora, as incursões foram-se repetindo sempre com o mesmo entusiasmo, impelidos por toda aquela envolvência e majestade que nos proporcionavam um convívio único e, por vezes, nos premiava com um magusto.

Logo de princípio considerou-se estar a realizar um trabalho imprescindível a uma futura classificação da Via Romana como Património Nacional que poderia proporcionar a classificação de Património da Humanidade, com todas as consequências daí resultantes no campo cultural e no turismo ambiental.

Para isso, era preciso conhecer tudo o que faz parte da Geira, já que ninguém pode classificar o que não é conhecido e o conhecimento da Geira implicava um esforço aturado e uma limpeza completa que abrangesse, pelo menos, um traçado nunca inferior a 5 metros, os muros de suporte e os cortes a montante. Isto para não falar das obstruções, dos desvios, dos deslizamentos, das derrocadas, etc.

Cedo chegou-se à conclusão de que os prevaricadores de todos os tempos (os que invadiam a via e a transformavam numa leira ou num bocado duma bouça, desviando do seu verdadeiro traçado, às vezes, em mais de 10 metros), talvez em consequência das determinações de Jerónimo de Cem (e outras providências que se seguiram), sempre que desviavam o traçado da via nunca deixavam os miliários como testemunha de acusação, e, por isso, esses miliários eram fatalmente derrubados e enterrados nas proximidades onde lhes fosse mais cómodo e menos custoso.

Quando isso acontecia, era redobrada a pesquisa e as escavações até que, para gáudio de todos, os miliários começavam a aparecer.

Estas operações, levadas a efeito pelos mais variados grupos e nos mais variados locais, desenvolveram-se, como se disse, durante muitos anos sem esmorecimentos e com objectivos bem definidos: conhecer todo o património que integra a Via Romana visto que, repete-se, só se pode classificar o que se conhece.

E tudo isto se fez sem alardes, sem comunicação social promocional, sem mágoas ou despeitos de ninguém, mas com muito e aturado esforço.

Para nós, os verdadeiros inspiradores, as verdadeiras referências foram, sem dúvida, Martins Capela e Matos Ferreira.

Martins Capela nunca pretendeu exercer um trabalho de pesquisa sobre a Via Romana, nem isso lhe tinha sido solicitado. O que foi, insistentemente, solicitado a Martins Capela foi o uso das suas imensas capacidades e conhecimento de epigrafia.

Em toda a região do Minho tinha havido um trabalho de epigrafia que não honrava ninguém. Por isso, foi solicitado a Martins Capela que usasse as suas imensas capacidades (competência, aptidão) nesse domínio e nos livrasse da vergonha dos trabalhos existentes na área da epigrafia.

Daí a expressão de Martins Capela: “foi-se ao monte, cópia numa mão, na outra o lápis e cem olhos de pesquisa.” E também a referência ao trabalho que teve em “levantar” e virar” os marcos para fazer a leitura. E não se refere apenas à Via Romana da Geira, mas a todas aquelas vias que percorreu de acordo com o seu compromisso que faz referência em *Os Miliários*.

Pelo contrário, a obra de Matos Ferreira foi toda ela concentrada na Via Romana da Geira (que incluiu uma parte já do território da Galiza).

Pode, pois, dizer-se que a obra de Matos Ferreira incidiu sobre a Via Romana da Geira e visava, com isso, glorificar a sua *Bracara Augusta* numa época em que se fazia apelo à protecção do património histórico.

Matos Ferreira fez aquilo que estava ao seu alcance e o seu esforço terá ido além dos meios que dispunha e, por isso, ficou também mais ao alcance das nossas pretensões.

Sabíamos que, antes de Matos Ferreira, apenas havia a indicação de que Bernardo de Brito, no séc. XVI, tinha percorrido a Via Romana interessado na descoberta do seu património e que, tendo estado em Lóbios-Espanha, no percurso até à milha XXV (Covide), apenas tinha encontrado 3 miliários.

Isso era devido ao facto de a Geira se ter transformado numa via local, com maior ou menor dimensão ao serviço dos agricultores da região ou pouco mais, situação que viria a acentuar-se depois da destruição das pontes em 1642.

Sabemos, também, que, alguns séculos mais tarde, foi objecto de usos espaciais e excepcionais.

Um deles é referido pelo Padre Casimiro a respeito da guerra da Maria da Fonte.

Conta o Padre Casimiro que, estando encurralado com a sua gente em Sete Fontes, solicitou ao Comandante das milícias de Terras de Bouro, Alferes Fajardo, que o ajudasse com as forças e artilharia de que dispunha e estavam acampadas na Guarda do Campo.

O Alferes Fajardo acedeu ao pedido e, como só dispunha de três peças de artilharia, colocou-as em carros a que juntou outro tipo de viaturas por forma a simular uma vistosa coluna militar.

Refere o Padre Martinho que, a aproximação dessa coluna da cidade, fez Braga entrar em pânico.

Parece que não houve confronto porque, a princípio, faltava a pólvora e depois de, com muito esforço, arranjam umas rasas dela, não conseguiram artilheiro capaz de manejar as peças.

Claro que, nessa altura, como o percurso foi efectuado pela Via Romana, devem ter removido muitos obstáculos (estrangulamentos, vedações, derrocadas, etc.).

Também mais tarde, quando Martins Capela, em pleno início da Republica (1912), resolveu construir o templo do Bom Jesus das Mós ou Cristo Rei (como ficou conhecido daquela gente) decidiu que o monumento seria transportado, desde Braga, através da Via Romana da Geira até S. João do Campo e dali, por caminhos de serventia, até Carvalheira.

Porém, desta feita, haveria que contar com a colaboração de

todas as freguesias que, cada uma no seu limite, tornou a Via Romana transitável até porque todos terão comparecido com as suas juntas de vacas ou de bois para, simbolicamente, fazer o transporte até à freguesia vizinha.

Quando, mais de um século depois, chegou o nosso momento de percorrer a Geira, já uma boa parte dos “indómitos agricultores” tinha emigrado e o interesse em transformar a Geira em leiras e os miliários em instrumentos agrícolas tinha sido ultrapassado.

Mas tinha-se generalizado o uso dos tractores e outras máquinas agrícolas não menos assassinas em termos culturais. A via romana passou a ter uma circulação diferente e não menos destrutiva.

Além disso, as novas gerações quase tinham perdido a simples memória da Geira. Muitos nunca tinham ouvido falar dela e, muito menos, da sua importância histórica e turística.

Era necessário proteger, com urgência e de forma eficaz, a Via Romana da Geira da ameaça das máquinas modernas e fazer chegar aos jovens o seu significado histórico e, até, a importância económica.

Era necessário recuar até Matos Ferreira.

Era necessário fazer o esforço para reencontrar, pelo menos, o património por ele referido e, se possível, envolver vários sectores e faixas etárias da população.

O trabalho de Matos Ferreira estava muito ajustado a iniciados. Por isso, seguimos, desde a primeira hora, o mesmo percurso por ele traçado.

Foi assim que, casualmente, depois da surpresa da milha XIV, conseguimos algum sucesso com a pesquisa subsequente na casa dos moradores, nos muros dos campos e das bouças, nos engenhos dos poços e nos ribeiros.

E um desses sucessos, que nos estimulou, foi ter encontrado, como se disse, em Santa Cruz, num muro, três fragmentos dum miliário que, juntos, formam o miliário existente no recinto da capela de Sta. Cruz e serve de separação (ou união) dos concelhos de Amares e Terras de Bouro.



- Milha XIV - Santa Cruz
- Centro do Lugar

Não epigrafado/Fragmentado

Altura: 1.16 m

Perímetro: 2.37 m

Miliário Inédito nº 1

Na sequência deste achado, o Sr. Augusto Silva informou que no curral onde guardava as cabras lhe parecia existir um miliário a suportar uma trave do soalho da casa. Confirmado tratar-se dum esplêndido miliário, foi removido (substituindo-o por outro suporte) e veio, mais tarde, a ser colocado na saída da povoação.



- Milha XIV - Santa Cruz
- local de origem

Epigrafado

Altura: 1.20 m

Perímetro: 1.75 m

Miliário Inédito nº 2

Inesperadamente, ao cortar um talude a montante da via romana da Geira para fazer um acesso a Sta Cruz, foram encontrados, enterrados a alguma profundidade, devido a um desprendimento (uma quebrada ou arroio) de terras do monte sobranceiro, seis miliários e um fragmento.



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Epigrafado /inteiro  
Altura: 1,60 m  
Perímetro: 2,02 m

Miliário Inédito nº 3



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Epigrafado/ Fragmentado  
Altura: 1.20 m  
Perímetro:2.14 m

Miliário Inédito nº 4



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Epigrafado/ fragmentado  
Altura: 0.79 m  
Perímetro: 1.84 m

Miliário Inédito nº 5



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Epigrafado/Inteiro

Local de origem

Altura: 1.40 m

Perímetro: 1.75 m

Miliário Inédito nº 6



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Epigrafado/ Inteiro

Altura: 2.08 m

Perímetro: 2.03 m

Miliário Inédito nº 7



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Não epigrafado/fragmentado

Altura: 0.90 m

Perímetro: 2.20 m

Miliário Inédito nº 8



- Milha XIV - Santa Cruz
- Local de Origem

Epigrafado/fragmentado

Altura: 0.74 m

Perímetro: 1.28 m

Miliário Inédito nº 9

A partir da milha XIV, o nosso trabalho foi melhor orientado e foi, de imediato, testado na milha XV onde, de facto, encontramos dois miliários estudados por Matos Ferreira mas, das pesquisas subsequentes e da colaboração dos moradores, resultou ter sido encontrado um belo fragmento dum miliário que teria sido atirado pelo monte abaixo e um outro fragmento, epigrafado, na casa do Sr. Augusto Marques (pai do Dr. Artur Marques) que o havia utilizado como peso de lagar.



- Milha XV - Cantos da Geira
- (À guarda da Câmara Municipal)

Fragmento de miliário/não epigrafado

Altura: 0.62 m

Perímetro: 1.82 m

Miliário Inédito nº 10

No Bico da Geira, freguesia da Balança foram identificados os dois miliários que Matos Ferreira havia desenterrado e referidos por todos os historiadores.

Das buscas feitas nas proximidades resultou ter sido encontrado, a algumas centenas de metros e por cima do lugar de Real (Ribeira) um fragmento do miliário que forçosamente terá que pertencer à milha XV.



- Milha XV - Cantos da Geira
- (À guarda da Câmara Municipal)

Epigrafado/Fragmentado

Altura: 0.80 m

Diâmetro: 1.25 m

Miliário Inédito nº 11

Nos Texugos, apesar do esforço desenvolvido, não foi encontrado “o pedaço de padrão com quatro palmos de alto e treze de grosso e que estava metido numa tapagem que fica na beira da mesma Geira para a parte do monte”.

Porém, da intensa pesquisa conseguimos encontrar, mais de uma centena de metros a jusante, um belo miliário que teve honras de procissão pelos campos durante quilómetros até regressar à Geira e ser implantado no local que foi considerado como a mais provável localização original.



- Milha XVI - Texugos
- Local provável de origem

Epigrafado/inteiro

Altura: 1.58 m

Perímetro: 1.94 m

Miliário Inédito nº 12

Na milha XVII encontrámos, com muita facilidade, o miliário anotado por Matos Ferreira. Como refere também que antes “estava metido na parte de dentro dos mesmos campos por onde a geira ia”, entendemos (e notámos imediatamente) que em anos passados havia

sido alterado o traçado da Geira para construir uma leira. Matos Ferreira refere também que dentro do campo estariam dois enterrados.

Depois de algum esforço, conseguimos reencontrar os dois que estavam bem enterrados e que, uma vez colocados na periferia do campo, formavam um bom conjunto.

Explorando esta teoria, nas milhas existentes nos locais onde houve substanciais afastamentos do traçado original, verificámos que os miliários foram derrubados e enterrados para não servirem de testemunhas acusatórias e encontrámos, anos mais tarde, um quarto miliário que teve honras da presença do IPPAR na sua deslocação para junto do primeiro.



- Milha XVII - Campos de Cabaninhas  
- Local de Origem

Epigrafado/fragmentado

Altura: 1.58 m

Perímetro: 1.94 m

Miliário Inédito nº13

O executivo camarário actual descobriu, recentemente, um outro miliário na mesma milha.

Não tivemos a mesma sorte na milha XVIII. Passámos por ali vezes sem conta, esquadrinhando tudo para encontrar vestígios do marco referido por Matos Ferreira. Considerámos importante localizá-lo porque, nas proximidades e um pouco a montante, deve, segundo a nossa opinião, estar localizada a “mansão saliniana” e, provavelmente, um acampamento. O local chamava-se Chãos de Vilar, foi povoação de relevo antes dos romanos e, na freguesia de Chorense, ainda existem restos de moinhos desse tempo (casa Machado).

Finalmente, lá encontrámos os restos dum miliário que teria sido

partido e na parte que se encontra enterrada, ainda os restos da epigrafia (escavámos para verificar e ocultámos de novo para proteger).

Nesta milha, e a umas centenas de metros a jusante, encontrámos mais um fragmento de miliário, sem afinidade com o primeiro e que se encontra no edifício da Câmara Municipal.

Descobrimos, na milha XVIII, os miliários identificados e estudados por Matos Ferreira e tivemos um “lamiré” sobre a existência de outro miliário que havia sido, em tempos, vendido para Caldelas.

Explorando essa informação, conseguimos saber que o comprador ou vendedor tinha sido obrigado a recolocar o miliário na origem. Soubemos também que no transporte, a “carreta” se havia desfeito na subida duma calçada e o miliário tinha resvalado, monte abaixo, e ficado enterrado no ribeiro acima das Poças de Moimenta e perto da bouça do Lopes.

Com o esforço de sempre e a pesquisa que não admite desistências, acabamos por encontrar o miliário, que foi desenterrado e transportado para a Câmara Municipal.

Algum tempo depois, tivemos também a informação de que outro marco já na milha XIX estava a servir de suporte do pátio da antiga residência paroquial (em Moimenta-a-Nova).

Trata-se dum bom exemplar, sem epigrafia que foi deixado no local, mas sabemos ser possível a disponibilidade do dono em cedê-lo ao município.



- Milha XIX - Lagedos  
– Moimenta Nova “Residência Paroquial”

Não epigrafado /Fragmentado

Altura: 1.63 m

Perímetro: 1.72 m

Miliário Inédito nº 14

Também o fuste do cruzeiro da freguesia, que se encontra no adro da nova igreja, pode ter origem no adelgaçamento dum miliário.

Mais tarde, explorando uma história, foi confirmada a existência de outro miliário no monte dos Amieiros, (mesmo por baixo da chamada Bouça do Lopes) e enterrado no ribeiro.

Esse miliário, pela localização e pela história que possibilitou a descoberta, terá pertencido à milha XIX, e está depositado na Câmara Municipal de Terras de Bouro.

- Milha XIX - Lagedos  
– (À guarda da Câmara Municipal)



Não epigrafado/fragmentado

Altura: 1.36 m

Perímetro: 1.72 m

Miliário Inédito nº15

Nas chamadas Podriqueiras, localiza-se o “Penedo dos Ladrões” e é uma das zonas mais bonitas da Geira.

O nome “Penedo dos Ladrões”, onde ninguém pode roubar ninguém nem fugir à justiça, impunha que se falasse em “Penedo dos Padrões” e estava, pelas medições feitas, na área na milha XX.

Tais deduções, acompanhadas das informações de que no meio do campo havia umas pedras a estorvar a lavoura, provocaram umas escavações que permitiram localizar dois miliários.

Foram desenterrados e implantados fora do campo a assinalar a milha XX.



- Milha XX - Podriqueira
- Local provável de origem

Epigrafado/fragmentado

Altura: 1.10 m

Perímetro: 2.12m

Miliário Inédito nº16



- Milha XX - Podriqueira
- Local provável de origem

Epigrafado/Inteiro

Altura: 1.52 m

Perímetro: 2.22 m

Miliário Inédito nº 17

Na altura, ficou a convicção de que um poço localizado no campo (por baixo do Penedo dos Ladrões) seria construído, em parte, com fragmentos de miliários.

Recentemente, e já depois da Via Romana ter sido classificada como Património Nacional, a Câmara Municipal terá localizado outro miliário no mesmo campo, a uma centena de metros a jusante dos que haviam sido encontrados.

Esse miliário ainda não foi removido e é de esperar que o seja em breve.

Em referência à milha XXI, Matos Ferreira diz haver “um padrão

partido em dois pedaços que juntos fazem de alto treze palmos e onze de grosso”.

Por sua vez, Martins Capela menciona a existência de um miliário de Heliogábolo.

Das pesquisas pela Câmara Municipal de Terras de Bouro na década de 1980 resultou terem sido encontrados a uns 100 m a juzante e recolocados no local presumível da milha XXI, dois miliários: um miliário inteiro (com sinais de tentativa de aproveitamento) e uma boa parte de outro miliário que não condiz com as referências de Matos Ferreira.



- Milha XXI - Travassos  
– Local provável de origem

Epigrafado/ Inteiro  
Altura: 1.45 m  
Perímetro: 1.99 m

Miliário Inédito nº 18



- Milha XXI - Travassos  
– Local provável de origem

Epigrafado/ inteiro  
Altura: 1.37 m  
Perímetro: 1.76 m

Miliário Inédito nº 19

Foram colocados junto do ribeiro, um pouco antes de um outro local que já tinha sido referido como provável localização da “mansão

saliniana” e onde nunca fizemos qualquer exploração já que sempre estivemos convencidos de que o único local provável para a “mansão saliniana” será a montante da milha XVIII, na chamada Chão de Vilar onde sempre existiu, como se disse, um castro.

É, indubitavelmente, um local que exige um estudo aturado porque irá causar algumas surpresas aos investigadores. Por isso, é que a Câmara Municipal sempre evitou qualquer iniciativa naquele espaço que não fosse a protecção possível para evitar a degradação e intromissão abusiva que já existiram no passado.

Na milha XXII foram localizados os dois miliários que Matos Ferreira menciona no seu livro, mas foram várias as fontes que nos informaram ter existido ali um miliário de grande porte que serviu de fuste ao cruzeiro da Igreja de Chamoim.

A análise, necessariamente simples, a que se procedeu, não permitiu nenhuma conclusão, mas é sabido que os miliários eram muito utilizados nos fustes dos cruzeiros.



- Milha XXII - Hervosa  
– Igreja de Chamoim

Não epigrafado/ inteiro

Altura: 2.60 m

Perímetro: 1.17 m

Miliário Inédito nº 20

Um pouco abaixo de Santa Comba, localiza-se a milha XXIII com um bom miliário e um fragmento. Do miliário tentaram fazer um “engenho” de poço construído a montante.



- Milha XXIII - Esporões
- Local provável de origem

Não epigrafado/ Inteiro

Altura: 1.30 m

Perímetro: 1.99 m

Miliário Inédito nº 21



- Milha XXIII - Esporões
- Local provável de origem

Não epigrafado/fragmentado

Altura: 0.72 m

Perímetro: 1.79 m

Miliário Inédito nº 22

Em consequência duma quebrada, de dimensões razoáveis, parte dos miliários da milha XXIV deve ter sido arrastada e foi-nos referido, que no lugar de Cabaninhas (onde chegou o desabamento de todo aquele montado), existiam alguns miliários que, apesar de aturada procura e de ouvir muita gente, não foram encontrados.

Os esforços resultaram, de facto, infrutíferos mas foi encontrado um miliário que ficou nos limites da derrocada e foi possível recuperá-lo e erguê-lo em local pouco provável de ser a localização original. Ficou, pelo menos, protegido e em condições de ser estudado.

Perto do lugar de Sá, freguesia de Covide, apenas foi possível reencontrar um miliário dos 3 descobertos por Bernardo de Brito (em vários locais).

Havia sido ali erguido, em sentido inverso (a Câmara Municipal procedeu, recentemente, a alterações) e encimado por uma Cruz. Este miliário assinala a milha XXV.

O fuste e o sopé do cruzeiro que se encontra em Outeiro de Rei (Covide) resultaram do aproveitamento dum miliário. Na parte enterrada ainda se poderá fazer a leitura do que resta da inscrição. Esse deve ter origem na milha XXV (à cautela, essa parte está enterrada).



• Milha XXV - Lugar de Outeiro de Rei  
– Covide

Não epigrafado/ afeiçoado

de forma octagonal

Epigrafado “na parte enterrada”

Altura: 2.29 m

Perímetro: 1.28 m

Miliário Inédito nº 23

Como a milha XXVI se localiza perto dos Seixos Brancos e está assinalada por um marco encontrado a algumas centenas de metros, no meio dum campo por onde nunca teria passado a Via Romana (Matos Ferreira não lhe fez nenhuma referência), não é seguro considerar que, quer o miliário de Outeiro de Rei (Cruzeiro), quer o fragmento existente no meio do lugar, no curral do Sr. Carlos Dias, tenham pertencido à milha XXVI.



• Milha XXVI - Perto dos Seixos Brancos – Covide

Não epigrafado/ Inteiro

Altura: 1.12 m

Perímetro: 2.23 m

Miliário Inédito nº 24

Também não é considerado definitivo que o trajecto da Via Romana seja pelo meio do lugar do Assento até ao Poço do Lugar, na saída para S. João do Campo.

Matos Ferreira refere que a Via Romana passava por fora da Veiga de Santa Eufémia.

De qualquer maneira, mesmo com recurso às velhas matrizes, pode dissipar-se dúvidas. De resto, há métodos modernos que podem definir, com toda a segurança, o traçado inicial da Via Romana.

Na milha XXVIII foi encontrado um miliário, na “Leira dos Padrões”, propriedade da família Pires que o recolocou de frente da casa e na margem da Via Romana.



- Milha XXVIII - Leira dos Padrões  
– Casa Pires

Epigrafado/ Inteiro

Altura: 1.12 m

Perímetro: 2.23 m

Miliário Inédito nº 25

De referir uma coisa bastante importante: a partir da milha XXV pode aumentar, em alguns sítios, a importância do meio ambiente e do número de miliários da Via Romana, mas diminui, de forma abrupta, o valor da Verdadeira Via Romana em consequência, sobretudo, das múltiplas agressões e descaracterizações sofridas.

Começa pela destruição total da Via Romana aquando da construção da Estrada Nacional desde a milha XXV (lugar de Sá) até à casa do Eiras. Depois, ou se vai por fora da Veiga de Santa Eufémia (como diz Matos Ferreira) e não encontramos sequer vestígios da Geira, ou se opta por percorrer a povoação até ao Poço do Lugar e, aparentemente, não encontramos elementos preservados da Via Romana da Geira.

Saindo do lugar de Covide, podemos estudar o traçado da Via Romana até aos Seixos Brancos (ali nas proximidades do Centro das Artes Tradicionais) mas entrámos de novo numa estrada que foi construída sobre o traçado da Geira (deixando uns retalhos intactos) e, depois da Ponte dos Eixões, num caminho que atravessa o lugar do Campo até `a escola do primeiro ciclo.

Entre a escola e o cruzamento para a Fronteira, a Via Romana era lindíssima e podia, com a maior facilidade, ser totalmente preservada. Bastava que a estrada da Barragem, aberta pela EDP, aproveitasse melhor o monte e não permitisse que o escombros invadisse a Geira.

Foi poupado o pequeno troço que vai do cruzamento da Fronteira até ao Gavião e Trincheiras (Casa das Peças). Sande Lemos, talvez por imprecisão, chegou a referir que os florestais haviam construído uma estrada sobre a via Romana desde a Albergaria até S. João do Campo e até um pouco depois da milha XXIX.

De acentuar que a milha XXIX foi descoberta pela Câmara Municipal com a preciosa ajuda do velho Sr. Aguiar do Campo. Através dele conseguimos descobrir, dentro das paredes da bouça de Vilarinho, uma parte, menos escondida, de um miliário. Nas proximidades, e bem enterrados, fizemos novas descobertas. Depois foi o desmontar da parede para recuperar fragmentos de marcos.



• Milha XXIX - Gavião  
– Local de origem

Epigrafado/Fragmentado

Altura: 0.98 m

Perímetro: 1.72 m

Miliário Inédito nº 26



- Milha XXIX - Gavião
- Local de origem

Sem inscrição/fragmentado

Altura: 1.18 m

Largura: 0.53 m

Miliário Inédito nº 27



- Milha XXIX - Gavião
- Local de origem

Sem inscrição/ fragmentado

Altura: 0.68 m

Perímetro: 1.71 m

Miliário Inédito nº 28



- Milha XXIX - Gavião
- Local de origem

Epigrafado/ Fragmentado

Altura: 1.22 m

Perímetro: 1.63 m

Miliário Inédito nº 29



- Milha XXIX - Gavião
- Local de origem

Fragmento de miliário/sem inscrição

Altura: 0.29 m

Largura: 0.56 m

Miliário Inédito nº 30



- Milha XXIX - Gavião
- Local de origem

Sem inscrição /fragmentado

Altura: 1.17 m

Perímetro: 1.54 m

Miliário Inédito nº 31



- Milha XXIX - Gavião
- Local de origem

Sem inscrição/ inteiro

Altura: 2.96 m

Perímetro: 1.79 m

Miliário Inédito nº 32



- Milha XXIX - Gavião  
– Local de origem

Fragmentos de miliário/  
sem inscrição

Miliário Inédito 33: Altura: 0.49 cm / Perímetro: 0.38 cm

Miliário Inédito 34: Altura: 0.50 cm / Perímetro: 0.36 cm

Apesar de tudo, ficou encaixado na parede da bouça um fragmento que escapou à UAUM e, por isso, não foi estudado nem colocado ao lado dos restantes.

Como se sabe, o troço entre a milha XXIX e a milha XXX ficou submerso pela albufeira e na milha XXX, apesar dos redobrados esforços, não conseguimos encontrar miliários.

Como Matos Ferreira não havia assinalado a presença de miliários, e até por isso, entendemos desenvolver esforços para superar as dificuldades de Matos Ferreira. Quando ele estudou aquela milha, ainda não existia a casa florestal, as hortas, etc. Muita coisa tinha mudado. Por isso, aproveitámos uma altura em que a barragem estava quase vazia para aumentar a área da pesquisa e, não satisfeito com isso, solicitámos ao Sr. Manuel Martins, que vivia em Braga e havia sido guarda florestal na Bouça-da-Mó mais de 20 anos (tinha sido anfitrião de Jorge Dias), uma deslocação ao local e uma ajuda preciosa. Infelizmente sem resultado. No estudo feito a UAUM terá encontrado dois miliários que ainda não expôs. Felizmente, é agora anunciado que a Câmara Municipal actual encontrou um miliário que todos iremos ter o prazer de apreciar (11/1/2008, *in Diário do Minho*.)

Entre a milha XXX (Bouça-da-Mó) e a Albergaria, a Via Romana foi inutilizada pela estrada rasgada pelos florestais. Só que houve um autêntico acto de selvajaria imperdoável. Podiam, com algum

discernimento e sensibilidade, ter poupado parte da Via Romana ou então utilizá-la em toda a sua extensão por forma a salvaguardar o traçado inicial. O que não podia ter sido feito (já naquele tempo em que ainda não se falava em ecologia, mas na preservação do património histórico - foi essa a razão do trabalho de Matos Ferreira) era abrir uma estrada, sem qualquer preocupação, pelo meio dos miliários que na milha XXXI foram, em parte, atirados para o ribeiro e na milha XXXII foram empurrados, na sua maioria, para uma plataforma bastante inferior onde ainda se encontram (inteiros e fragmentados).

Poderia, pelo menos, dizer-se que entre a Albergaria e a Portela do Homem a Via Romana foi preservada. Mas, em boa verdade, isso não aconteceu.

Desde logo, porque tinha havido a destruição das pontes e ninguém ousou, ao longo dos séculos, tentar, pelo menos, fazer a reconstrução da mais simples.

Depois, e como mera informação que nunca foi utilizada, deve ser referido, que durante mais de 10 anos, no espaço paradisíaco da milha XXXIII (na Albergaria), onde dizem localizar-se o coração da Reserva Biogenética, o PNPG permitiu que se instalasse um parque de campismo selvagem que chegou a albergar mais de mil pessoas, parque esse que não dispunha de casas de banho e utilizava os inúmeros miliários como suporte das tendas, como depósito de apetrechos ou como apoio de fogões.

E tudo isto acontecia porque os géneros e artigos de primeira necessidade eram vendidos por funcionários do PNPG, em exclusivo, que praticavam os preços que entendiam e não havia possibilidade de recorrer a outros, nem, pelo menos, protestar.

A Câmara Municipal, cansada das queixas, solicitou a intervenção do Comandante do Posto da Guarda Fiscal da Portela do Homem e, face à inviabilidade do negócio, o PNPG transferiu o parque de campismo para o Horto do Videeiro (à saída do Gerês) que tinha sido a alma da Mata Nacional, mas que se encontrava lançado ao abandono porque do PNPG não estava disposto a tratar de “arbustos” para proceder ao repovoamento de autóctones. De resto, as mimosas já haviam começado a invadir o local.

A seguir à milha XXXIII, e depois da ponte de S. Miguel, a Via Romana também sofreu alterações com a construção da capela de S. Miguel, já desaparecida, e com a construção do bairro e das hortas da guarda-fiscal.

Restava a última milha, a XXXIV, localizada na Fronteira da Portela Homem. Essa pelo menos, no período mais recente, deveria servir de exemplo já que, durante os últimos anos, formava o mais belo conjunto de miliários e era utilizada como projecto de divulgação da Via Romana.

Haviam decorrido 15 anos sobre o ruído ensurdecedor criado em torno da abertura da Fronteira da Portela do Homem por todos aqueles que vinham obter o certificado de ecologistas à Serra do Gerês, trazendo com eles os meios de comunicação social e tendo como anfitriões (ou demandantes) o PNPG que quase não existia e eram os “Amigos do Parque” quem punha e dispunha.

O caso, embora suficientemente esclarecido na altura, necessita, mais uma vez, de uma explicação, até porque o PNPG e outros continuam a ser pouco cuidadosos nas suas acusações.

E o que verdadeiramente aconteceu na milha XXXIV, junto da Fronteira da Portela do Homem, é que os guardas-fiscais haviam, por razões meramente estéticas, colocado os miliários em semi-círculo numa rampa, bastante íngreme, de acesso ao terreiro do Posto Fiscal.

Nos primeiros tempos, o PNPG pretendeu abrir uma estrada que iria da Portela do Homem até ao posto da televisão, mas que terminou em Calvos por imposição da população de Vilarinho.

O manobrador da máquina, por simples descuido ou porque a vegetação o impediu de ver os miliários, empurrou o escombros para a rampa onde se encontravam os marcos e os mais baixos ficaram invisíveis.

Numa passagem por ali (com a atenção centrada nos miliários), constatámos o facto, não incriminámos ninguém e, algum tempo depois, munidos de material adequado, removemos os escombros e deixámos todos os miliários descobertos.

Posteriormente, com outros meios, orientação técnica e cuidado total, foram removidos para uma plataforma superior, construída para

esse fim, onde, mais tarde, os erguemos e limpámos e nem uma simples moessa apresentam.

Isso deu tempo ao uso maldoso das notícias divulgadas e influenciadas por aqueles que tudo fizeram e a quem tudo servia para desautorizar a Câmara Municipal e insistir no encerramento da Fronteira da Portela do Homem.

Curiosamente, na recolocação dos miliários, a Câmara Municipal deixou, *in situ*, por várias razões e sobretudo por estar protegido por um carvalho e ser fácil de encontrar, quando estava coberto pelas enxurradas, um dos oito miliários.

Quando a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho executou o projecto referente às últimas milhas da Geira, entendeu, e bem, desenterrá-lo e erguê-lo ao lado dos outros que formavam, como se disse, e continuam a formar, o mais belo conjunto de miliários que servem para informação turística e divulgação da Via Romana da Geira.

Inexplicavelmente, ou talvez não, o PNPG continuou a denegrir a acção da Câmara Municipal acusando-a de ter “desmantelado” os miliários da fronteira da Portela do Homem.

### **Conclusão:**

Esta a descrição muito singela dum grande e aturado esforço desenvolvido pela Câmara Municipal de Terras de Bouro e por muitos que com ela colaboraram, durante mais de 30 anos, na redescoberta da Geira e de uma parte importante de tudo aquilo que ela representa em termos culturais e como destino turístico ambiental.

Trata-se duma síntese do trabalho de muitos anos que a Câmara Municipal nunca procurou divulgar e cujos resultados colocou sempre ao dispor de todos e, sobretudo, da comunidade científica que, em certos casos, o utilizou em trabalhos de muita qualidade.

Mas é justo, é mesmo um dever de quem, de forma muito modesta, deu o seu contributo e foi testemunha da obra feita, que faça o seu

depoimento descrevendo e localizando, pelo menos, as mais de três dezenas de miliários que, desconhecidos de todos, representam hoje o maior esforço que foi levado a efeito depois de Matos Ferreira.

Trata-se de Miliários Inéditos que continuariam desconhecidos e omissos se não fosse o trabalho desenvolvido nestes 30 anos.

Felizmente, o actual elenco Municipal, que já havia dado o seu contributo no passado, incrementou esse esforço, quer na descoberta de outros miliários, quer, sobretudo, na classificação da Geira como Património Nacional, nas diligências para que venha a ser considerada Património da Humanidade e, também, nos aspectos museológicos com a espectacular transformação do Museu Etnográfico, com a construção do novo Museu e com a transformação do Posto da Alfândega da Portela do Homem em Galeria dos Miliários.

Isto, sem contar com a deluição de alguns desencontros do passado e no esforço de agregação de outras vontades e capacidades.

É esta a verdadeira razão deste modesto trabalho que representa, ainda, uma simples e muito pequena, mas sentida homenagem àqueles que se envolveram nesta iniciativa, dando o seu esforço e as suas sugestões e, sobretudo, emprestando muita alegria a uma tarefa que nem sempre foi fácil.

# “CISTERCIENSES, CAMPONESES E ECONOMIA RURAL NO MINHO NA ÉPOCA DO ANTIGO REGIME”<sup>1</sup>

## Apresentação da Obra

por  
SALVADOR MAGALHÃES MOTA\*

### I

Antes de iniciar a apresentação do estudo para a qual fomos convocados, gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente da edilidade, Dr. António José Ferreira Afonso, o Senhor Professor José Viriato Eiras Capela, distinta Vereação e todas as pessoas aqui presentes. Agradecer à Câmara de Terras de Bouro o alto patrocínio que me foi concedido para podermos publicar o trabalho que aqui vai ser apresentado. Sem este contributo a edição arrastar-se-ia por mais alguns anos, para desespero do seu autor. Pensamos que trabalhos desta natureza são muito válidos como fontes de informação, aumento de conteúdos, formas de sustentação a projectos relacionados com a defesa

---

<sup>1</sup> Apresentação efectuada no dia 7 de Julho pelas 21h30m no Auditório da Vila do Gerês.

\* O autor da obra doutorou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e é Professor / Assessor do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa.

do património artístico, cultural, paisagístico e ambiental dos espaços aqui considerados. Aqui, portanto, o nosso profundo agradecimento.

Este estudo corresponde grosso modo, ao trabalho apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto para concurso a provas de doutoramento, embora com ligeiras alterações fruto das observações, posteriormente, efectuadas e dos critérios promocionais que uma edição desta natureza sempre encerra.

A obra tem como título “*Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na época do Antigo Regime e como subtítulo “O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu Domínio”*. Foi publicada em Março de 2006, pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, em dois volumes, na Coleção *Temas Portugueses* com uma tiragem de 1000 exemplares.

**Cistercienses**, porque eram da Ordem de Cister, os monges brancos moradores no Mosteiro de Santa Maria de Bouro desde a sua fundação até à sua extinção em Maio de 1834. A Ordem tem um crescimento espectacular nos séculos XII e XIII, graças à liberalidade em termos de doações, dos nossos primeiros reis, em particular Afonso Henriques que quis, assim, pagar o apoio que a Ordem de Citeaux e Claraval sempre concedeu aos propósitos de emancipação da nossa nacionalidade em termos de reconhecimento do estado português junto da Santa Sé. Não será, do mesmo modo, alheio a este propósito as necessidades de povoamento e cultivo das terras que se iam conquistando. A Ordem apresentava-se com um mensagem renovada em relação aos seus irmãos clunícenses, ou seja: a oração, a leitura, mas também o apego ao trabalho, pelo menos nos primeiros tempos. Como diríamos hoje traziam uma mensagem de progresso e desenvolvimento *à letre* da época.

**Camponeses**, porque a maioria da população portuguesa, em particular a Minhota até ao século XVIII, pouco tinha de seu. A luta pela sobrevivência fazia-se todos os dias. A própria alimentação reflectia

essas dificuldades. Os nossos antepassados eram grandes comedores de pão, em geral ingeriam 2kg de pão. Como o pão era muito salgado bebiam, aproximadamente, 2 litros de vinho. Consumiam pouca carne, pouco peixe e quase nenhuma fruta exceptuando castanhas nas épocas de maior carestia. Na sua maioria trabalhavam as terras directamente como assalariados ou arrendavam ou emprazavam terras a um Senhor.

**Economia rural**, porque é de agricultura que trata o nosso trabalho. Mais de 90% da população portuguesa e até europeia até meados do séc<sup>o</sup> XIX vivia e dependia do sector primário da economia. Era, também, deste sector que provinha o grosso do rendimento nacional dos países. Neste *mundo que nós perdemos* estava-se a dar os primeiros passos da industrialização e não se conhecia bem os fenómenos da interioridade, da concentração, da rarefacção, da litoralização, da desertificação, que caracterizam as sociedades dos nossos dias. Outros problemas eram igualmente conhecidos no passado, mas com menor projecção que nos nossos dias como a praga dos incêndios, que embora os houvesse eram prontamente atacados, dado que havia uma perfeita harmonia entre o homem e a natureza. Os seus efeitos mais perversos, curiosamente faziam-se sentir muitas vezes mais nas cidades do que nas aldeias. A nossa civilização trouxe, inquestionavelmente, muito progressos mas suportou e está a suportar custos, igualmente, elevados. Regressar a esta harmonia mas com a técnica e os conhecimentos actuais, será porventura um dos desafios da nossa civilização actual.

**No Minho**, porque é o espaço onde se concentrava a maioria do património e bens do Mosteiro de Bouro e onde o mesmo exercia uma maior influência. A esmagadora maioria dos noviços eram recrutados no distrito de Braga, coincidindo com a maior amplitude das doações. Com o tempo estabeleceu-se uma verdadeira rede de interesses. Isso explica que o Mosteiro se tornasse numa das mais fortes Abadias do Entre Douro e Minho em bens, em rendas e em número de monges. Mais forte do que ele só o Mosteiro beneditino de Sto. Tirso, considerado já de si um pequeno bispado. Nas procissões solenes de apresentação de novo Arcebispo era costume o D. Abade de Bouro perfilar-se

hierarquicamente logo a seguir ao D. Abade Geral de S. Martinho de Tibães. O Mosteiro de Bouro garantiu durante muitos séculos a centralidade das áreas da sua implantação. Daí compreendermos alguns conflitos havidos com o próprio Arcebispado de Braga.

No **Antigo Regime** por a nossa análise colocar-se temporalmente entre os séculos XVI a meados do séc<sup>o</sup> XIX, isto é, o tempo que medeia entre a entrada do Mosteiro no concerto da Congregação de Sta. Maria de Alcobaca da Ordem de S. Bernardo em 1570 e a sua extinção em 1834.

## II

**A obra encontra-se dividida em 3 grandes partes, cada uma subdividida em vários capítulos:**

Na primeira parte fazemos um enquadramento histórico do tema. O Mosteiro de Santa Maria de Bouro enquadrado na Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo a partir de 1570, na sequência das profundas reformas encetadas pela igreja católica a partir do Concílio de Trento. Dessa Congregação saem fortalecidas 4 grandes casas irmãs cistercienses: Alcobaça (a sede da Congregação) Tarouca, Salzedas e Bouro. A reforma foi profunda e tocou todos os níveis. No espiritual atacou-se melhor a instrução dos clérigos, criando-se vários níveis de ensino. O primário que coincidiria com o noviciado, o médio com a obtenção do curso de Artes ou Filosofia e finalmente o superior obtido na Universidade ou nos Colégios Universitários que começaram a proliferar em Coimbra na sequência das reformas implementadas por D. João III.

Cada Congregação chegou a ter o seu colégio universitário mas dependente da Universidade quanto ao reconhecimento dos programas curriculares, diplomas e graus. Esta reforma implementada a partir de cima foi revigorada com um aumento dos níveis de disciplina, multiplicando-se as regras e as normas de conduta. Quem consultou, como nós consultamos, os Livros das Definições e dos Capítulos da Congregação verá que muitas das decisões dizem respeito à forma como os monges deviam andar vestidos, calçados, como se deviam comportar nos ofícios divinos, nas celas, no claustro, no refeitório, na biblioteca ou no recreio. Ficamos a saber que no período de descanso os monges podiam passear até à cerca, jogar cartas e dados, praticar o jogo de bola, tocar música como cravo, manicordio, flauta e arpa. Viola e rabeça estavam-lhes vedados, pois eram considerados impróprios para o seu estatuto religioso. Os contactos com o exterior eram rigorosamente sistematizados. Estimava-se os dias de férias fora dos conventos, nas casas de recreio, nas quintas ou nas granjas. No caso de Bouro, o padre boticário era muito rigoroso no acompanhamento dos doentes, por exemplo: às “*Termas do Gerês*”, a partir de fins do

século XVII com o propósito de os religiosos ficarem aliviados de determinadas maleitas relacionadas com o mau funcionamento do estômago, fígado ou mesma da chamada doença da gota. As termas do Gerês começavam então a ter alguma projecção nacional. Este maior controle é assegurado ainda com o aumento do número de visitas feitas aos mosteiros pelo D. Abade Geral e por visitantes eleitos em Capítulo Geral. O enquadramento religioso e disciplinar ficava mais completo com a publicação de pastorais, destinadas a ser lidas e comentadas em reuniões de Capítulo Conventual.

No domínio da gestão dos bens os monges de Cister foram algo inovadores, instaurando o chamado Governo das Arcas. Nelas se depositavam os proventos de cada mosteiro e saíam os montantes necessários para as despesas com a alimentação, culto, manutenção das estruturas, obras etc. Havia, basicamente, 2 arcas uma chamada do Depósito de natureza conventual e outra da Congregação chamada da Caridade destinada a ajudar os conventos de menores capacidades económicas. Esta primeira parte termina com um capítulo exclusivamente destinado a Bouro, onde se aborda, o processo de entrada do mosteiro na Congregação de Alcobaça, o seu estatuto, o sistema de recrutamento dos seus moradores, as relações com o exterior, os conflitos existentes com as populações do couto ou com os oficiais do antigo Couto e Concelho de Santa Marta de Bouro, extinto na sequência das reformas liberais dos anos 40 e 50 do séc<sup>o</sup> XIX. Este antigo Couto e Concelho incorporava algumas freguesias hoje pertencentes a este município como Sta. Isabel do Monte e Sta. Marinha de Valdozende.

Os conflitos eram motivados pelos extensos privilégios que este Senhorio se arvorava e que lhe foram consentidos pelo poder central como o da posse dos montes e maninhos nas áreas coutadas, das águas de rios e ribeiros, estar presente na eleição de juizes e vereadores, nomear párocos para as freguesias do couto, de utilizar o título de Capitão e Fronteiro - Mor da Portella do Homem, contribuindo para preservar senão mesmo aumentar a influência exercida nos domínios da justiça, segurança interna e até no foro militar. Não admira que a esmagadora maioria dos processos que iam a tribunal tinham todos o mesmo fim, a saber, ganho de causa para o cenóbio. Tinha, ainda, direito a dispor

de tabelião próprio, direito de relego em algumas áreas e a um juiz privativo denominado Conservador destinado expressamente a julgar delitos de menor envergadura. De alguma forma a frase do cronista Fr. Bernardo de Brito ao dizer que o D. Abade de Bouro era o Senhor mais poderoso da região, tinha algum fundo de verdade. Dele se dizia que nada se movia na região de Bouro sem o conhecimento e consentimento do D. Abade.

De qualquer forma, apesar de poderoso, não ficamos com a ideia que houvesse uma tensão permanente contra o Senhorio dos monges brancos. Assim, houve momentos de grandes *amistanças*, assim como os houve de grandes tensões. As relações conflituosas tinham um carácter mais individual ou de grupo restrito do que de âmbito alargado. O convento fugia de processos colectivos como o diabo foge da cruz, dado que em conjunto os interessados tinham mais força e mais dinheiro para pagar a eventuais defensores. Finalmente, elaboramos ainda neste quadro histórico uma breve nota sobre a fuga espectacular do convento, de uma parte dos monges poucos meses antes de ser decretado o processo de extinção dos bens dos mosteiros em 28 Maio de 1834, deixando o cenóbio com poucos moradores. Esta fuga relaciona-se com o posicionamento político tomado pelos frades no conflito que opunha liberais a absolutistas. Como refere Eugénio dos Santos, os monges sem grandes alternativas foram empurrados para o lado errado da barricada, apesar de muitas e honrosas excepções.

A 2ª parte do trabalho, denominada **Espaço e estruturas agrárias**, ocupa 3 capítulos principais:

O primeiro capítulo debruça-se sobre o património do mosteiro. Muita ideia feita corre sobre este assunto em termos de estudos de economia senhorial, sem a conseqüente análise. Terá o património aumentado, diminuído ou estabilizado. Para responder a esta questão fizemos 3 cortes no tempo, ou seja: 1570 (início da investigação) 1702 (meio do percurso) e 1834 (final). Em cerca de quase 300 anos de análise, verificamos que mais do que duplicou a extensão do património rural, passando de 1500 ha para bem perto dos 3500 ha de terreno. Deve-se

este aumento, não a doações, não a testamentos não a grandes compras, mas, sobretudo, a espartilhamento das unidades agrícolas existentes e a um aumento das mesmas graças a novos arroteamentos, construção de casas e ao aforamento de montes e maninhos, utilizados cada vez mais como complemento das explorações agrícolas. Este acréscimo deve-se, como é lógico, ao aumento populacional, que pressiona a divisão das unidades agrícolas mais compactas como casais, quintas e granjas. Estas últimas, estiolam-se em unidades mais pequenas dividindo-se em casais. Se conectarmos ao capítulo da propriedade no Couto do convento, ficamos com a ideia que o mosteiro dava emprego, indirectamente, a pelo menos, 300 a 600 famílias. Era um grande empregador. É difícil hoje haver uma empresa nesta região com esta dimensão, exceptuando, naturalmente o sector público do estado. O património, na sua maioria, concentrava-se nos municípios de Póvoa de Lanhoso, Amares, Terras de Bouro e Montalegre. Em Terras de Bouro o cenóbio possuía 86 casais, 1 quinta, 1 granja (em Rio Caldo), 13 moinhos, 2 lagares, 2 olivais, 1 pesqueira e várias casas muito bem aparelhadas para uso dos monges mais graduados.

Este imenso património suscitou-nos a curiosidade em saber quais os contratos agrários que o mosteiro fazia com os seus rendeiros, qual o tipo de exploração mais adoptada e quais os reflexos na agricultura portuguesa, mormente, no Entre Douro e Minho. O estudo mostrou-nos que a reserva do mosteiro era de dimensões reduzidas, aproximadamente, 22 a 25 ha mas com a vantagem de serem os melhores terrenos para a prática agrícola, uma espécie de unidades de exploração modelo. A maioria das propriedades andava em regime de exploração indirecta, fazendo-se contratos de longa duração chamados de emprazamento, aforamento ou enfiteuse. Eram contratos por 3 vidas, ficando o enfiteuta com a posse útil da propriedade mas não com a plena, tendo, no entanto, de pagar ao senhorio uma renda anual em dinheiro, géneros ou misto, denominada foro. Este tipo de contratos que vieram praticamente até aos anos 50 do século passado mereceu da nossa parte uma análise especial.

A enfiteuse trouxe, de facto alguns melhoramentos e sinais positivos que importa ter em consideração: facilitou o acesso à propriedade

por parte dos camponeses, através da transferência do domínio útil da mesma, facto que seria impensável em qualquer outro tipo de contrato agrário; impediu ou tentou impedir a excessiva fragmentação da propriedade, através da nomeação de um único descendente na sucessão do prazo; a estabilização da renda durante as 3 vidas terá sido, também, um factor positivo; a possibilidade da propriedade se manter indefinidamente no quadro da mesma família, introduz mais um elemento de moderação. O direito à renovação do prazo findo o contrato e o da indicação do sucessor estava, de facto assegurado na prática. A introdução de melhorias e a possibilidade de alienação das propriedades constituía mais uma ocasião para o rendeiro retirar alguns dividendos do seu esforço. Na partilha dos baldios e dos maninhos dava-se preferência aos que tivessem já terras emprazadas e próximas do local de exploração.

No entanto, o sistema trouxe algumas distorções, entraves e bloqueamentos que fizeram arrefecer estes sinais positivos. Os principais foram:

- distorção na renda a pagar, isto é, os foreiros eram muitas vezes obrigados a pagar rendas de géneros que já não se fabricavam;
- a renda já de si alta, sobretudo em épocas de más colheitas, poderia ser acrescida com taxas extraordinárias como laudémios, ltuosas, censos, sem falar nas obrigações banais que tinham um carácter gratuito e das contribuições que se pagavam à igreja onde se destacavam os dízimos (ou seja 10% da produção bruta).
- o facto de beneficiar o filho primogénito na sucessão do prazo ainda que com a compensação da legítima (legado, tornas) deixava os outros irmãos e irmãs numa situação de dependência que, em muitos casos se tornaria intolerante, prestando-se a todo o tipo de abusos. Em tal contexto, apesar das excepções e das preocupações dos lavradores minhotos em tentarem resolver, em vida, o futuro dos seus filhos, não nos admira que no séc<sup>o</sup> XVIII e seguintes aumente o casamento tardio, o celibato, e a emigração que começa a crescer em direcção ao Brasil.

Este capítulo apresenta um item muito interessante sobre a correlação das culturas no espaço agrícola:

- Assim, assistimos à regressão das chamadas culturas de Inverno, como trigo e centeio e à ascensão das culturas de verão, nomeadamente, a progressão rápida do milho e posteriormente das batatas, passando a ocupar quase todo o espaço disponível;

- Detectamos o crescimento da vinha, ocorrendo uma mudança de técnicas na sua cultura. A principal foi a mudança do sistema das uveiras, crescimento da videira agarrada a árvores que serviam de trepadeira, para o sistema do alinhamento progressivo em bardos e ramadas, com recurso a materiais como madeira e pedra. O nosso mosteiro muito incentivou esta mudança que trazia ganhos de produtividade significativos.

- Notámos a progressão da cultura da oliveira no séc<sup>o</sup> XVI no Norte do País e a partir de Coimbra. A subida da oliveira para Norte é lenta mas segura à velocidade aproximada de 5 Km por decénio. Bouro foi um dos maiores, se não o maior promotor desta cultura na região, também, por razões de natureza religiosa. Aqui nota-se a influência de Alcobça. Bouro tornou-se num grande azeiteiro da região procedendo a vendas regulares de azeite.

- Analisámos a intensificação da fruticultura em especial as saborosas e doces laranjas da China que rapidamente se disseminaram na região. Para isso dedicou alguns hectares na área da sua reserva à promoção deste fruto. Bouro e os seus rendeiros procediam a vendas regulares deste produto nos mercados vizinhos com ganhos acrescidos para as suas populações. Esta relação feliz com o mosteiro está expressa na fotografia da capa do 2<sup>o</sup> volume desta obra. Somos mesmo de opinião que os produtores de laranjas desta região deviam recuperar esta conexão histórica com o mosteiro. Numa altura em que se dá tanta importância à agricultura biológica, devíamos aproveitar melhor estes legados de origem. É uma questão de nos identificarmos melhor com o passado. O nosso futuro colectivo e a nossa viabilidade como comunidade muito depende deste interface permanente.

Destas culturas, a que teve maior reflexo na vida das populações

de outrora pelas suas consequências futuras e que chegaram até aos nossos dias foi, sem dúvida, a presença do **milho**. A generalização deste cereal suscitou um impacto determinante na estrutura económica e social no Entre Douro e Minho. Ajudou ao crescimento populacional, estimulando um casamento mais precoce com reflexos positivos no número de nascimentos e na retracção da mortalidade. Ajudou, momentaneamente a estabilizar e a evitar o aumento significativo da emigração por algumas boas dezenas de anos, colocando-a para a época a níveis aceitáveis (um pouco a contra - ciclo daquilo que tínhamos dito sobre a enfiteuse). Permitiu e proporcionou o fraccionamento das propriedades devido aos seus altos rendimentos. De futuro era possível produzir mais com menos terreno. Este facto deu origem a uma marca da região que é a dispersão da população em volta de lugares, lugarejos, casais, quintas e quintanas. As unidades agrícolas, por sua vez, passaram a ser melhor trabalhadas, melhor irrigadas, melhor adubadas, reduzindo-se drasticamente o tempo de pousio, sem grandes alterações no sistema rotativo das terras. Terá suscitado uma diminuição da criação de gado em geral, através da redução dos espaços e acelerado como medida compensatória a prática da estabulação. Começava a avultar a importância do gado bovino face a outros pouco lucrativos. Cada vez mais a riqueza dos lavradores se media pelo número de carros e de bois que dispusessem.

Esta 2ª parte termina com um capítulo destinado à estrutura das propriedades nesta região. Fazemos uma análise aos edifícios, às superfícies aráveis e consagramos algumas páginas aos incultos. Os dois últimos aspectos já foram aqui e ali focados. Quanto aos edifícios que os nossos antepassados viviam, foi possível detectar melhorias e claros sinais de progresso, desenvolvimento e aumento do nível de vida com claros reflexos nos aumentos da esperança de vida. As casas de habitação cada vez mais passam a ser sobradadas e não térreas, cada vez mais telhadas e não colmadas, cada vez mais com mais divisões e não duas como anteriormente, ou seja, aumentam-se o número de quartos e vão aparecendo as casas de banho no interior das habitações. Temos mais e melhores janelas, mais e melhores portas, mais madeira e mais pedra no emprego do processo da construção das casas. Enfim,

temos mais limpeza, mais ar a circular nos nossos lares, afastando-se paulatinamente os dois maiores inimigos do homem, os ratos e as pulgas portadores de doenças contagiosas, eles próprios em amena convivência com os animais domésticos. Estas melhorias materiais, ligadas ao aumento do asseio e da limpeza, e ainda aos progressos da educação tiveram mais reflexos na melhoria do bem estar das populações do que a chamada revolução da medicina científica cujos efeitos massivos se começam a fazer sentir apenas a partir de finais do séc<sup>o</sup>. XIX. São os próprios especialistas que o referem, sem medicina preventiva, não pode haver uma medicina científica eficaz. O caso da paragem da progressão rápida da sida, nos nossos dias, e nos países desenvolvidos vem comprovar esta evidência.

Finalmente, esta obra comporta uma 3<sup>a</sup> parte mais pequena, com 2 capítulos, intitulada Gestão e Economia do Senhorio.

No primeiro consagramos um espaço à gestão do mosteiro, explicando como ele era gerido e administrado. Ficamos impressionados com a sua boa gestão. Havia monges especializados para gerir e aumentar as receitas e outros para bem administrar as despesas, fazendo-se uma contabilidade rigorosa de todos os proventos e gastos. Cada oficial tinha de ter um livro que era inspeccionado de 3 em 3 meses. Regularmente, fazia-se um resumo destes movimentos lançando-os nos chamados livros da bolsaria. Um relatório da situação económica dos mosteiros era apresentado no Capítulo Geral da Congregação reunido em Alcobaça, invariavelmente de 3 em 3 anos e nos inícios do mês de Maio. O objectivo era saber quais os principais problemas dos conventos e dar-lhes pronto remédio.

Uma alínea é consagrada à administração do extinto município de Santa Marta de Bouro. Elegia-se por via indirecta 2 juizes (um para o cível, outro para o crime), 2 vereadores, 1 procurador e 1 meirinho. As competências achavam-se definidas em regimentos, legislação avulsa e sobretudo nas Ordenações do Reino, mormente as Filipinas. Fizemos um levantamento exaustivo das pessoas eleitas, realçando as que se perpetuavam mais nos cargos sem esquecer as relações ora amistosas ora difíceis que mantiveram com o Senhor da região. Terminamos esta obra com um segundo capítulo destinado ao estudo da evolução da

população do Couto e Concelho de Sta.ª Marta de Bouro, incluindo ainda a freguesia de Rio Caldo onde o mosteiro tinha uma importante granja, chamada do Barreiro. Procuramos correlacionar este estudo com os ritmos e tendências já esboçadas pela produção agrícola, utilizando como fonte os dízimos arrecadados. Os resultados foram muito satisfatórios.

### **Em síntese e para terminarmos a já longa apresentação:**

- Ficou comprovada a profunda influência do Senhorio de Santa Maria de Bouro no contexto do espaço onde estava inserido;

- Ficou comprovado que essa influência era política, económica, social, religiosa, jurisdicional e até administrativa;

- Ficou comprovado que apesar da sua função e missão principal, não esqueçamos, ser de natureza religiosa ou para - religiosa o Mosteiro de Bouro conseguiu em muitos momentos ser polarizador de progresso, crescimento e desenvolvimento. O facto de estar ligado em rede a centros de decisão nacionais (Alcobaça, Braga, Porto, Lisboa) e até internacionais (França e Itália) mais facilitava este desiderato.

- A mensagem de que foi portador, de um maior apego à religião, à leitura e ao trabalho manual, pelo menos nos primeiros tempos, permanece, ainda hoje muito viva.

A todos muito obrigado. Tenho dito.



# A CAPELA, HOJE SANTUÁRIO, DE SÃO BENTO DA PORTA ABERTA (Rio Caldo, Terras de Bouro), NOS SÉCULOS XVII E XVIII

por  
EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA\*

*O Santuário de São Bento da Porta Aberta é hoje um dos santuários minhotos que recebe maior número de peregrinos. Inexplicavelmente, a sua história está ainda hoje por fazer.*

*Neste texto tentaremos trazer algumas achegas sobre as alterações que foi recebendo na arquitectura e talha desde a sua fundação em 1614 – 1615<sup>1</sup> até finais do século XVIII, pese o facto de não se conservar hoje nenhum vestígio dessas campanhas de obras.*

Um pouco nos confins do Minho, do outro lado da sua maior serra, o Gerês, apenas separado dela por um pequeno curso de água que nos tempos de chuva ou Inverno corria violento e com água sempre límpidas, fica a freguesia de Rio Caldo, no concelho de Terras de Bouro.

Rio Caldo é hoje uma terra ridente, bafejada pela albufeira da Caniçada que a beija e torna muitas das suas terras, as situadas mais a

---

<sup>1</sup> Inexplicavelmente, ainda num texto recente se escreveu que o Santuário foi fundado em 1640: RODRIGUES, Américo; PEREIRA, Varico – *Guião Turístico de S. Bento da Porta Aberta*. Braga, Turel, 2005. Nesse mesmo texto não se faz praticamente nenhuma referência à sua história quase quadricentenária.

\* epo@bragatel.pt

nascente, locais paradisíacos. Em contrapartida, as que estão para além da estrada e caminhos que seguem até Covide e outros lugares, já não têm a mesma apetência humana, porque estão situadas em montanhas escarpadas, rudes e sombrias, embora também sejam muito belas; que o digam, por exemplo, os peregrinos que fazem o percurso da Senhora da Abadia até Rio Caldo!

Hoje não há qualquer dificuldade em circular pela freguesia e pelos seus lugares porque desde há alguns anos que estão todos bem ligados por estradas devidamente pavimentadas; mas há apenas meio século a maior parte destas vias não eram mais do que caminhos estreitos e de terra, sobretudo difíceis de vencer no Inverno quando era necessário passar ali com um carro de bois bem carregado de lenha ou com quaisquer outros materiais.

E se assim era nesses tempos, bem pior seria quatro séculos antes. Lembremos apenas que a principal estrada de acesso à freguesia, a que sai de Braga em direcção a Chaves, tem apenas cerca de 100 anos e foi construída muito lentamente, perfil a perfil, numa luta contínua entre as gentes de Braga e o poder central!

A informação mais antiga, global, que temos sobre a freguesia data do ano de 1758, na resposta ao inquérito que naquele ano foi enviado a todas as freguesias do país. Rio Caldo tinha então uma população bastante razoável, *trinta e seis moradores e quinhentas pessoas de sacramento*, isto é, que já tinham feito a primeira comunhão, pelo menos.

Era composta por 12 lugares *com pouca distância uns aos outros, ainda que do lugar da Seara ao do Cadaval é mais de meia légua.*

Segundo a mesma fonte, não era uma freguesia que se pudesse considerar rica pois os seus campos apenas produziam

*... muito vinho verde, milhão ordinário e centeio pouco. Azeite bastante e de toda a qualidade de fruta, muita laranja e limão, porém terra muito pensionada...*

O rio poderia ser outra fonte de riqueza mas nas suas águas apenas se criavam

*... alguns salmões, mas poucos, bogas, trutas e escalos, eirós e enguias e alguns cágados...*<sup>2</sup>

Naturalmente, também não havia qualquer tipo de indústria, excepto alguns moinhos que moíam o cereal que ali mesmo era consumido.

E também não deveria ter nenhuma pessoa que se pudesse considerar muito rica porque todas as três capelas referidas pelo pároco não pertenciam a particulares mas sim ao *pároco da freguesia*. Refira-se ainda que as quatro confrarias (Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, Santo António e Almas) estavam referenciadas como sendo *pobres*.

Em relação ao que era normal na época, e continuando com a informação enviada para a corte pelo pároco, a freguesia não dispunha naquele ano de 1758 de muitos templos; e todos eles eram públicos. Tinha então, além da igreja paroquial, a capela de São Bento, no lugar da Seara, a capela de Santa Luzia, no de Matavacas e a capela de São Cristóvão, no lugar de São Pedro.

Há aqui, porém, algumas questões que se devem colocar pois outra documentação existente deixa-nos muitíssimas dúvidas sobre aquelas afirmações:

Em 26 de Junho de 1600 o arcebispo autorizou a que se dissesse missa na capela de São Pedro; pelo documento parece tratar-se de uma capela pública<sup>3</sup>. Ora, a capela de Santa Luzia, que era pública, ficava no lugar de São Pedro. Terá havido mudança de orago? Ou erro do padre na informação que forneceu para Lisboa?

Nos anos de 1723 a 1727, o padre Sebastião Pires, abade de Gemeses (Esposende) e natural de Corvite (Guimarães), conseguiu

---

<sup>2</sup> CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, s/e, 2003, pág. 430, 431.

<sup>3</sup> 1600. 26 de Junho: *Provisão pela qual o senhor arcebispo dá licença para que se possa dizer missa na ermida de São Pedro de Rio Caldo*. ADB. Registo Geral, vol. 6, fól. 357.

autorização para construir uma capela dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso<sup>4</sup>. Esta capela, porém, não está referenciada na resposta dada ao inquérito de 1758. Será que o padre apenas referiu as capelas públicas e omitiu as particulares? Em 1923 o padre Alves Vieira dava conta de duas com estas características.

São questões importantes e interessantes que ficarão por ora sem resposta pois neste texto apenas temos como objectivo estudar a outra capela existente, a que tinha sido dedicada a São Bento, capela que, com o decorrer dos anos, se viria a tornar numa dos maiores centros de peregrinação do Minho, o Santuário de São Bento da Porta Aberta.

Até à década de 1980 a construção desta capela estava como que escondida entre as brumas de algumas estórias. Várias foram as hipóteses levantadas sobre os motivos que levaram a que a capela fosse construída. O problema advinha, sobretudo, de três questões:

1. Devido às mais variadas razões, mas em que a incúria tem, sobretudo, a parte mais importante, são raríssimas as paróquias que conservam um bom arquivo.

2. A facilidade com que as pessoas sem uma formação específica em história embarcam em lendas ou memórias que correm de geração em geração que, quando se tenta analisar com a maior frieza, resultam quase sempre em nada.

3. A falta de predisposição para “perder” tempo, horas, dias, semanas e meses, por vezes anos, à procura de documentos que nos elucidem sobre qual é a veracidade da história do monumento ou do assunto que queremos investigar.

---

<sup>4</sup> 1723. 21 de Junho: *Papeis e documentos a favor do Padre Sebastião Pires, abade de Gemeses, natural da freguesia de Santa Marinha de Corvite, para erigir uma capela da invocação de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Bom Sucesso na freguesia de São João Baptista de Rio Caldo*. ADB. Registo Geral, vol. 50, fls. 313-335v

1724. 5 de Fevereiro: *Registo de papéis a favor do abade de Gemeses, Sebastião Pires, da freguesia de Santa Marinha de Covide, concelho de Terras de Bouro, para erigir a capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Bom Sucesso na freguesia de São João Baptista de Rio Caldo*. ADB. Registo Geral, vol. 116, fls. 42v-65

1724. 12 de Fevereiro: *Provisão de licença para erigir uma capela na freguesia de São João de Rio Caldo, a favor do reverendo abade de Gemeses*. ADB. Registo Geral, vol. 74, fls. 185v-186v.

1727. 3 de Setembro: *Doação e instituição de capela que fez o Padre Sebastião Pires, comissário do Santo Ofício, abade de S. Miguel de Gemeses deste termo desta vila*. ADB. Nota de Esposende, vol. 232, fls. 185v-187; 191v-193

O primeiro investigador que tentou dar com desenvoltura uma informação sobre as origens da Capela de São Bento, do lugar da Seara, Rio Caldo, foi o padre Alves Vieira, na sua monografia sobre Vieira do Minho, corria o ano de 1923. Escreveu então o seguinte:

*Não há nesta freguesia notabilidades que mereçam menção, a não ser o Santuário de São Bento da Porta Aberta. Sobre a origem desta capela, temos de aceitar a tradição e o costumeiro da freguesia.*

*A tradição diz:*

*Que, primeiro, a família dos Pires, hoje Araújo, erigira no local um nicho e colocou aí a imagem de São Bento. Depois, um abade da freguesia edificou lá uma ermida, onde recolheu a imagem do Santo. Mais tarde, outro abade da freguesia, como crescesse a devoção ao Santo e ele achasse a Ermida pequena e pobre, edificou uma capela mais ampla e regular...*

...

No mesmo livro, mas um pouco mais adiante, acrescentava

### ***São Bento da Porta Aberta***

#### *Sua história e lendas*

*Diz a tradição que a sua origem vem de uma contenda, por causa de um cão, entre dois vizinhos que vieram às boas, obrigando-se um a mandar fazer umas “alminhas” ou oratóriosinho em honra de São Bento e outro vizinho a dar o terreno para isso. Ainda não vai há muitas vidas que se viam cobertos de eras os restos de uma ermidinha que ou não teria porta ou estava sempre aberta aos devotos. Daqui o nome de São Bento da Porta Aberta...<sup>5</sup>*

...

---

<sup>5</sup> VIEIRA, José Carlos Alves – *Vieira do Minho. Notícia histórica e descritiva*. Vieira do Minho, Edição do “Hospital João da Torre”, 1923, pág. 455 – 464.

Como se vê, é uma prosa bem escrita, agradável. Mas as informações são aparentemente desconexas.

Deste texto, mas sem dar qualquer indicação das fontes utilizadas, se serviu o padre doutor Molho de Faria na sua monografia justamente intitulada *S. Bento da Porta Aberta*, editada no ano de 1947 pela confraria e com edições seguintes.

Consagravam-se assim as informações do Padre Alves Vieira que começariam a correr como absolutamente históricas, credíveis e verdadeiras, sem haver qualquer análise crítica aquele texto.

Até que, um dia, em 7 de Agosto de 1980 o padre<sup>6</sup> Avelino Jesus da Costa publicou no jornal “Diário do Minho” o artigo *O fundador de São Bento da Porta Aberta*, onde para além de transcrever o documento da fundação da capela, fazia uma série de considerações que julgou oportunas. Foi uma autêntica pedrada no charco.

Conhecedor como era da documentação do Arquivo Distrital de Braga, o ilustre investigador não teve a menor dificuldade em encontrar no fundo do “Registo Geral” este documento, isto é, a

*Petição e provisão porque se dá licença que se diga missa na ermida de São Bento, sita na freguesia de Rio Caldo...*

Dizemos facilmente porque naquele Arquivo está patente ao público um índice da documentação que no século XIX um padre cartorário considerou ser a mais importante entre a que se achava inserta nos quase quatrocentos volumes da série denominada “Registo Geral”, trabalho que deixou em óptima e avantajada caligrafia, num grosso volume organizado alfabeticamente por freguesias. É um trabalho meritório, mas não exaustivo.

Ficava definitivamente desfeita a lenda. A Capela de São Bento da Porta Aberta começava a ter uma história verídica, inatacável. Que, verdade se diga, foi aproveitada pelo padre Molho de Faria na terceira edição da sua monografia, publicada no ano de 1984.

---

<sup>6</sup> Dizemos “padre”, porque foi assim que assinou os seus textos. Da sua probidade científica basta referir que a sua tese de doutoramento, defendida e publicada nos finais da década de 1950, só foi ultrapassada pela... nova edição que ele mesmo preparou e teve ainda a felicidade de ver nos últimos dias da sua vida.

Que é que nos dizia este documento? Muito simplesmente que a construção da Capela de São Bento surgiu de uma imposição de uma superior entidade religiosa e não da mera vontade ou religiosidade de alguém, individual ou colectivo, civil ou religioso.

Ou seja, e independentemente do que o leitor nele poderá ler – e para mais facilidade apresentamos uma transcrição, em anexo, do documento – e do que o foi já escrito em 1980, o que se passou foi o seguinte:

Um dia, no ano de 1614, passou pela freguesia um Visitador, o cónego Miguel Pinheiro Figueira. Como lhe competia, analisou a realidade religiosa dos fregueses e achou que o lugar da Seara da Forcadela, situado no extremo norte daquele território, necessitava de uma capela por estar situado a uma distância muito apreciável da igreja matriz, o que tornava difícil, sobretudo nos tempos de maior invernia, que ali é muito rigorosa, que os povos pudessem praticar frequentemente o culto e receber os sacramentos; o que o levou a deixar consignado no competente livro de visitas a necessidade de se construir um templo no local:

*Diz João Rodrigues, abade de São João de Rio Caldo, que visitando a dita igreja o ano próximo passado de mil, seiscentos e catorze, o reverendo Cónego Miguel Pinheiro Figueira deixou no Livro de Visitação da dita igreja o capítulo seguinte: “Mando ao abade que faça uma ermida na Seara da Forcadela, para administração dos sacramentos, por ser lugar remoto da igreja e de grande distância de caminho, por ser muito necessário e do serviço de Nosso Senhor. O que cumprirá até ao Natal, ornando-a de todo o necessário, com pena de mil réis...”*

Os povos do lugar e o pároco que devem ter aceite de bom grado esta determinação, não a cumpriram dentro do curtíssimo tempo assinalado – até ao Natal – mas sim com alguns, poucos, meses de atraso, pois em Junho de 1615 já a capela estava construída e devidamente aparelhada de todo o necessário para se praticar o culto divino, o que levou o

pároco a endereçar ao arcebispo o pedido para lhe ser dada a necessária autorização para a benzer.

Neste documento afirma-se que a

*... ermida está muito bem acabada, de formosa parede, e bem caiada, com seu inchaço na parede, de seis palmos em alto, lavrado de esquadria, com suas folhagens e campanário muito bem feito. Está bem emadeirada de olivel e toda forrada, com suas portas principal e travessa, de esquadria os portais e o telhado muito bem consertado e todas as telhas com cal...*

E que

*... a invocação [é] do Padre Senhor São Bento, que está feito de vulto, de quatro palmos e meio de alto, muito bem pintado. Os ornamentos para a missa e digo [o] altar irão da dita igreja que tem bastantes para tudo. Pelo que pede a Vossa Mercê lhe mande passar provisão para [se poder] dizer missa na dita ermida e receberá mercê...*

Ou seja, a capela estava bem feita, concluída. Era, naturalmente, e mais não seria então necessário, uma capela pequena, com duas portas, a principal e uma lateral, feitas de pedra de esquadria, sem retábulo, apenas com um nicho (*inchaço*, no documento), onde estava colocada uma imagem com cerca de um metro de vulto, bem pintada. Não se justificava a compra de paramentos pois poderiam vir da igreja matriz, onde existiam em abundância.

Infelizmente, o documento nada nos diz sobre a razão que levou as populações a escolherem este orago, São Bento, e não qualquer outro, embora se deva recordar o acima já referido, isto é, que apenas vinte e cinco anos antes o arcebispo tinha concedido autorização para que se pudesse dizer missa noutra capela entretanto levantada, e que esta era dedicada ao chefe dos apóstolos, São Pedro. Será que o pároco era muito respeitador das hierarquias e escolhia os oragos em função da sua importância no contexto da sua importância religiosa? Um caso similar

aconteceria quase dois séculos mais tarde, noutro local, a matriz de Soutelo, Vila Verde, onde o pároco, Francisco Frágoas, colocou o santo patrono da freguesia (São Miguel) e São João Baptista no retábulo-mor e as imagens de dois santos muitíssimo importantes, São Bento e São Domingos, ambas de tamanho natural, em nichos colocados nas paredes laterais da capela-mor.<sup>7</sup>

Os anos foram passando e os povos deverão ter ficado satisfeitos pois apesar das despesas acrescidas que tinham passado a ter, a benesse recebida compensava bem os problemas em que deveriam viver para equilibrar os seus fracos orçamentos familiares.

O que foi acontecendo é algo que passou para o limbo do esquecimento pois os documentos estão perdidos. Sabemos que um pouco mais de um século mais tarde a capela recebeu algumas obras pois o pároco de então, José de Araújo Távora, obteve em 22 de Março de 1736 uma provisão para poder benzer de novo este seu templo.<sup>8</sup>

Que obras terão sido? Que razões terão levado a ser necessário intervir na capela? Pequenas obras, as sempre necessárias decorrentes do tempo e do lugar ingrato e agreste que ocupava? Ou será que já então começava a ser um local concorrido de romeiros, o início do frequentadíssimo santuário que agora é?

Seja como for, cerca de quinze anos mais tarde este mesmo pároco voltou a pedir autorização ao arcebispo para se poder intervir. Mas agora sabemos quais foram as razões invocadas: a capela não só estava a ser procurada por muitos romeiros como tinham começado a suceder muitos milagres pelo que se tornava necessário ampliar a sua área interna e fazer novos altares. Na sua nova súplica, o padre José de Araújo Távora dizia que a capela era um lugar

*...aonde concorrem muitos romeiros pelos muitos milagres que o mesmo São Bento faz; e porque é esta capela muito pequena*

---

<sup>7</sup> Sobre esta igreja veja-se o nosso trabalho *A Igreja Matriz de Soutelo (Vila Verde)*. “Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Verde”, Vila Verde, 1, 2005, pp. 257-284.

<sup>8</sup> 1736. 22 de Março: *Registo de provisão a favor do Reverendo José de Araújo Távora, abade de Rio Caldo, para benzer uma capela com a invocação de São Bento no lugar da Seara da dita freguesia*. ADB. Registo Geral, vol. 102, fls. 8v-9v.

*e a quer o suplicante reedificar mandando fazer de novo com três altares à sua custa e com algumas esmolas que aí concorrem, suposto que são [di]minutas...*

pelo que pedia ao arcebispo

*... licença ao suplicante para poder reedificar a dita capela e fazer-lhe três altares para maior honra e glória de Deus...*

Esta autorização foi facilmente concedida pelo arcebispo de então, D. José de Bragança, que à data (8 de Julho de 1748) estava em Guimarães, onde permaneceria cerca de um ano

*Pela presente, visto o que em sua petição retro nos representa o suplicante José de Araújo Távora, abade de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado primaz, e o mais que consideramos, lhe concedemos licença para que se possa reedificar de novo a capela de São Bento, sita no lugar da Seara da dita freguesia de que faz menção na petição retro, fazendo-se com toda a decência devida, com a porta principal para o público, sem outra alguma fresta, nem tribuna para casa particular; e construída que seja de todo o necessário, se nos requererá licença para a bênção dela...*

Estranhamente, porém, arrastaram-se imenso os problemas burocráticos decorrentes desta licença, pois a assinatura final só seria aposta em 18 de Julho de 1752<sup>9</sup>!

Seis anos mais tarde, em 1758, na resposta ao inquérito enviado de Lisboa, o pároco confirmaria esta informação sobre a grande afluência deromeiros à capela.

---

<sup>9</sup> 1752. 18 de Julho: *Registo de provisão de licença para reedificação da capela de São Bento sita no lugar da Seara da freguesia de Rio Caldo, a favor do reverendo abade de Rio Caldo*. ADB. Registo Geral, vol. 107, fls. 438v-440.

*À ermida de São Bento acodem muitos devotos e é frequentada a sua imagem nos dias do seu orago e em muitos mais dias do ano, pelos muitos milagres que obra em sua imagem...*<sup>10</sup>

Em Fevereiro de 1761 alguma coisa grave deveria estar a acontecer, tão grave que levou o padre visitador a deixar consignado no livro de visitas a obrigação da paróquia ter de resolver esta situação. Seria uma questão ligada à Capela de São Bento? O documento conhecido não nos permite ter qualquer tipo de informação, excepto que aos fregueses seria concedido mais um período de três meses para poderem resolver o problema<sup>11</sup>.

Esta dúvida é, porém, resolvida com o conhecimento de outro documento datado de apenas três meses mais tarde (18 de Abril de 1761), em que o pároco, Gonçalo da Costa e Faria, pedia licença para benzer a capela uma vez que estavam concluídas as obras que recebera:

*Diz Gonçalo da Costa e Faria, abade de São João Baptista de Rio Caldo, sita no lugar da Seara desta minha freguesia, por a fundamentis se reedificar e porque de presente se acha concluída com a decência necessária, tanto em altar como em retábulo e nela se poder dizer missa, pede a Vossa Alteza se sirva mandar passar licença ao suplicante para benzer a referida capela e para isso mandar-lhe passar provisão e receberá mercê...*<sup>12</sup>

Que obras eram estas? As que tinham sido autorizadas nove anos atrás? Por muito longo que seja este período, é bem possível que

---

<sup>10</sup> CAPELA, José Viriato – *Memórias e imagem de Terras de Bouro Antigo: as Memórias Paroquiais de 1758*. Terras de Bouro, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2001; CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, s/e, 2003, pág. 430.

<sup>11</sup> 1761. 10 de Fevereiro: *Registo de provisão porque Vossa Alteza faz mercê aos suplicantes de lhes prorrogar mais três meses para continuarem com a causa de capitulo de visita*. ADB. Registo Geral, vol. 62, fls. 153-153v.

<sup>12</sup> 1761. 18 de Abril: *Registo de provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença ao Reverendo de São João Baptista de Rio Caldo para que possa benzer a capela de que trata*. ADB. Registo Geral, vol. 62, fls. 242-242v.

sim, embora seja difícil de compreender uma tão grande demora na sua realização porque trabalhos muito longos são sempre um grave empecilho ao bom nome de qualquer lugar.

Após a conclusão destas obras é possível que o número de romeiros tenha crescido bastante e que, infelizmente, tenham surgido questões graves entre o pároco e alguns padres que tinham uma relação hoje desconhecida com o desenvolvimento e frequência do templo. A leitura de um novo pedido de embargo de capítulos de visita faz-nos pensar que estes problemas devem ter sido de grande tomo. Efectivamente, em Setembro de 1763 os padres Domingos da Silva, José Dias dos Santos, Manuel Pires de Araújo, Frutuoso Vieira Ribeiro, Domingos Gonçalves de Campos e José de Araújo, todos da freguesia de Rio Caldo, pediram a suspensão deixada em capítulo pelo visitador, que determinava

*... que nos domingos e dias santos não dissessem missas nas capelas sem licença do seu reverendo pároco, como melhor consta do capítulo que vai junto...*

O arcebispo anuiu ao pedido, permitindo que durante um ano as missas dominicais pudessem continuar a ser ditas, mas preveniu que enviaria a questão para o

*... nosso Reverendo Desembargador ou Vigário Geral, o qual, requeridas e ouvidas as partes a que pertencer, lhes administrará justiça e as apelações e agravos que a seus interlocutórios se interpuserem se distribuirão a juiz relator que em nossa Relação lhes deferirá como for direito e justiça...*<sup>13</sup>

Terão começado aqui as questões que se viriam a extremar no século seguinte e que são referidas pelos padres Alves Vieira<sup>14</sup> e Molho

---

<sup>13</sup> 1763. 7 de Setembro: *Registo de provisão porque Vossa Alteza há por bem ao reverendo suplicante para embargarem por tempo de um ano os capitulos de visita*. ADB, Registo Geral, vol. 125, fls. 153v-154.

<sup>14</sup> VIEIRA, José Carlos Alves – *Vieira do Minho. Notícia histórica e descritiva*. Vieira do Minho, Ed. do “Hospital João da Torre”, 1923, pp. 455 – 464.

de Faria<sup>15</sup> nos seus livros? De notar que entre os padres subscritores da petição estão dois que têm o apelido de Araújo.

Os romeiros devem ter continuado a acorrer à capela em número cada vez maior, de tal forma que se tornou necessário mandar fazer mais um altar. Em 3 de Julho de 1778, o arcebispo D. Gaspar de Bragança assinou uma nova provisão em que acolheu favoravelmente o pedido que lhe foi endereçado pelo pároco:

*... Havendo respeito ao que nos representou o Reverendo Pároco da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, declaração feita por ele na súplica retro e o mais que consideramos, concedemos licença para que se possa usar do altar colateral que se fez de novo na capela de São Bento da mesma freguesia e nele se possa dizer missa e, digo, celebrar os mais officios divinos...*<sup>16</sup>

Mas uma grande afluência implicava muito mais. Por um lado uma maior modernidade na estrutura da capela, fosse dos retábulos, fosse da arquitectura. Por outro lado uma nova organização da arquitectura ou, quiçá, do envolvimento externo do santuário, pois já se lhe podia começar a chamar assim.

A forma escolhida foi a mais simples, a da mudança do retábulo-mor. Mas qual terá sido o modelo escolhido? A continuação de valores tardo barrocos ou tardo rococós ou, de acordo com o novo gosto que começava a correr em Braga, o neoclássico, conforme estava a acontecer na igreja central da arquidiocese, a Sé Catedral<sup>17</sup>? Como era de esperar, o pedido endereçado para aprovação das novas obras – mudança do local do altar –, endereçado nos inícios do mês de Maio de 1779, voltou a receber a plena aprovação do arcebispo D. Gaspar de Bragança:

---

<sup>15</sup> FARIA, Molho de – *São Bento da Porta Aberta*. 3ª ed. [Rio Caldo], Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 1984.

<sup>16</sup> 1778. 3 de Julho: *Provisão para se poder usar do altar que se fez de novo na Capela de São Bento da freguesia de Rio Caldo*. ADB. Registo Geral, vol. 209, fól. 324.

<sup>17</sup> ADB. Ms 341: Livro Curioso, fól. 25-26.

*...Havendo respeito ao que na súplica retro nos representou o Reverendo Pároco da igreja de São João Baptista de Rio Caldo deste arcebispado e o mais que consideramos, concedemos licença para que se possa benzer a mudança do altar da capela de São Bento da dita freguesia e tribuna do mesmo altar, a qual obra se fará com toda a perfeição devida...*<sup>18</sup>

No mês seguinte (Junho de 1779), fosse qual fosse o modelo escolhido, a mudança estava realizada, o retábulo-mor ficava colocado um pouco mais atrás, ganhando a capela um pouco mais área, o que significava que a afluência era cada vez mais crescente e que desta forma poderia passar a albergar simultaneamente maisromeiros, sem haver grandes dispêndio de dinheiro em obras que teriam de ser estruturais, de arquitectura, isto é, de uma total e absoluta reconstrução da velha capela setecentista:

*Dom Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga, Primás das Espanhas, etc. Havendo respeito ao que nos representou o Reverendo Pároco da igreja de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado e com licença e provisão nossa se fez a mudança do altar-mor da Capela de São Bento da mesma freguesia e chegando-se mais para a parede à proporção da tribuna, a qual obra se achava feita e concluída de todo o necessário e em termos de se dizer missa no dito altar, pedindo-nos lhe concedêssemos licença para que se possa usar do dito altar, digo, licença, ao que atendendo nós, e ao mais que nos representou o suplicante e consideramos, concedemos licença para que se possa usar do dito altar e nele dizer missa, e celebrar os mais officios divinos. E pelo assim havermos por bem, mandamos passar a presente provisão, que será registada no Registo Geral desta corte, sem o que não valha...*<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> 1779. 4 de Maio. Provisão de licença para se mudar o altar da Capela de São Bento da freguesia de Rio Caldo e fazer a tribuna. ADB. Registo Geral, vol. 212, fól. 119.

<sup>19</sup> 1779. 18 de Junho. Provisão para a bênção do altar que se mudou e reformou na capela-mor da Capela de São Bento da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo. ADB. Registo Geral, vol. 212, fls. 138-138v.

Mas é possível que estas novas obras não estivessem totalmente de acordo com o novo gosto, o neoclássico, que depois de ter conquistado totalmente a Sé Catedral se estava a espalhar velozmente por toda a arquidiocese. Daí que o pároco tivesse decidido – apenas três anos mais tarde! - voltar a intervir no altar-mor, a dar-lhe uma nova forma. Afinal os santuários sempre foram os principais locais de recepção e difusão de gosto artístico em toda a arquidiocese, marcando assim a sua importância primacial na orientação da sensibilidade das gentes minhotas, sobretudo das aldeias e freguesias mais afastadas.

Ou será que a nova alteração tinha a haver com as graves discussões existentes entre o pároco – a quem pertencia a capela, marcando assim firmemente a sua posição ao levar a cabo esta nova obra – e outras pessoas, entre as quais se incluíam alguns padres, como já vimos ter acontecido duas décadas antes, em Setembro de 1763? Infelizmente o documento é mais uma vez omissivo sobre as razões que levaram à factura destas obras:

*Havendo respeito ao que nos representou o reverendo Domingos Araújo Silva, abade da paroquial igreja de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado, que mandara reformar de novo o altar-mor da capela de São Bento da Seara, sita na mesma freguesia, o qual se achava feito e concluído de todo o necessário e em termos de nele se dizer missa, pedindo-nos lhe concedêssemos licença, ao que atendendo nós e ao mais que nos representou o suplicante e consideramos, concedemos licença para que se possa usar do altar-mor da dita capela de São Bento e nele se possa dizer missa e celebrar os mais officios divinos...<sup>20</sup>.*

Termina aqui este nosso estudo. As pesquisas que temos feito, permitem-nos perceber que a grande viragem no que respeita à arquitectura da capela, na sua estrutura actual, só viria a acontecer em

---

<sup>20</sup> 1782. 4 de Julho. *Provisão para se usar do altar-mor da capela de São Bento da Seara, da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, a favor do reverendo Domingos Araújo Sousa, abade da dita igreja.* ADB. Registo Geral, vol. 208, fls. 160-160v.

meados e finais do século seguinte. Mas esses são já outros tempos. A partir desta data a documentação é muito mais abundante, seja para compreender o santuário enquanto objecto artístico, seja enquanto um local privilegiado da fé minhota, transmontana e galega. Mas, verdade se diga, essa história está também ainda por fazer com a amplitude que a sua enorme afluência justifica.

## DOCUMENTOS



1615. 30 de Junho

***Petição e provisão por que se dá licença para que se diga missa na ermida de São Bento, sita na freguesia de São João de Rio Caldo.***

*Diz João Rodrigues, abade de São João de Rio Caldo, que visitando a dita igreja o ano próximo passado de mil, seiscentos e catorze, o reverendo Cónego Miguel Pinheiro Figueira deixou no Livro de Visitação da dita igreja o capítulo seguinte: “Mando ao abade que faça uma ermida na Seara da Forcadela, para administração dos sacramentos, por ser lugar remoto da igreja e de grande distância de caminho, por ser muito necessário e do serviço de Nosso Senhor. O que cumprirá até ao Natal, ornando-a de todo o necessário, com pena de mil réis. A qual ermida está muito bem acabada, de formosa parede, e bem caiada, com seu inchaço na parede, de seis palmos em alto, lavrado de esquadria, com suas folhagens e campanário muito bem feito. Está bem emadeirada de olivel e toda forrada, com suas portas principal e travessa, de esquadria os portais e o telhado muito bem consertado e todas as telhas com cal. A invocação [é] do Padre Senhor São Bento, que está feito de vulto, de quatro palmos e meio de alto, muito bem pintado. Os ornamentos para a missa e digo [o] altar irão da dita igreja que tem bastantes para tudo. Pelo que pede a Vossa Mercê lhe mande passar provisão para [se poder] dizer missa na dita ermida e receberá mercê. João Rodrigues. Ao Doutor Provisor, em mesa, vinte e oito de Junho de mil seiscentos e quinze. Mogo, Mergulhão, Morais. Passe licença, pagando a chancelaria. Morais. Nós o Arcebispo Primás, Senhor de Braga, etc. Pela presente, vista a petição e certidão atrás, damos licença que se possa levantar altar e dizer missas na ermida de São Bento, nomeada na dita petição e nela fazer todos os mais ofícios divinos, não prejudicando, porém, em coisa alguma os direitos da igreja matriz, em cujos limites a dita igreja está situada. Dada em Braga, sob nosso selo e sinal do muito reverendo Doutor Aleixo de Morais, Governador e Provisor de nosso Arcebispado, aos vinte e nove dias do mês de Junho. Tomás Coelho, notário que serve no ofício da casa deste Arcebispado, a fez, de mil*

*seiscentos e quinze anos. Ao selo parece que por se mandar fazer por visitação esta ermida dez réis, aliás, uma dobra cruzada, é dobra cruzada. Mergulhão. Ao escrivão quarenta réis. A qual petição e provisão eu o Cónego Valeriano de Alfaro, escrivão do Registo Geral, trasladei bem e fielmente da própria a que me reporto, com a qual a consertei e com o notário abaixo-assinado. E por ser verdade assinei aqui aos trinta do mês de Junho do dito ano ud supra.*

*Valeriano de Alfaro*

ADB. Registo Geral, vol. 12, fls. 131v-132v

### **Bibliografia**

COSTA, Avelino de Jesus da – *O fundador de São Bento da Porta Aberta*. “Diário do Minho”, Braga, 7 de Agosto de 1980

FARIA, Molho de – *São Bento da Porta Aberta*. 3ª ed. [Rio Caldo], Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 1984

1752. 18 de Julho

***Registo de provisão de licença para reedificação da capela de São Bento sita no lugar da Seara da freguesia de Rio Caldo, a favor do reverendo abade de Rio Caldo***

*Diz José de Araújo Távora, abade da igreja de São João Baptista de Rio Caldo, que no lugar da Seara da sua freguesia está colocada a capela do Senhor São Bento [e] que à fábrica dela é obrigado o suplicante e a sua igreja, aonde concorrem muitos romeiros pelos muitos milagres que o mesmo São Bento faz; e porque é esta capela muito pequena e a quer o suplicante reedificar mandando fazer de novo com três altares à sua custa e com algumas esmolas que aí concorrem, suposto que são [di]minutas; e para esse efeito pede a Vossa Alteza Sereníssima se digne conceder licença ao suplicante para poder reedificar a dita capela e fazer-lhe três altares para maior honra e glória de Deus. Visto o que se alega e receberá mercê. Vinha assinada pelo suplicante. Guimarães, o primeiro de Junho de mil setecentos e quarenta e oito. José, Arcebispo Primás. Aos pés de Vossa Alteza Sereníssima, seu menor súbdito e reverente criado o abade José de Araújo Távora. Passe provisão de licença na forma do estilo. Guimarães, oito de Junho de mil setecentos e quarenta e oito. José, Arcebispo Primás. Dom José, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Arcebispo e Senhor de Braga Primás das Espanhas, etc. Pela presente, visto o que em sua petição retro nos representa o suplicante José de Araújo Távora, abade de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado primás, e o mais que consideramos, lhe concedemos licença para que se possa reedificar de novo a capela de São Bento, sita no lugar da Seara da dita freguesia de que faz menção na petição retro, fazendo-se com toda a decência devida, com a porta principal para o público, sem outra alguma fresta, nem tribuna para casa particular; e construída que seja de todo o necessário, se nos requererá licença para a bênção dela e pelo assim haveremos por bem, mandamos passar a presente nossa provisão de licença que depois de ser por nós assinada se registará no Registo Geral desta corte, sem o que não valha. Dada em Braga, sob nosso*

*sinal e selo das nossas armas, aos oito de Julho de mil setecentos e quarenta e oito, // Vista \$020 réis // Barros // Ao selo 5\$600 réis // Duarte // Digo e \$600 réis // Monteiro // Ao registo, grátis // Duarte // Ao escrivão \$060 réis // Ao Registo Geral, seu regimento // De mandado de Sua Alteza Sereníssima. Luís Manuel de Gouveia da Costa Pereira // José, Arcebispo Primaz. E não se continha mais em a dita provisão que eu José Cabral de Figueiredo, escrivão do Registo Geral aqui fiz trasladar bem e fielmente, em fé do que me assino. Braga, dezoito de Julho de mil, setecentos e cinquenta e dois anos e eu Nicomede José de Figueiredo, que por impedimento do proprietário o sirvo de escrivão do Registo Geral a subscrevi e assinei*

*Nicomede José de Figueiredo*

ADB. Registo Geral, vol. 107, fls. 438v-440

**[A capela de São Bento em 1758]**

*[A freguesia de São João Batista de Rio Caldo] tem três ermidas, que são São Bento, no lugar da Seara; Santa Luzia, no lugar de Matavacas; São Cristóvão no lugar de São Pedro. E pertencem ao padre da freguesia.*

*À ermida de São Bento acodem muitos devotos e é frequentada a sua imagem nos dias do seu orago e em muitos mais dias do ano, pelos muitos milagres que obra em sua imagem.*

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. CARDOSO, Luís  
– *Dicionário Geográfico*. Vol. 32, memória 112, pp. 667 a 672

**Bibliografia**

COSTA, Avelino de Jesus da – *O fundador de São Bento da Porta Aberta*. “Diário do Minho”, Braga, 7 de Agosto de 1980

CAPELA, José Viriato – *Memórias e imagem de Terras de Bouro Antigo: as Memórias Paroquiais de 1758*. Terras de Bouro, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2001, pág. 176

1761. 10 de Fevereiro

***Registo de provisão porque Vossa Alteza faz mercê aos suplicantes de lhes prorrogar mais três meses para continuarem com a causa de capítulo de visita.***

*Sereníssimo Senhor.*

*Dizem o juiz e mais oficiais da Igreja de São João Baptista de Rio Caldo que nos embargos com que se nos opuseram aos capítulos de visita que ultimamente se lhes deixaram se lhes finda o termo de provisão que Vossa Alteza foi servido conceder-lhes e porque têm os suplicantes feito sua prova e também se há feito por parte de justiça para haverem de concluir a dita causa necessitam de que Vossa Alteza lhes faça a graça de prorrogar o termo da dita provisão pelo tempo que for servido. Pedem a Vossa Alteza se digne, sendo como os suplicantes alegaram, prorrogar-lhes o tempo da provisão para dentro (sic) concluírem a causa visto se achar nos termos que relataram e receberá mercê. Passe a provisão por mais três meses. Braga, trinta e um de Janeiro de mil setecentos e sessenta e um. Dom Gaspar, Arcebispo Primaz. Dom Gaspar Arcebispo Primaz. Dom Gaspar, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Espanhas, etc. Pela presente, visto o que em sua petição nos representaram o juiz e mais oficiais da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, informação do escrivão e o mais que consideramos, lhes fazemos mercê a eles ditos suplicantes de lhes prorrogar mais três meses para continuar com a causa de capítulos de visita, dentro dos quais farão diligência para que a causa se finda e nesta se observar as cláusulas da primeira declaradas e pelo assim havermos por bem lhes mandamos passar a presente que ao depois de ser por nós assinada se registará no Registo Geral desta corte sem o que não valha. Dada em Braga sob o nosso sinal e selo de nossas armas aos cinco de Fevereiro de mil setecentos e sessenta e um, de mandado de Sua Alteza. António Pereira Caldas. Vista \$020 réis. Barbosa. Ao selo \$010 réis. Simões. Ao registo, grátis. Carvalho. Ao escrivão \$060 réis. Ao Registo Geral, seu regimento. Para Vossa Alteza ver. Dom Gaspar, Arcebispo Primaz. E não se continha mais na*

*dita provisão que eu José Cabral de Figueiredo, escrivão do Registo Geral aqui fiz trasladar da própria a que me reporto e por verdade me assino. Braga, dez de Fevereiro de mil setecentos e sessenta e um e eu sobredito.*

*[José Cabral de Figueiredo]*

ADB. Registo Geral, vol. 62, fls. 153-153v

1761. 18 de Abril

***Registo de provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença ao Reverendo de São João Baptista de Rio Caldo para que possa benzer a capela de que trata.***

*Diz Gonçalo da Costa e Faria, abade de São João Baptista de Rio Caldo, sita no lugar da Seara desta minha freguesia, por a fundamentis se reedificar e porque de presente se acha concluída com a decência necessária, tanto em altar como em retábulo e nela se poder dizer missa, pede a Vossa Alteza se sirva mandar passar licença ao suplicante para benzer a referida capela e para isso mandar-lhe passar provisão e receberá mercê // Aos pés de Vossa Alteza o mais reverente súbdito, o abade Gonçalo da Costa e Faria. Passe provisão na forma do estilo. Braga, quinze de Abril de mil setecentos e sessenta e um. Dom Gaspar, Arcebispo Primás. Dom Gaspar, por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga, Primás das Espanhas, etc. Visto o que em sua petição retro nos representou o suplicante Gonçalo da Costa e Faria, abade de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado, e o mais que consideramos, concedemos licença ao mesmo Reverendo Pároco para que na forma do ritual romano possa benzer a capela de que declara e depois de benta possa nela dizer missa e celebrar os mais officios divinos. E pelo assim o havermos por bem lhe mandamos passar a presente [provisão]. Dada em Braga, sob nosso sinal e selo desta corte, digo, de nossas armas e depois se registará no Registo Geral desta corte. Aos treze de Abril de mil setecentos e sessenta e um, de mando de Sua Alteza. António Pereira de Caldas. Vista \$020 réis. Barbosa. Selo \$100 réis. Simões. Ao registo, grátis. Carvalho. Ao escrivão, \$060 réis. Ao Registo Geral, o seu regimento. Para Vossa Alteza ver. Dom Gaspar, Arcebispo Primás. E não se continha mais na dita provisão que eu José Cabral de Figueiredo, escrivão do Registo Geral por Sua Alteza aqui fiz trasladar do próprio a que me reporto. E por verdade me assino. Braga, dezoito de Abril de mil setecentos e sessenta e um, eu sobredito*

ADB. Registo Geral, vol. 62, fls. 242-242v

1763. 7 de Setembro

***Registo de provisão porque Vossa Alteza há por bem ao reverendo suplicante para embargarem por tempo de um ano os capítulos de visita***

*Sereníssimo Senhor*

*Dizem os Padres Domingos da Silva, José Dias dos Santos, Manuel Pires de Araújo, Frutuoso Vieira Ribeiro, Domingos Gonçalves de Campos e José de Araújo, todos da freguesia de Rio Caldo, que na visita que ultimamente fez na sua freguesia o Reverendo Doutor Visitador nos deixou por capítulo que nos domingos e dias santos não dissessem missas nas capelas sem licença do seu reverendo pároco, como melhor consta do capítulo que vai junto; e porque o querem os suplicantes embargar e como não o podem fazer sem especial permissão de Vossa Alteza pedem a Vossa Alteza se digne conceder-lhes licença para o dito efeito e mandar-lhes passar provisão para isso pelo tempo que for servido e receberá mercê. Passe provisão por tempo de um ano. Braga, dois de Setembro de mil setecentos e sessenta e três. Dom Gaspar Arcebispo Primaz. Dom Gaspar, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Espanhas, etc. Pela presente, visto o que em sua petição nos representaram os padres Domingos da Silva, José Dias dos Santos, Manuel Pires de Araújo, e os mais nela declarados a respeito de implorarem de nós a mercê de lhes concedermos licença para embargarem os capítulos de que trata a certidão junta, à vista da qual e do mais que consideramos lhe concedemos com efeito licença para por tempo de um ano possam embargar os capítulos de visita presente o nosso Reverendo Desembargador ou Vigário Geral, o qual, requeridas e ouvidas as partes a que pertencer, lhes administrará justiça e as apelações e agravos que a seus interlocutórios se interpuserem se distribuirão a juiz relator que em nossa Relação lhes deferirá como for direito e justiça e pelo assim havermos por bem lhes mandamos passar a presente nossa provisão que ao depois de ser por nós assinada se registará no Registo Geral desta corte sem o que não valha. Dada em Braga, sob nosso*

*sinal e selo de nossas armas, aos seis de Setembro de mil setecentos e sessenta e três. De mandado de Sua Alteza. Pedro José de Abreu Zuniga. Vista \$020 réis. Dr. Pinto Ribeiro. Ao selo \$020 réis. Sousa. Ao registo, grátis. Brandão. Ao escrivão \$060 réis. Ao Registo Geral o seu regimento. Para Vossa Alteza ver. Dom Gaspar, Arcebispo Primaz / E não se continha mais em a dita provisão que eu José Dâmaso das Neves, escrivão do Registo Geral, por Sua Alteza Sereníssima que Deus guarde aqui fiz trasladar da própria a que me reporto e por verdade me assino. Braga, 7 de Setembro de 1763. E eu sobredito escrivão o subscrevi e assinei.*

*José Dâmaso das Neves*

ADB. Registo Geral, vol. 125, fls. 153v-154

1778. 3 de Julho

***Provisão para se poder usar do altar que se fez de novo na Capela de São Bento da freguesia de Rio Caldo***

*Dom Gaspar, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Espanhas, etc. Havendo respeito ao que nos representou o Reverendo Pároco da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, declaração feita por ele na súplica retro e o mais que consideramos, concedemos licença para que se possa usar do altar colateral que se fez de novo na capela de São Bento da mesma freguesia e nele se possa dizer missa e, digo, celebrar os mais ofícios divinos. E pelo assim havermos por bem, mandamos passar a presente provisão, que será registada no Registo Geral desta corte, sem o que não valha. Dada em Braga, sob o selo das nossas armas e sinais do reverendos ministros a quem temos encarregado o governo do nosso arcebispado, aos três de Julho de mil setecentos e setenta e oito. E eu Manuel Álvares Salgado o subscrevi // Miguel Luís Teixeira da Cunha // Manuel Calvo Mondragão // José Barros de Almeida // Vista \$020 réis // Mondragão // Lugar do selo // Ao selo chancelaria um marco de prata // Oliveira // Ao registo, grátis // Desta \$060 réis // Ao Registo Geral, seu regimento // Provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença para se poder usar do altar que se fez de novo na capela de São Bento da freguesia de Rio Caldo e nele se dizer missa e celebrar os mais ofícios divinos. Para Vossa Alteza ver // E não se continha mais em a dita provisão que eu Manuel Ferreira da Cruz Amarante, escrivão do Registo Geral desta corte aqui registei e a ela me reporto e fica na verdade em cuja fé me assino. Braga, quatro de Julho de mil setecentos e setenta e oito anos. E eu sobredito escrivão o escrevi e assinei.*

*Manuel Ferreira da Cruz Amarante*

ADB. Registo Geral, vol. 209, fól. 324

1779. 4 de Maio

***Provisão de licença para se mudar o altar da Capela de São Bento da freguesia de Rio Caldo e fazer a tribuna***

*Dom Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga, Primás das Espanhas, etc. Havendo respeito ao que na súplica retro nos representou o Reverendo Pároco da igreja de São João Baptista de Rio Caldo deste arcebispado e o mais que consideramos, concedemos licença para que se possa benzer a mudança do altar da capela de São Bento da dita freguesia e tribuna do mesmo altar; a qual obra se fará com toda a perfeição devida. E pelo assim havermos por bem mandamos passar a presente provisão que será registada no Registo Geral desta corte, sem o que não valha. Dada em Braga, sob o selo das nossas armas e sinais dos reverendos Padres Ministros a quem temos encarregado o governo do nosso arcebispado aos treze de Abril de mil setecentos e setenta e nove. E eu Manuel Álvares Salgado a subscrevi // Miguel Luís Teixeira da Cunha // Manuel Calvo Mondragão // José de Barros de Almeida // Vista \$020 réis // Mondragão // Lugar do selo // Ao selo chancelaria um marco de prata // Oliveira // Ao registo, grátis // Álvares // Nesta \$060 réis // Ao Registo Geral o seu regimento // Provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença para se mudar o altar da capela de São Bento da freguesia de Rio Caldo e fazer a tribuna dele // Para Vossa Alteza ver // E não se continha mais na dita provisão a que me reporto eu Manuel Ferreira da Cruz Amarante, escrivão do Registo Geral que aqui registei fielmente e fica na verdade, em fé do que me assino. Braga, 4 de Maio de mil setecentos e setenta e nove. E eu sobredito escrivão, escrevi e assinei.*

*Manuel Ferreira da Cruz Amarante*

ADB. Registo Geral, vol. 212, fól. 119

1779. 18 de Junho

***Provisão para a bênção do altar que se mudou e reformou na capela-mor da Capela de São Bento da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo***

*Dom Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga, Primás das Espanhas, etc. Havendo respeito ao que nos representou o Reverendo Pároco da igreja de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado e com licença e provisão nossa se fez a mudança do altar-mor da Capela de São Bento da mesma freguesia e chegando-se mais para a parede à proporção da tribuna, a qual obra se achava feita e concluída de todo o necessário e em termos de se dizer missa no dito altar, pedindo-nos lhe concedêssemos licença para que se possa usar do dito altar, digo, licença, ao que atendendo nós, e ao mais que nos representou o suplicante e consideramos, concedemos licença para que se possa usar do dito altar e nele dizer missa, e celebrar os mais officios divinos. E pelo assim havermos por bem, mandamos passar a presente provisão, que será registada no Registo Geral desta corte, sem o que não valha. Dada em Braga, sob o nosso sinal e selo das nossas armas aos quatro de Junho de mil setecentos e setenta e nove // Dom Gaspar, Arcebispo Primás // Provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença para se poder usar do altar que se mudou e reformou na capela-mor da Capela de São Bento da freguesia de São João Batista de Rio Caldo e nele dizer missa na forma que acima se declara // Para Vossa Alteza ver // Vista \$020 réis // Mondragão // Lugar do selo // Ao selo chancelaria \$100 réis // Oliveira // Ao registo, grátis // Rodrigues // Ao Registo Geral seu regimento // Por mandado de Sua Alteza de dezassete de Maio de mil setecentos e setenta e nove // Manuel Álvares Salgado a fiz escrever // Desta \$070 réis // E não se continha mais em a dita provisão a que me reporto eu Manuel Ferreira da Cruz Amarante, escrivão do Registo Geral desta corte aqui registei fielmente e fica na verdade, em fé da qual me assino. Braga, dezoito de Junho de mil setecentos*

*e setenta e nove. Eu sobredito Manuel Ferreira da Cruz Amarante o escrevi e assinei.*

*Manuel Ferreira da Cruz Amarante*

ADB. Registo Geral, vol. 212, fls. 138-138v

1782. 4 de Julho

***Provisão para se usar do altar-mor da capela de São Bento da Seara, da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, a favor do reverendo Domingos Araújo Sousa, abade da dita igreja***

*Dom Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga, Primás das Espanhas, etc. Havendo respeito ao que nos representou o reverendo Domingos Araújo Silva, abade da paroquial igreja de São João Baptista de Rio Caldo, deste nosso arcebispado que mandara reformar de novo o altar-mor da capela de São Bento da Seara, sita na mesma freguesia, o qual se achava feito e concluído de todo o necessário e em termos de nele se dizer missa, pedindo-nos lhe concedêssemos licença, ao que atendendo nós e ao mais que nos representou o suplicante e consideramos, concedemos licença para que se possa usar do altar-mor da dita capela de São Bento e nele se possa dizer missa e celebrar os mais officios divinos. E pelo assim havermos por bem mandamos passar a presente provisão que será registada no Registo Geral desta corte sem o que não valha. Dada em Braga, sob o nosso sinal e selo das nossas armas aos quatro de Julho de mil setecentos e setenta e dois anos. Dom Gaspar, Arcebispo Primás // Provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença para que se possa usar do altar-mor da capela de São Bento da Seara, da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo que se reformou de novo e nela se possa dizer missa e celebrar os mais officios divinos na forma que acima se declara. Para Vossa Alteza ver // Vista \$020 réis // Mondragão // Lugar do selo // Ao selo chancelaria um marco de prata // Oliveira // Ao registo, grátis // Rodrigues // Ao Registo Geral seu regimento // Por mandado de Sua Alteza de quatro de Julho de mil setecentos e oitenta e dois // Manuel Álvares Salgado a fiz escrever // Desta \$070 réis // E não se continha mais em a dita provisão que eu Manuel Ferreira da Cruz Amarante, escrivão do Registo Geral desta corte aqui fiz registar por pessoa de muita confidência e por verdade e em sua fé me assino. Braga, cinco de*

*Julho de mil setecentos e oitenta e dois. Eu sobredito Manuel Ferreira da Cruz Amarante o subscrevi e assinei.*

*Manuel Ferreira da Cruz Amarante*

ADB. Registo Geral, vol. 208, fls. 160-160v

## BIBLIOGRAFIA

### MANUSCRITOS

- Arquivo Distrital de Braga  
Registo Geral, vol. 6, 12, 50, 62, 74, 87, 88, 89, 102, 107, 116, 125,  
137, 208, 209, 210, 212  
Notários de Esposende, vol. 232  
Notários de Terras de Bouro, vol. 12, 37

### IMPRESSOS

- ABREU, Leonídio de – *Silva Minhota*. Braga, 1956  
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Senhora da Abadia*.  
“Revista de Etnografia”, Porto, 4, s/d. Sep.  
ALMEIDA, Francisco Antunes de – *O ressurgir da Abadia*. S, 1,  
Autor, 1958  
CAPELA, José Viriato – *Memórias e imagem de Terras de Bouro  
Antigo: as Memórias Paroquiais de 1758*. Terras de Bouro, Câmara  
Municipal de Terras de Bouro, 2001  
CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas  
Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto  
setecentista*. Braga, s/e, 2003  
COSTA, Avelino de Jesus da – *O fundador de São Bento da Porta  
Aberta*. “Diário do Minho”, Braga, 7 de Agosto de 1980  
COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a organização  
da diocese de Braga*, 2 vols. 2ª ed. Braga, Irmandade de São Bento da  
Porta Aberta, 1997-2000  
CUNHA, Arlindo Ribeiro da – *Ensaio de toponímia. Rio Caldo*.  
“Acção Católica”, Braga, 27 (1), Jan. 1947, pp. 36 – 40; 27 (2), Fev.  
1947, pp. 109 – 112  
CUNHA, Arlindo Ribeiro da – *Senhora da Abadia. Monografia  
histórico-descritiva*, 2ª ed. [Santuário de Nossa Senhora da Abadia],  
Confraria de Nossa Senhora da Abadia, 1977 (1ª ed. 1951)

FARIA, Molho de – *São Bento da Porta Aberta*. 3ª ed. [Rio Caldo], Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 1984 (1ª ed. 1947, 2ª ed. 1978)

FERRO, Paulo – *Real Santuário de Nossa Senhora da Abadia na segunda metade do século XVIII*. Santuário de Nossa Senhora da Abadia, Confraria de Nossa Senhora da Abadia, 1998

MARQUES, Mário César – *Ex-votos poveiros no Santuário da Abadia*. “Boletim Cultural [da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim]”, Póvoa de Varzim, 8 (2), 1969. Sep.

OLIVEIRA, A. Lopes de – *Terras de Bouro e o seu concelho*. Terras de Bouro, Câmara Municipal, 1971

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870-1930*. Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1999

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Igreja Matriz de Soutelo (Vila Verde)*. “Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Verde”, Vila Verde, 1, 2005, pp. 257-284

RODRIGUES, Américo; PEREIRA, Varico – *Guião Turístico de S. Bento da Porta Aberta*. Braga, Turel, 2005

SOUSA, Tude de – *Serra do Gerez: estudos, aspectos, paisagens*. Porto, Livraria Chadron, 1909

*Vida de São Bento: II livro dos Diálogos de S. Bento*. Singeverga, Edições Ora et Labora, 1993

VIEIRA, José Carlos Alves – *Vieira do Minho. Notícia histórica e descritiva*. Vieira do Minho, Ed. do “Hospital João da Torre”, 1923

# AS CALDAS DO GERÊS: ESBOÇO CRONOBIBLIOGRÁFICO

por  
MANUEL PEREIRA\*

## 1. Introdução

As Caldas ou Termas do Gerês pela sua antiguidade, importância e, sobretudo, pela sua localização na serra do Gerês, são ricas em história, tendo levado estudiosos, admiradores e aquistas a dedicarem-lhe muitos dos seus escritos, quer sejam de carácter científico, diarístico, narrativo de viagens e até lírico. No entanto, exceptuando-se alguns investigadores ou apaixonados pelo Gerês: serra ou termas, poucos conhecem a sua extensa bibliografia.

Assim, não obstante sabermos da grande limitação de tempo e de meios para a sua pesquisa e sistematização, entendemos que seria útil, ainda que modestamente, partilharmos alguma informação de que temos conhecimento, bem conscientes da sua imperfeição e ligeireza, mas que poderá despertar o gosto pela verdadeira pesquisa do manancial bibliográfico de que as termas e a serra são detentoras. Por isso, neste espírito mais de partilha e menos de inovação, atrevemo-nos a elaborar um mero “esboço cronobibliográfico” com o desejo de que outros o possam certamente corrigir, melhorar e ampliar.

---

\* GAP do Município de Terras de Bouro

Embora pudéssemos reunir o espólio bibliográfico em temas como história, investigação científica e literatura geresiana ou inspirada no Gerês, optámos por falar de um todo, na medida em que

“As termas do Gerês, pela fama dos benefícios que têm prestado em doenças variadas, particularmente nas do fígado e vias biliares, e a Serra do Gerês, pelas maravilhas da sua paisagem e sua extraordinária riqueza histórico-cultural, têm uma extensíssima bibliografia, que, se não for, como julgo, a mais rica, é, pelo menos, uma das mais ricas das bibliografias congêneres portuguesas.”<sup>1</sup>

como, aliás, já observara Ricardo Jorge, em 1891, ao dizer que “Ao renome rapidamente alcançado pelo Gerez<sup>2</sup> e confirmado no discurso dos tempos pela boca de milhares de enfermos, deviam competir largas honras da imprensa. Nenhuma das termas do país possuem melhor e mais extensa bibliografia”<sup>3</sup>, embora Celestino Maia reconheça e avise: “E falar da Serra e Termas do Gerês não me parece tarefa descabida porque, se a bibliografia respectiva é a da melhor e mais extensa, é quase toda feita de publicações periódicas ou de escassa tiragem, esgotadas e de aquisição difícil”<sup>4</sup>. Isto leva-nos a compreender perfeitamente as palavras de Tude de Sousa, segundo o qual “Por mais que se investigue e por mais que se rebusque, aparece, sempre, quando menos se espera, alguma coisa de novo para acrescentar ao que já foi dito a respeito

---

<sup>1</sup> Celestino Maia, in Prefácio a Araújo, Joaquim Vicente Pereira de, *Diário Filosófico da Viagem ao Gerês, Velho manuscrito publicado, prefaciado e anotado por Celestino Maia*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1949, p. 9. Pereira de Araújo visitou o Gerês, em 1782, sendo considerado como Link e Hoffman-segg um dos pioneiros dos naturalistas a visitarem o Gerês.

<sup>2</sup> Ao longo do texto, utilizaremos a grafia Gerez ou Gerês, conforme a grafia usada pelos autores.

<sup>3</sup> Cfr. *Caldas do Gerês – Guia Termal*, Porto, Tipografia da Casa Editora Alcino Aranha & C.ª, 1891, p. 7.

<sup>4</sup> Celestino Maia, “O Gerês e a suas Termas”, in Separata da *Revista Clínica, Higiene e Hidrologia*, n.º 6, Junho de 1947, Livraria Figueirinhas, Porto, 1947, p. 12. Convém referir que são conhecidos sobre o Gerês cerca de 70 textos de Tude de Sousa, apresentando Augusto Maia uma lista bibliográfica de cerca de 250 textos relativos ao Gerês: cfr., respectivamente, Henrique Manuel Barreto Nunes, “Tude de Sousa, Manuel Monteiro e o Gerês”, in *Anuário da Sociedade Broteriana*, 1982, pp. 47-49; Augusto de Almeida Maia, *Miscelânea Geresiana, Bibliografia, Termalismo, Turismo, Desportismo, Efemérides – 1.ª Parte*, com prefácio de Dr. Fernando de Sousa, Director Clínico das Caldas do Gerez e Presidente da Junta de Turismo da mesma Estância, Braga, 1968.



Miradouro da Pedra Bela

do Gerez”<sup>5</sup> ou, ainda, o que registámos, respectivamente, de Santos Silva Filho: “As Caldas do Gerez, ricas em bibliografia e velhas em história”<sup>6</sup> e de Ernesto Amorim Magalhães: “Também os assuntos do Gerez não têm fim. É da sua natureza.”<sup>7</sup>

Aliás, a riqueza e o multifacetismo do Gerês dão-lhe a particularidade que bem poderemos resumir nas palavras de Campos Monteiro:

“Quem visitar o Gerez, embora dispense, por gosar boa saúde, a sua acção crenoterápica, não dará por mal empregado o seu tempo. Se for poeta ou prosador, encontrará, a todo o instante, motivos emocionais que o habilitem à feitura de muitas formosas

<sup>5</sup> “Gerez (Notas Diversas I)”, in *Comércio do Porto* de 3 de Julho de 1941.

<sup>6</sup> “Notas Soltas sobre as Caldas do Gerez”, in *Portugal Médico*, XVIII, 1934, p. 343.

<sup>7</sup> *GEREZ ao Seu Estatismo e VILAR da VEIGA em Sua Recordação*, Tipografia Vitória, Barcelos, 1953, p. 22. Este autor foi Pároco do Vilar da Veiga entre 1947 e 1952 e um defensor acérrimo das gentes do Vilar da Veiga que viram as suas casas e veigas submersas pela barragem da Caniçada. A este propósito, consulte-se António Sérgio, *Cartas do Terceiro Homem, Porta-Voz das “Pedras Vivas” do “Pais Real” – Segunda Série*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1954, pp. 45-88.

páginas. Se pintor, cem anos que lá vivesse não conseguiria esgotar os aspectos panorâmicos dignos de serem trasladados para a tela. Se homem da ciência, achará vastos ensejos de satisfazer a sua nobre paixão fornecendo novas aquisições à Botânica ou à Zoologia. Se não for nenhuma destas coisas, e apenas um simples turista, vibrará contudo de um prazer intenso, bebendo pelas pupilas o encanto de uma natureza deslumbrante, bela como um riso de criança, e ao mesmo tempo majestosa como uma catedral.”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> [Dr. Abílio Adriano] Campos Monteiro, *O Gerez, estância de cura, de repouso e de turismo*, Tipografia Marques, Porto, 1929, p. 20.

## 2. A Apologia das Caldas ou Termas ao Longo dos Tempos

O culto da água vem da antiguidade. Os deuses criaram as fontes, incumbindo às ninfas o papel de as guardarem, e a humanidade, sempre crente nos seus poderes, dedicou-lhe festas e oferendas por reconhecer na água o simbolismo da vida.

Historicamente, desde os Egípcios e Hebreus, está comprovada a atribuição de propriedades curativas às águas, tendo Hipócrates recomendado os balneários frios para as doenças agudas e os quentes como relaxantes. Aristóteles inventariou várias fontes com propriedades medicinais, nomeadamente as da Tessália e as termas chegaram a constituir, na antiguidade grega e romana, locais privilegiados para grandes festas que, por vezes, duravam vários dias e sabemos que muitas termas portuguesas tiveram início na época romana.

Da civilização helénica os romanos herdaram o gosto por uma vida requintada e de conforto corporal proporcionado pelo bem-estar que o uso das águas dava, levando Caio Plínio, O Velho, a perguntar: “Quem dos mortais poderá contar todas [as virtudes] das águas?”<sup>9</sup> Por isso, a procura das termas pelos romanos era uma prática corrente, sendo construídos inúmeros balneários, muitos deles sumptuosos pela elegância, nobreza de materiais e trabalho artístico, dando-lhes comodidade e até um ambiente de voluptuosidade que se fruía nas termas.

Deste modo, as mais nobres já não eram apenas locais de cura, mas de repouso e até estâncias de prazer proporcionado pelas comodidades físicas. Nelas pontificavam belos mosaicos, colunas marmóreas, estátuas e esculturas harmoniosas, além de piscinas, recintos de jogos, grandes avenidas recheadas de árvores frondosas, tal como ainda hoje a maioria das estâncias termais apresentam parques, lagos, jardins e passeios públicos, pracetas, colonatas, etc.

Assim, neste ambiente, além do rejuvenescimento do corpo, criava-se a oportunidade para discussões filosóficas, acompanhadas de néctares vínicos e de iguarias requintadas. As senhoras no *gineceum*

---

<sup>9</sup> *História Natural*, Tomo II, traduzido pelo Licenciado Jerónimo de Huerta, Madrid, 1629, p. 533.

percorriam pavimentos de pedras preciosas e perfumavam-se no *aloethesium*.

Ora, estes hábitos foram espalhados por todo o império romano que impulsionou o seu uso, sendo, actualmente, uma marca indelével da sua presença na Lusitânia. Para Luís Acciaiuoli, grande estudioso da vida termal portuguesa, diz-nos que: “Na Lusitânia, durante o domínio romano, algumas Termas foram construídas; mas não temos elementos que nos permitam, com segurança, determinar a época da sua edificação.”<sup>10</sup>

Neste sentido, as termas do Gerês devem ter sido do conhecimento dos romanos<sup>11</sup> que, como sabemos, passaram frequentemente pela Serra do Gerês, na XVIII Via do Itinerário de Antonino [Geira/Via Nova], corredor importante da ligação de Braga a Roma por Astorga.<sup>12</sup> Aliás, há toponimicistas que explicam que o termo Gerês derivará do latino *Juressus*. Além disso, foram encontradas moedas do tempo do imperador *Gallienus* e *Constancius*, aquando das escavações dos alicerces do actual balneário.<sup>13</sup>

Porém, é a partir do século XVII que travámos conhecimento com documentos escritos da frequência das termas do Gerês.

Parece que, com a saída dos romanos, as caldas ou termas entraram em declínio ou até esquecimento, talvez pelo ímpeto destruidor dos

---

<sup>10</sup> *Águas de Portugal Minerais e de Mesa, História e Bibliografia*, vol. II, Ministério da Economia, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, p. 12.

<sup>11</sup> Cfr. Agostinho Moura, *Vila do Gerês*, Ed. CALIDUM, 2001, pp.19-21; Fernando A. da Silva Cosme, “Rastos do exército romano nos topónimos irradiantes da Estrada da Geira”, in *Separata do Vol. da Revista Cultural Bracara Augusta* (2001/2002), pp. 289-292; Tude M. de Sousa, *Gerez (Notas Etnográficas Arqueológicas e Históricas)*, Coimbra, 1927, pp.157-163.

<sup>12</sup> Cfr. Padre José de Matos Ferreira, *A Via Romana do Gerês (Geira) em 1728*, Edição Fac-similada do livro *Thesouro de Braga Descoberto no Campo do Gerez*, Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1994; Domingos M. da Silva, “A Geira e a sua História”, in *Bracara Augusta*, vol. 35, 1981; António Martinho Baptista, José D’Encarnação, Francisco Sande Lemos, Enrique Gonzáles Fernandez, Santiago Ferrer Sierra, Frco. M. Herves Raigoso, *A Via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês/Xurés*, Instituto de Conservação da Natureza/Parque Nacional da Peneda-Gerês – Parque Natural da Baixa Límia-Serra do Xurés, 2.ª edição, Braga, 1998.

<sup>13</sup> “A existência deste secular caminho [Geira] que, partindo de Braga, através dos Pirenéus, se dirigia a Roma, juntamente com o facto de se terem encontrado aquando da captação das águas termais moedas dos imperadores *Gallienus* e *Constancius* – levam a inferir que aquelas eram já conhecidas dos romanos e que estes, que sempre foram devotos dos banhos, as tivessem usado”. Santos Silva Filho, “Notas sobre as Caldas do Gerez”, in *Portugal Médico*, XVIII, 1934, p. 323.

bárbaros ou pela prática cristã que apelava à moralização dos costumes, à visão austera da vida, ao aspecto pecaminoso do corpo, vendo nas termas o local de imoralidade e concupiscência. Esta visão acentuou-se na Idade Média que teceu várias críticas à promiscuidade que alegadamente se verificaria nesses locais. Todavia, com a chegada dos árabes que nos trouxeram o gosto pela hidroterapia, como o comprovam vários vestígios no Sul da Península Ibérica e em Lisboa, as caldas ou termas voltaram a rejuvenescer.

De seguida, a monarquia deu-lhes novo impulso, como foi o caso de S. Pedro do Sul que acolheram D. Afonso Henriques, curando-o da ferida causada em Badajoz. Também com o aparecimento da lepra e de outras pestes, muitos foram transferidos para locais de cura e hospedarias para sanarem as feridas dos cruzados. Nesse caso, se as termas perderam o carácter luxuoso, ganharam em magia curativa e as virtudes terapêuticas das águas passaram a ser atribuídas a fenómenos hagiológicos, tornando-se as peregrinações às fontes “santas” uma prática frequente na Idade Média. No caso do Gerês, as águas ficaram ligadas à fama e devoção de Santa Eufémia, padroeira do Gerês.

A Igreja Católica passou, agora, a ser uma aliada dos tratamentos hidrominerais, tomando até muitos mosteiros, conventos e dioceses a jurisdição da exploração de muitas termas<sup>14</sup>, chegando, por vezes, a rivalizarem entre si.

No Renascimento voltaram a florescer, desta vez frequentadas pela nobreza. A partir do século XV a visita e o tratamento em termas pelos nossos Reis foi uma constante e, nos casos onde faltavam as infra-estruturas condignas e tanques, os nossos monarcas tomaram a iniciativa de as criar, como aconteceu com as Caldas da Rainha.

À falta de conhecimentos científicos sobre a composição e virtudes das águas, vigorava o conhecimento empírico das termas pelos casos de sucesso que depressa se espalhavam pelo país. A própria cidade de

---

<sup>14</sup> Há autores que nos relatam a existência de uma casa habitada por frades bentos no Gerês: cfr. Augusto Maia, *Grandezas e Misérias das Caldas do Gerez*, Braga, 1967, p. 57 e Sanches Frias, *Notas a Lápis - Passeios e Digressões Peninsulares*, Livraria de António Maria Pereira, Editor, Lisboa, 1886, p. 217.

Lisboa surgiu como local onde as águas termais adquiriram grande notoriedade, testemunhando-nos Luís Marinho de Azevedo, em 1652, que “Não há água em Lisboa que não tenha alguma virtude oculta” e Duarte Nunes de Leão anteriormente testemunhara a existência de “certa quentura mimosa em borbotões do chão”<sup>15</sup>, referindo-se a uma nascente na zona de Alfama.

Também a água do Chafariz de El-Rei era apreciada pelos seus benefícios:

“qualidade maravilhosa é ser causa das boas vozes dos músicos naturais de Lisboa, excelência que também se acha nas mulheres, cuja feminina voz enleva os sentidos, como se experimenta ouvindo cantar as Religiosas dos mosteiros desta Cidade em que mais parece que se ouvem coros de anjos que vozes humanas”<sup>16</sup>

ou até pelos efeitos a favor da beleza física por “conservar os rostos das mulheres em alvura engraçada e cor natural tão encarnada que não necessita de unturas nem confeições”.<sup>17</sup>

Tais testemunhos, todavia, não evitaram algumas contestações e polémicas sobre o uso ou propriedades das águas, dando origem a acesas confrontações, como aconteceu com as do Chafariz de El-Rei, referidas nos *Apólogos Dialogais* e, mais tarde, com as do Gerês<sup>18</sup>. Porém, muitas outras fontes de Lisboa foram elogiadas como a do Chafariz do Cavalo que servia para tratar os olhos e engordar os cavalos que delas bebessem, bem como os banhos de Alcaçarias do Duque cuja fama já vinha dos tempos dos mouros e que foram reabertos em 1716, não faltando lojas em Lisboa que, entre outros artigos, vendiam águas tidas como milagrosas.

Foi no século XVII que as termas foram objecto dos estudos mineromédicinais por toda a Europa. Em Portugal esses estudos

---

<sup>15</sup> *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785, p. 68.

<sup>16</sup> Luís Marinho de Azevedo, *Fundação, Antiguidades e Grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, 1 Livro, Cap. XXVIII, Lisboa, Officina de Manoel Soares 1653, p.111.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

aconteceram bem mais tarde e o primeiro inventário das águas minerais portuguesas surgiu, em 1726, pela mão do Dr. Francisco da Fonseca Henriques<sup>19</sup> que nos elencou a existência de 29 termas, incluindo as do Gerês,<sup>20</sup> sendo muitas delas pouco conhecidas, havendo algumas que abriam apenas no dia do padroeiro e quase apenas frequentadas pelas populações circunvizinhas. As de maior notoriedade eram as que já ofereciam condições sanitárias e estavam dotadas de equipamentos para receberem os doentes.

Na verdade, foi no século XVIII, no reinado de D. João V, que as termas tiveram maior florescimento. O nosso Rei, acometido de paralisia e por prescrição de alguns físicos - médicos - (não sem alguma discórdia), foi aconselhado a frequentar as termas numa altura em que, por toda a Europa, a alta aristocracia costumava curar as suas maleitas e achaques físico-mentais nas termas, já autênticos centros de diversão e de mundanismo onde pontificavam palácios, castelos, parques, avenidas e jardins requintados, transferindo-se os luxos dos salões citadinos para as estâncias termais. Assim, o Rei instalou-se, durante 12 anos, nas Caldas da Rainha e, aproveitando o ouro do Brasil, remodelou e modernizou as referidas caldas até então conhecidas para os pobres por Dona Leonor. Reconstruindo o edifício, ardido parcialmente em 1644, reformou o hospital de acordo com a arquitectura barroca, restaurou a igreja e construiu vários chafarizes. Em suma, tornou a estância a condizer com tão nobres hóspedes e assim desenvolveu-se as Caldas da Rainha.

Também os benefícios dos monarcas se estenderam a outras localidades e D. João V tornou-se benfeitor das Caldas do Gerês como nos testemunhou, mais tarde, José D'Andrade Gramaxo: “As Caldas

---

<sup>18</sup> A este propósito cfr. a polémica instalada entre [Abílio Adriano] Campos Monteiro, *O Médico Peçonha – Análise da Diatribe Antigeresiana – “A Água Veneno”*, Oficina do Comércio do Porto, 1926, versus o hidrologista Rita Martins, *A Água Veneno – A Incontestável Toxicidade das Águas do Gerez*, Lisboa, 1926 (ver também nota 97).

<sup>19</sup> Também conhecido por *Doutor Mirandela, Aquilégio Medicinal*, Lisboa, Oficina da Música, 1726.

<sup>20</sup> *Idem*, pp. 39-41.

do Gerês jaziam em absoluto esquecimento desde a época em que D. João V as dotara de melhoramentos importantes.”<sup>21</sup>



Capela de Santa Eufémia mandada construir por D. João V

Mais tarde, os seus sucessores seguiram-lhe o exemplo e continuaram a apoiar as termas, quer procurando-as, quer beneficiando-as de diversas formas, inclusive nomeando clínicos, pagos pelo Governo, para acompanhar os doentes. Vejamos os casos de D. José que inaugurou, em 1788, balneários no Estoril; de Marquês de Pombal que chamou o químico italiano Domenico Pandelli para realizar as

---

<sup>21</sup> Cfr. Maximiano Lemos, *O Professor José D'Andrade Gramaxo, Esboço Biográfico lido em Sessão da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto de 26 de Abril de 1897*, Tipografia de Artur José de Sousa & Irmão, 1897, p. 14. De referir que o médico José Gramaxo(cho) foi um grande impulsionador das termas do Gerês, no fim do século XIX: “O renascimento daquela estância deve-se exclusivamente a José d’Andrade Gramaxo. Se hoje milhares de doentes buscam ali anualmente a restauração da saúde abalada, fazem-no porque Gramaxo se tornou o evangelizador das suas virtudes”. Cfr. *idem*, p. 15. Curiosamente o médico portuense foi um grande impulsionador da plantação de árvores frondosas, nomeadamente castanheiros, nas imediações das termas para descanso dos aquistas, no local onde, depois, foi construído o mercado que, hoje, já não existe, tendo sido substituído, na década de 90, pelo edifício do Centro de Animação. Diz-se que ficou muito desapontado com o município de Terras de Bouro pelo abate dos referidos castanheiros, a ponto de não querer mais visitar o Gerês, embora conste que, mais tarde, o Dr. Paulo Marcelino, de quem era amigo, tenha atenuado a mágoa do Dr. Gramaxo. Cfr. Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas do Gerez*, Lisboa, 1943, pp. 99-100.

primeiras análises minero-medicinais das Caldas da Rainha; de D. João VI que, para além de projectar a reconstrução das águas de Chaves, tratou da edificação do balneário das Caldas de S. Jorge.

Foi já nos séculos XVIII e XIX que se descobriram cientificamente as propriedades curativas das águas termais que voltaram a ser procuradas pelas classes mais elevadas da sociedade.

A partir do princípio da segunda parte século XIX, altura em que a ciência registou um avanço significativo, romperam-se os preconceitos e as acessibilidades tornaram-se mais fáceis com o aparecimento dos caminhos de ferro e com a construção de estradas<sup>22</sup> a ligar os principais núcleos urbanos, as termas acabaram por saírem beneficiadas pela procura cada vez mais acentuada de pessoas dos vários estratos sociais, havendo até a vinda de brasileiros para o Gerês.<sup>23</sup>

Em Portugal, desde o fim do século XIX até à década de sessenta do século XX, as melhores famílias rurais ou citadinas mudavam-se, nas épocas de veraneio, para algumas das termas portuguesas mais célebres, onde permaneciam por um período de quinze dias. Nelas verificámos também a procura motivada pelo divertimento que ocasionavam. Isto mesmo nos testemunhou Júlio César Machado: “As caldas conciliam tudo: mudança de ares, exercício ameno, banhos, copinho, peregrinação, entretenimento, *vita nuova!*”<sup>24</sup>, sendo corroborado por Ramalho Ortigão ao afirmar que, se as termas e os banhos [praias] servissem apenas para o fim a que se destinavam, tornar-se-iam melancólicas e aborrecidas.

Ora, o que tornava, nessa época, a frequência das termas num ambiente “risonho e alegre” era o conjunto de infra-estruturas e equipamentos hoteleiros de luxo, palacetes, casinos, teatros, parques onde as diversões poderiam ser constantes e estas parte integrante da terapia termal, quer elas fossem procuradas por doentes de facto, quer

---

<sup>22</sup> É o caso da construção da estrada Braga-Chaves, com ligação ao Gerês a partir do Penedo, e, mais tarde, já da Cruz de Real (Cerdeirinhas) e a criação de uma empresa de carreira-diligência, em 1880: cfr. Prof. Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas do Gerez*, Lisboa, 1943, p. 87, bem como a abertura da estrada de Braga ao Gerês, por Amares: cfr. Hermenegildo Capelo e Leonardo Torres, “Viagem à Serra do Gerês e suas Caldas em Setembro de 1882” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª Série, 1883, p. 261.

<sup>23</sup> Cfr. Augusto da Silva Carvalho, *idem*, p. 79.

<sup>24</sup> In “Introdução” de Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944, s/p.

por fingidores. Por isso, o co-autor de *As Farpas* foi bem explícito ao descrever o ambiente da praia da Granja, não sendo, por certo, o das termas<sup>25</sup> muito diferente:

“A Granja este ano tem sido teatro de uma grande animação (...). Durante toda a quinzena de Setembro sucederam-se ininterrompidamente as festas de sobre a relva e as festas de sob os lustres. Almoços de convite, jantares de etiqueta, piqueniques, *matches ao croquet*, cavalgadas, concertos, *sauteries*, *redoutes*, passeios *aux flambeaux*, iluminações venezianas, fogos de artifícios, comédias de salão, etc.”<sup>26</sup>

É então que Vidago, Pedras Salgadas e S. Pedro do Sul, acolheram visitantes ilustres, príncipes e monarcas, como D. Luís que, acompanhado da Rainha D. Maria Pia e dos Príncipes, também visitou o Gerês, durante três dias, em Outubro de 1887<sup>27</sup>. Atrás destes aquistas veio uma enchente de individualidades dos mais variados quadrantes que concorreram para um período áureo da vida mundana nas estâncias termais e que a saúde adviria não tanto pelo uso das águas, mas pelas vilegiaturas que nessas paragens se faziam, corroborando o pensamento já vindo do século anterior de que “um dos grandes agentes que concorrem para o bom efeito das águas minerais é tomá-las em ausência de cuidados e na maior satisfação de espírito que possa ser”.<sup>28</sup>

Também sabemos que a animação no Gerês era abundante e com actividades variadas:

---

<sup>25</sup> Cfr. *idem*, pp. 36-45. De referir que José Duarte Ramalho Ortigão foi um frequentador e admirador do Gerês. A este propósito, veja-se Ernesto de Vasconcelos, *Ramalho Ortigão e o Gerês*, Gráfica de S. Vicente Ld.ª, Braga.

<sup>26</sup> *As Farpas*, - *A Vida Provincial*, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1989, p. 59.

<sup>27</sup> Instalou-se no chalé do Sr. Alfredo Tait, situado na propriedade denominada Soutelinho, tendo o Rei atribuído ao proprietário o título de “barão de Soutelinho”, muito dedicado aos estudos das ciências naturais, principalmente do Gerês. Também a Rainha D. Maria II tentara realizar uma viagem ao Gerês, em Maio de 1852, mas desistiu por receber informações do mau estado dos caminhos: cfr. Augusto Silva Carvalho, *idem*, p. 77.

<sup>28</sup> Francisco Tavares, *Advertências, Abusos e Legítimo Uso das Águas Minerais das Caldas da Rainha*, Oficina da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1791, p. 29.

“Tenho de bater nesta tecla das festas, porque elas eram grandezas e agora saudades; eram gincanas, batalhas de flores, saraus artísticos com *ballet* e declamações, tangos e valsas a concurso, *pic-nics*, regatas e serenatas. Todos levados da breca, mas sempre correctos como *gentlemen*. Saudosos tempos”,<sup>29</sup>

costumando a imprensa noticiar, não só os eventos, mas também as deslocações de pessoas da elite para as Caldas do Gerês, como é o caso de um “Animado pic-nic”, de uma “recepção ao Dr. Acácio Tavares”, autor da letra do hino do Gerês, e de uma “récita de caridade”, etc.<sup>30</sup>



Vila do Gerês - Balneário Termal

Contribuíram decisivamente para o apogeu da procura das termas a nova burguesia economicamente forte e também a vinda de brasileiros e africanistas que exibiam nas termas a sua condição, como bem nos retratava Miguel Torga, grande entusiasta do Gerês: “É engraçado

<sup>29</sup> Cfr. Augusto Sérgio de Almeida Maia, *Grandezas e Misérias das Caldas do Gerez*, Braga, 1967, p. 22.

<sup>30</sup> Cfr. *Comércio do Porto*, de 12 de Julho de 1939, p. 5.

observar a comédia da vida portuguesa neste palco termal de três pisos. O povo, a pequena burguesia e a alta finança, todos doentes, mas cada qual a fazer o seu papel o melhor que pode”<sup>31</sup> ou então nestas palavras: “Com olhos sonolentos, vejo passar algumas celebridades nacionais que, rua abaixo, rua acima, embalam a digestão. Vedetas aplaudidas nos palcos das três capitais do país, mal conseguem aqui a graça de um reparo”<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> *Diário VIII*, in *Antologia (Diário) Extractos relativos a Terras de Bouro*, Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1996, p. 80.

<sup>32</sup> *Diário IX*, *idem*, p. 87.

### 3. Esboço Cronobibliográfico

Das Caldas do Gerês, apreciadas por muitos que não se pouparam em mimoseá-las com epítetos como “trecho dos Alpes entalhado no jardim do Minho”,<sup>33</sup> ou “paraíso dos doentes e dos ociosos sãos”,<sup>34</sup> apenas conhecemos, do fim do século XVII, como primeira notícia directa a seu respeito a referência ao médico, presumivelmente de Covide, Manuel Viera e Lemos ou Manuel Ferreira de Azevedo,<sup>35</sup> constando que recomendava aos seus doentes a procura das águas do Gerês, tal como se depreende das suas palavras:

“Permitiu Deus que nesta era de 1680 se manifestassem as grandes virtudes de uma perene fonte e franca mina nascida na serra do Jurez junto à Portela de Leonte ao pé de uma dilatada penha da qual rebentam cinco bicas de água tão copiosas quão frequentadas e aplaudidas com seus miraculosos efeitos porque acudindo a ela grande número de enfermos guiados só das notícias (...).”<sup>36</sup>

Logo de seguida, em 1701, 1702 e 1703, aparecem-nos três documentos que nos atestam, de facto, a frequência das termas. O primeiro é um Alvará a autorizar a Câmara de Ribeira de Soás<sup>37</sup> a lançar “fintas” (impostos) para a criação de condições físicas para a frequência das águas, “pois estavam com tanta pobreza e indecência que não havia

---

<sup>33</sup> Ricardo Jorge, *Caldas do Gerez - Guia Termal*, 1891.

<sup>34</sup> J. António Machado, *O Gerez - Presente e Futuro*, Imprensa Democrática, Lisboa, 1884, p. 77.

<sup>35</sup> Os autores dividem-se sobre a verdadeira identidade destes nomes: cfr. Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas do Gerez*, Lisboa, 1943, pp. 4-5 e 11-14.

<sup>36</sup> *Miscelânea - Notícias de huas caldas novamente achadas na zona de Jurez ou do Bouro*. Cfr. Luiz Acciaiuoli, *Águas de Portugal, Minerais e de Mesa, História e Bibliografia*, vol. III, Ministério da Economia, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1944, p.124 e Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas do Gerez*, Lisboa, 1943, pp. 9-10.

<sup>37</sup> Concelho extinto em 1834 cuja sede era no lugar do Assento ou da Picota, da freguesia de Caniçada. Nessa altura a freguesia do Vilar da Veiga, à qual o Gerês pertencia, estava integrada no Concelho da Ribeira de Soás, tal como as freguesias de Louredo, Ventosa, S. João da Cova, Caniçada e Soengas, Daí esses povos serem conhecidos, ainda hoje, por “povos da Ribeira”.

naquele distrito o menor abrigo<sup>38</sup> e os outros são, de 28 de Setembro de 1702 e de 30 de Janeiro de 1703, sobre os trabalhos nesse local.<sup>39</sup>

Do ano de 1726 conhecemos de Francisco Xavier da Serra Crasbeek um manuscrito que se refere às caldas dizendo-nos:

“Tanto que entra o estio se povoam estas vizinhanças de muita gente e os caminhos com contínua frequência, mas está tão mal concertado o sítio das Caldas, que nas ocasiões das chuva, não há onde o povo se recolha porque ficam longe do povoado uma légua e os poços onde se tomam os banhos, são incapazes, que mal se podem tomar, a não ser a necessidade que obriga a passar muitos discómodos, que a estarem feitos os tanques e haver ponte no rio, chamado das Caldas, seriam mais aplaudidas e estimadas.”<sup>40</sup>

Francisco da Fonseca Henriques, também conhecido por *Doutor Mirandela*, em 1726, fala-nos da abertura de caminhos por D. João de Sousa e da grande procura de enfermos que nelas se registava, ainda que, “a maior parte sem conselho médico e uns bebem água e outros tomam banhos, nelas fazendo covas, por não haver tanques”<sup>41</sup> e, dois anos mais tarde, em 1728, Matos Ferreira escreve que:

“são de grande eficácia e virtude para muitos achaques e por todos os que a elas acorrem verem o grande efeito que em suas enfermidades obram, são frequentadas de muita gente que de todas as partes a elas acodem, tidas pelas melhores que há em todo o Reino.”<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> *Chancelaria de D. Pedro II*, L. 44. fl. 66.

<sup>39</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 125.

<sup>40</sup> *Memórias ressuscitadas de Entre Douro e Minho escritas em seis livros pelas Correioens de que se compoem, a saber: Guimaraes, Porto, Viana, Barcellos, Braga, e Valença, restituídas à Real Academia de Portugal*. Cfr. Augusto da Silva Carvalho, *idem*, p. 24.

<sup>41</sup> *Aquilégio Medicinal em que se dá notícia das águas das Caldas*, Oficina da Música, Lisboa, 1726, pp. 39-40.

<sup>42</sup> Padre José de Matos Ferreira, *Via Romana do Gerês (Geira) em 1728*, Edição Fac-Similada do Livro *Thesouro de Braga Descoberto no Campo do Gerez*, Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1994, p. 59.



Vila do Gerês - Nascente das águas termais

Já de 1735 as referências são-nos dadas pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira, natural de Macieira de Rates, que nos fala das vantagens das águas do Gerês na cura de um seu irmão.<sup>43</sup>

No ano de 1736, o prior de S. João do Campo ao responder ao Vigário Geral dá notícias das fontes que curam os achaques<sup>44</sup>, sendo também, nesse ano, ordenado médico das caldas o cirurgião Sebastião Pires da Silva ao qual era atribuída uma verba de quarenta mil réis.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Cfr. *Erário Mineral*, referido por Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 66.

<sup>44</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, vol. III, p.125.

<sup>45</sup> Cfr. *Chancelaria de D. João V*, L. 87, fl. 254 e José Augusto de Carvalho, *idem*, p. 32.

Também o eclesiástico Contador de Argote<sup>46</sup> fala-nos das caldas e das antiguidades romanas observadas na serra, cujos escritos serviram de base a estudos posteriores sobre a Via Romana (Geira/Via Nova) e informa-nos da nomeação de um capelão que havia sido autorizado por D. João V, grande benemérito do Gerês, a quem se deve a construção da capela.

Reportando-se a uma visita ao Gerês, realizada em 1750, Frei Cristóvão dos Reis descreve-nos a descoberta das caldas, o ambiente à sua volta e o método de as tomar.<sup>47</sup>

Já António de Mena Falcão escreveu a história das Caldas do Gerês, ocupando-se dos aspectos da sua composição e do método de as tomar.<sup>48</sup>

A seguir ao terramoto de Lisboa, Marquês de Pombal ordenara a resposta a um inquérito, tendo o P. António Bacelar, em 1758, referido nesse inquérito que as Caldas do Gerês eram as melhores do Reino, onde acorriam de toda a parte pessoas que se acomodavam em barracas.<sup>49</sup>

Do ano seguinte, 1759, temos a notícia que, por Portaria Régia, é autorizada a construção de aposentos para o capelão e médico das Caldas do Gerês e, em 1762, numa lista exaustiva sobre as fontes portuguesas, o P. Baptista de Castro também cita as do Gerês.<sup>50</sup>

Em 1763, o P. António Martens (*sic*) Beleza, abade de Gominhães, escreveu um livro que, no prólogo, classificava de “cadernozinho que a expensas da minha saúde fui compondo”<sup>51</sup> e que, além de se referir concretamente ao Gerês, fala-nos dos diversos aspectos relacionados

---

<sup>46</sup> Cfr. *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1738 e referido por José Augusto Carvalho, *idem*, p.7.

<sup>47</sup> Cfr. *Reflexões experimentais metódico-botânicas muito úteis e necessárias para professores de medicina e enfermos divididos em duas partes*, 1779. Aí refere que “o primeiro instrumento desta obra foram as Caldas do Gerez por ver as desordens que havia no tomar dos banhos”. Cfr. também Luiz Acciaiuoli, *idem*, vol. II, p. 84.

<sup>48</sup> Cfr. *História Físico-Médico que das Caldas do Gerez fez o seu autor quando acompanhava o Bispo do Porto D. Frei Joseph de Évora indo a tomar o remédio daquelas Caldas - 1742-1752*.

<sup>49</sup> Cfr. *Dicionário geográfico sobre o Gerez* e citado por Luiz Acciaiuoli, *idem*, vol. II, p. 75.

<sup>50</sup> Cfr. *Mapa de Portugal, Antigo e Moderno*.

<sup>51</sup> *Método prático para se tomarem os banhos das Caldas do Gerez e de outras quaisquer Caldas do Reino, adquirido pela experiência de vinte e tantos anos que os tomou e viu tomar a muitos doentes de vários achaques...*, 1763. Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 78.

com a frequência termal, chamando até à atenção para as vantagens do passeio<sup>52</sup> de uma hora, após a toma das águas.

Nesse mesmo ano, sabemos que foi realizada uma Provisão Régia que nomeava um médico para as Caldas do Gerês.<sup>53</sup>

De 1772 temos a obra de Frei João de Jesus Maria, administrador da botica do reformado e antiquíssimo mosteiro de Santo Tirso que, na sua *Farmacopeia*, também se refere às Caldas do Gerês.<sup>54</sup>

Joaquim Vicente Pereira de Araújo, a pedido do Arcebispo de Braga, D. Gaspar, que pretendia certificar-se das suas qualidades e da riqueza da serra, fez um relatório da sua visita intitulado *Diário filosófico da viagem ao Gerez* e a partir daí muitos foram os cientistas portugueses e estrangeiros que se deslocaram até ao Gerês, nos séculos seguintes, para realizarem estudos sobre diversos ramos, sendo de salientar o alemão Henrich Link<sup>55</sup>, Alfredo e Guilherme Tait, Muller, Biel, Afonso Luisier, Alfredo Henriques, Silva Tavares, Hermenegildo Capelo, Carlos França, Barbosa du Bocage, A. Sampaio, etc. O Gerês foi calcorreado por uma infinda plêiade de personalidades ilustres da nossa sociedade e até estrangeiras, motivadas por razões de ordem científica e/ou terapêutica, sócio-cultural<sup>56</sup>, e até desportiva<sup>57</sup>, daí compreender-se a afirmação de Tude de Sousa, segundo o qual “o excursionismo de simples diletantismo e o de intuítos científicos se tem desenvolvido,

---

<sup>52</sup> Este aspecto relacionado com os passeios e diversões dos aquistas, referido de passagem, merece um estudo aprofundado, pois, no Gerês, revestia-se de grande importância para os aquistas as variadas possibilidades de circuitos que a envolvente às caldas proporcionava, para além da serra. Ao longo dos tempos muitos são os relatos desses passeios.

<sup>53</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 79.

<sup>54</sup> Cfr. *Farmacopeia Dogmática Médico-Química e Teórico-Prática*, oficina de António Tavares Ribeiro, Guimarães. Ano de MDCCLXXII.

<sup>55</sup> Henrich Friedrich Link escreveu *Notas de uma Viagem a Portugal e através de França e Espanha*, traduzidas por Fernando Claro, em 2005, em cuja obra enaltece a vida comunitária e o aspecto hospitaleiro do povo de Vilarinho das Furnas, dizendo que, “Presunto, leite e manteiga existiam em abundância e eram muito bons, tivemos oportunidade de constatar que a numerosa família desta casa [anfitriã] vivia muito bem e muito confortavelmente, muitos lavradores alemães desejariam para si uma sorte semelhante” (p. 214). Esta obra inspirou, em 1995, o minhoto, Francisco Duarte Mangas, a escrever *Diário de Link*, galardoado com o prémio Carlos de Oliveira.

<sup>56</sup> “Para uma cura da Supercivilização”, António Machado Pires, “Natureza e Civilização nos escritores naturalistas portugueses”, in *Colóquio Letras*, n.º 22, Nov. de 1974, p. 36.

<sup>57</sup> Cfr. *Rev. Ilustração Portuguesa*, de 25 de Novembro de 1907 e n.ºs 127 e 132, de 1908; Paulo Pina, “Ramalho Ortigão e o Gerês nos primórdios do Campismo Nacional”, in *Giesta*, Ano I, n.º 1, pp. 23-35.

trazendo para o Gerez uma corrente de curiosidade e de investigação importantes”<sup>58</sup>. A todos a serra interessava de sobremaneira, não só pelos motivos das suas investigações, mas também pelos encantos, dada

“a incomensurável superioridade de uma vegetação luxuriante e variada, água que jorra por toda a parte em cascatas tumultuosas, fauna e flora riquíssimas, algares e vales encantadores que ombreiam com os mais célebres da Suíça e do Tirol.”<sup>59</sup>



Cascata do Torgo

---

<sup>58</sup> “Caldas e Serra do Gerês: A Serra”, in *Ilustração Portuguesa*, 6 (128), 3 de Agosto de 1908.

<sup>59</sup> Silva Tavares, citado por Celestino Maia, in *O Gerez estância de cura, de repouso e de turismo*, Porto, 1929, p. 20.

Henrich R. Link que fez a viagem acompanhado de Hoffmanssegg descreve-nos as caldas deste modo:

“É famosa pelos seus banhos quentes e por isso chama-se Caldas do Gerês. Demorámo-nos aqui quatro semanas para estudar as curiosidades naturais da serra, a povoação está muito animada, justamente agora na época termal. (...) As fontes quentes brotam do lado leste da terra, de uma parede rochosa de granito no sopé da montanha alta. Há aqui quatro, cada uma com um nome particular (...) e por cima de cada uma delas foi construída uma casinha quadrada em cujo centro se encontra uma cavidade que se emparedou para o banho. Só se pode banhar uma pessoa de cada vez. Em vez da porta existe um simples cortinado. Se este está descido é porque alguém se encontra no banho, as mulheres no entanto não confiam o bastante nos olhares masculinos e põem uma criada à porta.”<sup>60</sup>

Em 6 de Abril de 1781, a Rainha Dona Maria I ordenou que o Concelho de Ribeira de Soás pagasse ao “cirurgião” a quantia de 40 mil réis pela assistência aos enfermos<sup>61</sup> e, em Junho de 1785, por Provisão Régia, é nomeado um médico para as Caldas do Gerês<sup>62</sup>. O mesmo fez, mais tarde, D. João VI, através de *Provisão*, de 22 de Junho de 1802<sup>63</sup>.

Embora não saibamos o ano preciso, é do século XVIII a referência ao Gerês no manuscrito de José Custódio e Costa, intitulado *Qualidades das águas do Gerez com as disposições que são precisas para uso dos seus banhos –Meteorologia Aquea*.<sup>64</sup>

Com o decorrer do século dezanove aumenta a bibliografia sobre as águas minerais e termais, aplicando-lhes os conhecimentos advindos do avanço das ciências experimentais e o Gerês tornou-se palco de investigações dos naturalistas que se espalharam pela serra para melhor conhecerem os diversos aspectos do meio natural.

---

<sup>60</sup> *Notas de Uma Viagem a Portugal e através de França e Espanha*, tradução de Fernando Claro, 2005, pp.107-108.

<sup>61</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 86.

<sup>62</sup> Cfr. *Idem*, p. 93.

<sup>63</sup> Cfr. *Chancelaria de D. João VI*, Liv. 7, fls. 387, v.

<sup>64</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 100.

A 22 de Janeiro de 1801, a Academia Real das Ciências abre um concurso de “Memórias” com o seguinte tema: “Uma análise química médica das águas termais do Gerez com significação das moléstias em que o seu uso é indicado”.<sup>65</sup>

Em 1810, o Dr. Francisco Tavares na sua obra *Instruções e cautelas práticas sobre a natureza* fala-nos das diversas fontes cujas águas quentes corriam para tanques, havendo “bastantes casas para acomodações dos enfermos”.<sup>66</sup>

Tendo D. João VI, por *Portaria* Régia de 1811, nomeado médico José dos Santos Dias, este, em 1813, publica *Experiências termométricas sobre as águas das Caldas do Gerez*, aproveitando para falar da sua história e, em 1814, Agostinho Albano da Silveira publica, no *Jornal de Coimbra*, uma notícia sobre as Caldas do Gerês e o sucesso alcançado por um aquista.<sup>67</sup>

De 1819, encontrámos uma pequena referência às águas do Gerês feita por Jacinto Costa na obra *Farmacopea Naval e Castrense*. Nesse mesmo ano foi nomeado, a 17 de Junho, um enfermeiro administrador dos poços a fim de assistir, de Maio a Outubro, os utentes e zelar pela higiene e conservação dos tanques.<sup>68</sup>

Em 1825, José dos Santos Dias publicou *Memória Histórico-Topográfica das Caldas*, fruto do trabalho desenvolvido entre 1811 e 1817 como médico das Caldas.<sup>69</sup> Já Inácio da Fonseca Benevides, em 1830, escreveu *Exame Físico-Médico das Caldas do Gerez* e fala-nos do modo como elas foram descobertas por um médico de Covide, século e meio antes, e compara as águas do Gerês com outras águas como as das Caldas da Rainha, Caldela, Monção, Cucos, S. Gemil, e considera-as “de uma espécie particular”, embora dizendo que não eram muito conhecidas em Lisboa, preferindo os monarcas as das Caldas da Rainha.<sup>70</sup>

---

<sup>65</sup> Cfr. *Ibidem*.

<sup>66</sup> Citado por Luiz Acciaiuoli, *idem*, vol. II, p.104.

<sup>67</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 118.

<sup>68</sup> Cfr. *Chancelaria de D. João VI*, L. 31, fls. 196.

<sup>69</sup> O Município de Terras de Bouro, em 2001, concretizou a 3.ª edição desta obra, sendo o n.º 1 da Série *Cadernos de Cultura*.

<sup>70</sup> Cfr. *Ensaio físico médico das Caldas do Gerez* e citado por Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 127.

Do ano de 1837, a pedido da Câmara de Vieira do Minho<sup>71</sup>, é conhecida uma *Portaria*, de 2 de Setembro, que informa todas as Câmaras do Distrito, através do Cofre Geral do Distrito de Braga, a pagarem os ordenados de três anos ao suplicante Francisco António Alves Ferreira que exercera o cargo de cirurgião.<sup>72</sup>

De seguida, em 1840, o Dr. João José da Costa, na *Topografia Médica do Distrito de Braga*, descreve as Caldas do Gerês, dando-nos conta dos dez tanques denominados Forte, Contra-Forte, Água Nova, Figueira, Borges, Duas Bicas, Fígado, Bica, Santo António e Almas, bem como das casas existentes e do aproveitamento para uso interno das águas.

Já em 1844, por *Portaria* de 15 de Junho, o Ministro Costa Cabral louva o Governador Civil de Braga, Sr. João Elias da Costa Faria da Silva, pela visita realizada às caldas do distrito e enaltece todos os melhoramentos havidos no distrito, realçando o papel daquele Governador:

“tem visitado os diferentes estabelecimentos termais do seu distrito, e se tem empenhado em vencer as dificuldades que chegaram a torná-los quási desertos, entre os mais célebres o das Caldas do Gerez (...) Este estabelecimento que, no tempo de Senhor D. João V, foi mui frequentado, pela enérgica virtude das suas águas, já então conhecidas de nacionais e estrangeiros, acaba de ser melhorado, graças aos esforços do previdente Governador Civil que, havendo visitado e inspeccionado o estabelecimento, fez proceder ao conserto da estrada e das pontes dos rios Caldo e Cávado e o tornou acessível aos viajantes e aos doentes.”<sup>73</sup>

Para esta melhoria, segundo documento da época<sup>74</sup>, concorreram, entre outros, a Câmara Municipal de Vieira do Minho.

Com José Pinto Rebelo de Carvalho aparece, em 1848, uma obra

---

<sup>71</sup> O concelho de Ribeira de Soás tinha sido extinto em 1834 ao qual o Gerês pertencera.

<sup>72</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, pp. 129-130.

<sup>73</sup> *Idem*, pp. 137-139.

<sup>74</sup> *Diário do Governo*, de Julho de 1844.

que nos descreve as várias facetas das caldas e da serra, narrando peripécias da sua condição de opoiante cartista que aproveitou a região do Gerês para tentar o exílio<sup>75</sup>:

“Quando porém ali cheguei nos primeiros dias de Agosto [1828] já tinham partido para a Corunha os nossos soldados e era arriscada, como se sabe, a passagem pela Galiza. Forçoso-me [sic] foi demorar-me nas Caldas, tomando alguns banhos que não precisava (...).”<sup>76</sup>



Agentes policiais de Portugal e de Espanha na fronteira da Portela do Homem

O autor voltou novamente em 1835 e 1836, podendo fazer a comparação com as de Dax, França, onde, entretanto, também estivera.

---

<sup>75</sup> In “Prefácio” a *Notícia topográfica e física do Gerez e das suas águas termais, na qual se dá uma noção desta montanha, da sua constituição geognóstica e produções naturais, com a história da descoberta destas Caldas e uma exposição geral da teoria da termalização das águas termais e sua classificação, análise e usos médicos* destas águas, Porto Tipografia Comercial, 1848. Também Tude de Sousa refere a serra, nomeadamente a Portela do Homem, como o local privilegiado para várias incursões militares. Cfr. “O Gerez e os Centenários I”, in *Comércio do Porto*, de 12 de Julho de 1939, p. 2.

<sup>76</sup> *Idem*, p. 93.

Nesse livro sobre as Caldas do Gerês,<sup>77</sup> refere, ainda, as figuras que se interessaram pelo Gerês, nomeadamente, Francisco Henriques, Argote, Frei Cristóvão dos Reis, Link, etc. e denuncia a falta de melhoramentos: “a Capela existe a mesma e no mesmo estado, ao que parece, em que se achava em tempo de Frei Cristóvão dos Reis e os alicerces do Hospital conservam-se da mesma forma. Serve este local de açougue”.<sup>78</sup>

De 1851, 10 de Janeiro,<sup>79</sup> temos um *Decreto* da nomeação de um médico para as Caldas do Gerês e, nesse ano, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel publica um estudo sobre as análises das águas geresianas.<sup>80</sup> Tendo, nesse mesmo ano, sido solicitada pelo *Jornal de Farmácia e Ciências Acessórias* a repetição da análise dessas águas.<sup>81</sup>

J. J. da Silva Pereira Caldas, em 1852, publica dois trabalhos referentes às Caldas do Gerês<sup>82</sup> e, em 1853, surgiram duas *Portarias*<sup>83</sup> acerca de acontecimentos ocorridos no Gerês pelas quais o Governo entrega ao município de Vieira do Minho a administração das Caldas que, mais tarde, passaram para o de Terras de Bouro, cabendo-lhe o papel da revitalização das termas e Pinho Leal, na obra *Portugal Antigo e Moderno*, descreve a flora, fauna, geologia, monumentos da serra e o valor medicinal das águas geresianas. No ano de 1867, da autoria de José Firmino da Silva Boavista, surge *Descrição das Caldas do Gerez* em que as virtudes das águas são exaltadas. Também Ramalho Ortigão, conhecedor da sociedade portuguesa, dedica a sua atenção ao Gerês na obra *Banhos de Caldas – e Águas Minerais- 1875*.

---

<sup>77</sup> Cfr. também Augusto da Silva Carvalho, *Mémórias das Caldas do Gerez*, 1943, pp. 65-70.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>79</sup> Cfr. *Mercês* de D. Maria II.

<sup>80</sup> Cfr. *Análise das águas minerais do Gerez*.

<sup>81</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 147.

<sup>82</sup> Cfr. *Notícia descritiva das águas minerais do Gerez no distrito de Braga e Juízos críticos da “Análise das águas minerais do Gerez”*.

<sup>83</sup> *Portarias* de 18 de Junho e de Agosto de 1853, condenavam os aproveitamentos indevidos praticados pelas Câmaras de Ribeira de Soás e, ultimamente, de Vieira do Minho e Junta Geral. Tudo isto para acabar com o incumprimento das obrigações que ficaram esquecidas, como a construção de um hospital, podendo agora a Câmara de Vieira do Minho lançar impostos e alienar bens para custear as despesas para a realização de obras. Cfr. também Luiz Acciaiuoli, vol. III, *idem*, p. 133 e Luís [Taborda] da Silva Jácome, “O Concelho de Terras de Bouro na Obra do P. José Alves Vieira”, in *Terras de Bouro Território Museu de Montanha*, Série Cadernos de Cultura, n.º 4, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2001, p. 143.

Em 1878, Pedro Luís de Napoleão Chernoviz inclui as Caldas do Gerês na sua obra *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias*.

Em 1882, no “Sumário de Hidrologia Médica” o médico D. Tomaz Santero y Moreno refere-se às Caldas do Gerês.

Hermenegildo Capelo e Leonardo Torres publicaram, em 1883, “Viagem à Serra do Gerez e suas Caldas em Setembro de 1882”.<sup>84</sup>

Em 1884, J. António Marques, deixou-nos uma imagem das Caldas nestes termos:

“Subsistem os casebres, elevados toscamente com as suas cúpulas de forma piramidal a par de barracas de fábrica mais económica e tosca e aonde o visitante vai encontrar as piscinas não menos toscas de paredes de fundo aproveitadas nas rochas de granito, cortadas meio ao acaso, e em que o asseio foi substituído por uma camada de cal, mas sobre a qual passeiam os aracnídeos e os moluscos tão repugnantes à vista, deitando-se na espessura da poeira e das impurezas acumuladas nas depressões ou fendas sem jamais terem desfiado a indiferença duma vassoura, ainda que actuando com menos esmero.”<sup>85</sup>

Além disso, as instalações para os pobres eram deploráveis, pois, permitiam que os banhistas pelas fendas do telhado pudessem observar o estado do tempo, de modo o autor referir o caso de uma senhora que se viu confrontada com uma serpente que caíra do telhado quando tomava banho.<sup>86</sup>

Seguidamente aparece-nos *Notas a Lápis – Passeios e Digressões Peninsulares*, de D. C. Sanches de Frias (1886) que nos fala das dificuldades da realização da viagem do Penedo até ao Gerês, da inflação do serviço pela lavagem das roupas<sup>87</sup>, da alegada afronta e

---

<sup>84</sup> *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª Série, n.ºs 6 e 7, Lisboa, 1883, pp. 259-277 e 526-542.

<sup>85</sup> *O Gerez presente e futuro*, Imprensa Democrática, Lisboa, 1884, p.14.

<sup>86</sup> Cfr. *Idem*, p.15.

<sup>87</sup> Cfr. *Notas a Lápis - Passeios e Digressões Peninsulares*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, Editor, 1886, pp. 221-222.

ingratidão dos geresianos ao Dr. Gramaxo, do cavalheirismo e bom trato do Sr. Martins Ribeiro, fundador do Hotel Universal, sobre a modesta casa dos frades Bernardos:

“Mais tarde terá o Gerez de agradecer de mãos postas ao Sr. Martins Ribeiro a criação do seu estabelecimento, verdade, verdade, ainda mal olhado e compreendido pelos naturais, o que era de esperar. (...) As casas particulares baixaram as suas exigências, pintaram as suas paredes e prometem tornar-se habitáveis, limpas e decentes. E isto porque? Porque o *Hotel Universal* lhes acendeu em face um pequenino facho civilizador”.<sup>88</sup>

Nesta obra encontramos também referências a manifestações etnográficas e diversões dos veraneantes como o dia de S. João. Na *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, em 1873-1880, do Coronel João Maria Baptista, são referidas as Caldas do Gerês. É nesta altura que aparece no Gerês Ricardo Jorge, apelidado de “Mestre da Medicina, Grão-Mestre da linguagem e Padre-Mestre do Gerez”,<sup>89</sup> que nos deixou duas obras memoráveis; *Gerez Termal*, 1888, e, em 1891, *Caldas do Gerez - Guia Termal*.

Neste período surgiram vários pedidos para exploração das caldas, respectivamente, em 1875, 1879, 1882, 1885, que deram origem a um relatório circunstanciado da Procuradoria-Geral em 1887<sup>90</sup>. Em 1888, o Governo atribuiu, embora com carácter provisório, a concessão das águas do Gerês aos Drs. Ricardo Jorge e Paulo Marcelino.<sup>91</sup>

Em 1889, A. J. Ferreira da Silva e José Pereira Salgado escreveram *As águas termais do Gerez - Nascentes da Bica, Forte e Telha* e, nessa mesma data, apareceu numa comunicação à Sociedade das Ciências Médicas: “As Águas do Gerez” de Leonardo Torres.

No ano de 1892, o futuro primeiro Presidente da República eleito, Dr. Manuel Arriaga, brinda o Gerês com algumas poesias publicadas

---

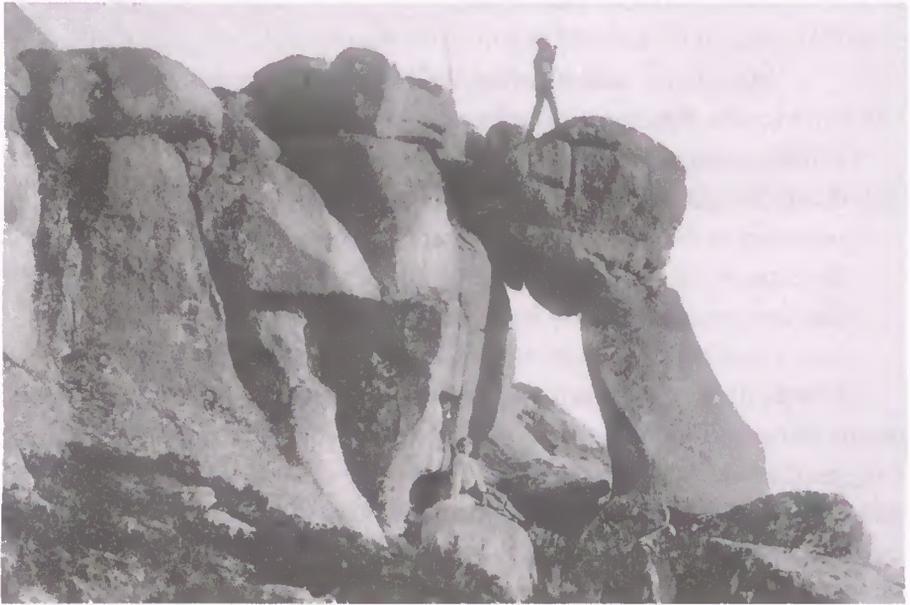
<sup>88</sup> *Idem*, p. 223

<sup>89</sup> Santos Silva Filho, “Notas sobre as Caldas do Gerez”, in *Portugal Médico*, 1934, p. 326.

<sup>90</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, vol. III, p.132.

<sup>91</sup> Cfr. *Diário do Governo*, n.º 167, de 7 de Dezembro.

no seu livro *Irradiações* e inspiradas na serra, em concreto, na cascata de Leonte e no alto da Borrageira.



Alto da Borrageira

Neste mesmo ano, Alfredo Luís Lopes fez um inventário e incluiu as Caldas do Gerês na sua obra *Águas minero-medicinais de Portugal*.

Em 1893, foi realizado um relatório dando conta que os concessionários poucos investimentos tinham feito relativamente ao que constava do auto de concessão e descreveu o estado das instalações balneares. Assim, em 1894, por *Decreto* de 31 de Março, é feita a rescisão do contrato.

É de 1894 a obra de Paul Choffat *Promenad au Gerez – Souvenir dun Geologue*.

Em 1895 o Dr. Augusto Santos Júnior publica “Guia da cura gereziana” onde o aspecto dietético não foi esquecido. Já a partir de 1896 é feita a adjudicação das águas à firma Empresa Hoteleira do Gerez<sup>92</sup> e, em 23 de Novembro desse mesmo ano, o Eng. Alfredo Freire

---

<sup>92</sup> Cfr. *Portaria* de 19 de Junho e *Alvará* de 16 de Julho o qual concedeu a exploração por cinquenta anos.

de Andrade dava informação publicada na *Revista das Obras Publicas e Minas*<sup>93</sup> sobre os trabalhos já realizados pelo adjudicatário e da autoria do Eng.º Rego Lima.



Banco do Ramalho Ortigão

Em 1899, as Caldas do Gerês são referidas num catálogo dos ingleses H. Weber e F. Parques Weber.

Ao iniciar o século – 1901 – Augusto dos Santos Júnior apresenta *Caldas do Gerez: Águas e Termas* que nos relata os trabalhos de demolição dos tanques e obras de captação das nascentes. É nessa altura, segundo conta, que apareceram outras nascentes. Uma delas foi baptizada de *Mendes*, tendo havido algumas alterações de temperatura em várias bicas<sup>94</sup>. Uns anos depois publica Fernando Santos *Subsídios para o estudo das águas termais e potáveis do Gerez*. A partir de 1904 e durante quarenta e tal anos o Gerês contou com um polígrafo

---

<sup>93</sup> Cfr. n.ºs 316-318 “Termas do Gerez por Rego Lima. Projecto do Balneário”, transcrito também in *Correio Médico*.

<sup>94</sup> Cfr. Luiz Acciaiuoli, *idem*, p. 137.

geresiano ímpar que foi Tude Martins de Sousa<sup>95</sup>, realçando-se a obra *Serra do Gerez*. Em 1908, publicou Silva Tavares “Três dias no Gerez”, descrevendo as suas descobertas quanto à fauna e flora na serra do Gerês.

Muitos outros estudos foram publicados em periódicos diversos nas duas primeiras décadas do século XX.

No ano de 1926 rompe uma polémica entre o hidrologista Rita Martins e Campos Monteiro que dão à estampa, respectivamente, *A Água Veneno – a acção da Água do Gerez* e *A toxicidade incontestável das Águas do Gerez* e, em resposta, Campos Monteiro publica *Médico Peçonha – diatribe antigeresiana - 'A Água Veneno'*<sup>96</sup>. Vejamos um pouco do teor irónico como inicia a obra de Campos Monteiro:

“Apareceu para aí, largamente reclamado pela imprensa de vários matizes, um livro intitulado “A água-veneno” e assinado com o nome de Rita Martins.

Como o chamadoiro do autor era quase desconhecido, supuseram muitos dos seus leitores que esta Rita Martins fosse alguma velhota de cabelinho na venta, achacada de flatos e destranbelhamentos históricos, que houvesse tido os seus dares e tomares com a gente do Gerez, ou com a Empresa das suas águas minero-medicinais, e, impulsionada por um mesquinho desejo de vingança, entendesse gastar uns tantos contos de reis na impressão de um livreco destinado a prejudicar aquela estância.”<sup>97</sup>

Muitos outros estudos foram publicados, sendo de destacar, nesta fase, os do Dr. Armando Narciso, autor de dezenas de textos, do Dr. Soeiro de Almeida; do Prof. Pereira Forjaz que, na Exposição

---

<sup>95</sup> Apesar de ter vivido no Gerês apenas durante onze anos (1904-1915), conhecemos deste autor cerca de setenta escritos sobre o Gerês. Cfr. Henrique Manuel Barreto Nunes “Tude de Sousa, Manuel Monteiro e o Gerês”, in *Anuário da Sociedade Broteriana*, n.º 48 (1982), pp. 47-49.

<sup>96</sup> Publicada sem indicação de autor, mas atribuída a [Dr. Abílio Adriano] Campos Monteiro. Cfr. Santos Silva Filho, “Notas sobre as Caldas do Gerez”, in *Portugal Médico*, vol. XLVIII, n.7, de Julho de 1934.

<sup>97</sup> [Abílio Adriano] Campos Monteiro, *O Médico-Peçonha – Análise da Diatribe Antigereziana*, ‘*A Água-Veneno*’, Oficina do Comércio do Porto, 1926, p. 7.

Portuguesa em Sevilha, apontou as termas do Gerês como caso único no mundo, do Prof. Pulido Valente e do Dr. Fernando da Fonseca que, em 1929, publicaram *A Acção farmacológica e terapêutica da Água do Gerez*. No entanto, já dos meados do século XX, não poderemos esquecer inúmeros hidrologistas, botânicos, ecologistas, prosadores e poetas, não só consagrados, como Antero de Figueiredo<sup>98</sup> e Miguel Torga,<sup>99</sup> mas também muitos outros menos conhecidos, como Carlos Malheiro Dias, Jaime Magalhães Lima, Sousa Costa, Matias Lima, etc. a quem o Gerês foi e continua a ser motivo de inspiração, tal como vemos no poema de um escritor contemporâneo:

### “Gerês

Quando me levanto  
Já as minhas sandálias andavam  
A passear lá fora na relva.  
Esta noite  
Até os atacadores dos sapatos  
Floriram.”<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> Cfr. *Senhora do Amparo - Dois Perfis: Um Curandeiro de Obesos, Um Cura de Almas*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa.

<sup>99</sup> Cfr. Miguel Torga, *Antologia (Diário) - Extractos relativos a Terras de Bouro*, edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1996.

<sup>100</sup> Jorge de Sousa Braga, *Os Pés Luminosos*, 1987.

#### 4. Conclusão

As Caldas do Gerês apresentam uma longa história que, sem dificuldade, se poderá estender à época da romanização, bem visível na região de Braga, cujas marcas da sua presença na Serra do Gerês são bem conhecidas de todos nós. Tendo sido os romanos apologistas do aproveitamento das águas quentes para diversos fins, nomeadamente lúdicos, é aceitável que tenham conhecido e explorado as Caldas do Gerês, como, aliás, alguns vestígios parecem comprovar.

Mas, se as caldas, *de per si*, foram motivo de interesse para muita gente, elas ganharam importância e curiosidade pela sua envolvência: a Serra do Gerês que, com toda a sua beleza paisagística, variedade florística e riqueza faunística, cursos de água, etc., contribuiu para que as Caldas do Gerês fossem muito procuradas, desde longa data, não só por motivo de ordem sanitária, mas também como local privilegiado para vilegiaturas, palco propício à investigação e à actividade desportiva.

Assim se compreende que sejam numerosas as referências bibliográficas acerca das Caldas do Gerês, incluindo, naturalmente, a Serra e o seu Povo.

Apesar do nosso trabalho não passar de um modesto “esboço cronobibliográfico”, julgamos comprovar a existência de um grande acervo distribuído pelos mais variados registos da escrita.

Esperamos que este apontamento incite o aparecimento de outros trabalhos sobre o Gerês e sirva também para que muitas das pessoas que nos visitam fiquem a conhecer a riqueza histórica que o Gerês encerra.

## ÍNDICE

<i>Prefácio por António José Ferreira Afonso</i> .....	5
ANTÓNIO AFONSO, <i>Dia do Município</i> .....	7
DOMINGOS ALVES, <i>Tombo da Igreja de São João de Rio Caldo, Terras de Bouro</i> .....	25
SANDRA ARAÚJO, <i>Via Romana da Geira, Miliários Inéditos</i> .....	45
SALVADOR MAGALHÃES MOTA, “ <i>Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na época do Antigo Regime</i> ” - <i>Apresentação da Obra</i> .....	75
EDUARDO OLIVEIRA, <i>A Capela, hoje Santuário, de São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro), nos séculos XVII e XVIII</i> .....	89
MANUEL PEREIRA, <i>As Caldas do Gerês: Esboço Cronobibliográfico</i> .....	125









